



**DICIONÁRIO
HISTÓRICO-MILITAR
ILUSTRADO**

VOLUME

60

(B)

JOSÉ WASTH RODRIGUES



ÍNDICE

- | | | | | |
|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|
| - BABELA | - BANDOLA | - BATENTE | - BLUSA | - BOTAFOGO |
| - BACAMARTE | - BANDOLEIRA | - BATER | - BOCA | - BOTÃO |
| - BACHAREL | - BANHO | - BATERIA | - BOCADO | - BOTA-SELA |
| - BACINETE | - BANIR | - BATISMO | - BOCAL | - BOTICA |
| - BADANA | - BANQUETA | - BAULEIRO | - BOCEL | - BOTICÁRIO |
| - BAETA | - BAQUETAS | - BEBEDEIRA | - BODOQUE | - BOTIFARRA |
| - BAETÃO | - BARAÇO | - BECA | - BOFETADA | - BOTIM |
| - BAETILHA | - BARÃO | - BEIJA-MÃO | - BOIADEIRO | - BOTINA |
| - BAGAGEIRO | - BARBA | - BÉLICO | - BOLA | - BOX |
| - BAGAGEM | - BARBACÃ | - BELIGERÂNCIA | - BOLACHA | - BRAÇADEIRA |
| - BAINHA | - BARBELA | - BELIGERANTE | - BOLADA | - BRAÇAL |
| - BAIO | - BARBETE | - BENESSE | - BOLDRIÉ | - BRAGA |
| - BAIONETA | - BARBICACHO | - BENGALA | - BOLEEIRO | - BRAGADO |
| - BAIXA | - BARBOTE | - BENZER | - BOLÉIA | - BRAGAS |
| - BAIXAR | - BARBUDA | - BERÇO | - BOLETIM | - BRAGUILHA |
| - BAIXEIRO | - BARCA | - BERIBÉRI | - BOLETO | - BRANCO |
| - BAIXO | - BARDA | - BESTA | - BOLSA | - BRASÃO |
| - BALA | - BARQUINHA | - BESTA | - BOMBA | - BRAVURA |
| - BALANCETE | - BARRACA | - BESTARIA | - BOMBA | - BRECHA |
| - BALANCMIM | - BARRAQUIM | - BESTEIRO | - BOMBACHA | - BREVIDADE |
| - BALÃO | - BARREIRA | - BIBLIOTECA | - BOMBARDA | - BRIAL |
| - BALÁZIO | - BARRETA | - BICICLETA | - BOMBARDÃO | - BRÍCOLA |
| - BALDE | - BARRETE | - BIGODE | - BOMBARDEAR | - BRIDA |
| - BALESTRA | - BARRETINA | - BILBOTE | - BOMBARDEIO | - BRIDÃO |
| - BALESTREIROS | - BARRICADA | - BIMBARRETA | - BOMBARDEIRO | - BRIGA |
| - BALISTA | - BARRIGUEIRA | - BINÓCULO | - BOMBEIRO | - BRIGADA |
| - BALISTÁRIO | - BÁSCULO | - BISAGUDO | - BOMBO | - BRIGADEIRO |
| - BALÍSTICA | - BASE | - BISARMA | - BONÉ | - BRIGANDINA |
| - BALIZA | - BASILISCO | - BISCAINHO | - BONECA | - BRIM |
| - BALSA | - BASTÃO | - BISCOITO | - BORDADO | - BROCA |
| - BALSÃO | - BASTARDO | - BISONHO | - BORDADURA | - BRONEIO |
| - BALUARTE | - BASTIÃO | - BISPO | - BORGUINHOTA | - BRONZE |
| - BANDA | - BASTIDA | - BISSEXTO | - BORLA | - BROQUEL |
| - BANDEAR | - BASTILHA | - BIVAQUE | - BORNAL | - BRUSSA |
| - BANDEIRA | - BATALHA | - BLAFONEIRA | - BORNEAR | - BUÇALETE |
| - BANDEIRANTE | - BATALHÃO | - BLASFEMAR | - BORRAINA | - BUCHA |
| - BANDEIROLA | - BATEDOR | - BLINDAR | - BORZEGUIM | - BUSCA |
| - BANDO | - BATEL | - BLOCAUSSE | - BOTA | - BUSCA-VIDAS |

Brigadeiro, 1728



Rodrigues, José Wasth

BABEIRA, s. f. – (Antigo) – Peça de armadura que cobria a boca, barba e queixo; o mesmo que barbote.

– Dá-se este nome a peça que se aplicava a celada aberta para reforçá-la e proteger o queixo.

– Vide Barbote.

BACAMARTE, s. m. – (Antigo) – Arma de fogo de cano curto e largo, tendo a boca com o diâmetro maior que o resto do cano. É chamado também arma de boca de sino.

– Vide Trabuco.

BACHAREL, s. m. – Indivíduo formado por escola secundária ou superior. Bacharel em direito, em filosofia, em teologia, etc. Aquele que tendo sido aprovado após o respectivo curso recebe o grau doutoral. (Formação latina *Baccalauros*)

– Declarou-se que eram isentos do recrutamento para Milícias. Ordem do Dia de 13 de outubro de 1811.

– Deve sê-lo o auditor de guerra e quando. Provisão de 22 de outubro de 1824.

– Confere o grau de bacharel em matemáticas e ciências físicas e naturais aos alunos da Escola Superior de Guerra. Aprovados em todas as doutrinas do curso de Estado-Maior e Engenharia. Decreto 11, de 31 de dezembro de 1889.

– Vide Auditor.

BACINETE, s. m. – (Antigo) – Casquete de ferro que se punha por baixo do capacete para defender dos golpes a cabeça. Espécie de capacete usado nos séculos XV e XVI. (Formação francesa *Bassinets*)

– Antes do século XIII chamava-se *petit bacinet* uma calota de ferro unida às malhas da coifa (camal) que se trazia sob o elmo. O bacinete propriamente dito aparece

na época de Filipe, o Belo (1285-1314) contemporaneamente ao elmo, peça então incômoda que era levada pendente do arção.

– O bacinete tem origem na viseira, móvel ou não, que se juntou à calota, algumas postiças, considerando-se sua aceitação definitiva a partir de 1300. Toma a partir de então diversos feitios: em forma de capuz; com abas largas para o assalto; com focinho ou com bico de pássaro, todo furado e com frestas para os olhos. Entre 1400 e 1410, devido a sua fragilidade aos golpes de lança e de espada suprimiu-se o camal e ligou-se ou apoiou-se o bacinete ao gorjal ou à babeira articulada.

– Por volta de 1435 o bacinete cede o lugar à celada em seus numerosos tipos, como a borguinhotá, o capacete de gorjal, o chapéu armado com faceiras, etc., notando-se, contudo certa confusão entre um gênero e outro, pois conforme os autores muitos bacinetes são denominados celadas e vice-versa.

– Vide Celada.

BADANA, s. f. – "Pele macia lavrada, que se põe por cima do coxonilho (coruja)", diz Beurepaire Rohan no seu "Vocábulo Brasileiro", e comenta: "Este vocábulo é tanto português como castelhano; e em uma e outra língua significa uma carneira com que se cobrem os livros. Segundo Moraes e Aulete, aplicam-no também a ovelha magra e velha que já não pari. Mas Valdez contenta-se em dizer que a badana é uma pele cortida de carneiro ou ovelha". (Formação árabe Bitana)

– Para o arreamento do pequeno uniforme e passeio o Decreto de 4 de outubro de 1894 declara que os oficiais de Cavalaria do Exército poderão usar para a sua montaria badanas de pano azul ferrete ou de couro tendo as Armas da República bordadas nos cantos, em substituição aos xabraques. As praças de pré não usam dessa peça de arreamento.

– Pelos Decretos de 4 de dezembro de 1931 e 10 de agosto de 1942 a badana é uma espécie de calção de feitura especial: Badana de montaria de tecido impermeável verde oliva, tendo o comprimento até meio da bota (5º uniforme tipo A).

– Vide Manta.

BAETA, s. f. – Pano de lã felpudo e que não foi batido (pisoado). (Formação latina Baetica)

– Incentivando o fabrico de baetas em Portugal, e concedendo autorização ao mercador inglês S. Miles, para fabricá-las. Carta Régia de 16 de junho de 1627.

– A baeta foi usada no Exército em diversas épocas, para blusas, assim como para camisolas de inverno no Rio Grande do Sul, como, em 1857, 1890, 1894, etc.

– Vide Baetilha, Blusa.

BAETÃO, s. m. – Baeta grossa própria para capas e cobertores.

– Vide Japona.

BAETILHA, s. f. – Baeta fina; espécie de flanela.

– Dólmã e calças de baetilha azul foram distribuídas ao Colégio Militar em 1890; Decreto de 2 de maio desse ano, e gorro em 1892. Baetilha preta ou encarnada foi utilizada para forro de poncho até a substituição desta peça pelo capote.

– A baetilha foi também empregada na confecção dos cartuchos de artilharia até ser substituída nesta utilização pela tela amiantina, por Aviso de 20 de março de 1876.

BAGAGEIRO, s. m. – Condutor de bagagens. Praça encarregada de bagagem ou da montada de um oficial. Ordenança.

– Bagageiros que se alistavam para acompanhar os soldados auxiliares gozavam dos privilégios deles e dos pagos. Alvará de 24 de novembro de 1646. Vide Instruções Gerais de 1762, art. 6.

– Enquanto desertavam eram reputados desertores e punidos como tais. Assim como os que não compareciam sendo chamados.

– Não serviam mais do que 6 meses. Portaria de 13 de fevereiro e 9 de maio de 1812.

– Os oficiais não terão por pretexto algum, qualquer praça impellido em serviço particular, Regulamento de 8 de maio de 1908 (1).

BAGAGEM, s. f. – Objetos de uso que os viajantes levam consigo, empacotados ou guardados em malas; provisão. – (Militar) – As armas e equipagem da tropa. O conjunto de viaturas e cargueiros que transportam a bagagem. Impedimento do Exército. (Formação francesa *Bagage*)

– O Regimento de 1708 e as Instruções Gerais de 1762, fazem especiais recomendações às bagagens dos corpos em marcha; assim, os oficiais deviam levar para campanha a menor quantidade possível de bagagens e criados.

– Vão todas reunidas no lugar determinado pelo comandante do corpo ou do exército, e o oficial que as conduzir será responsável pela falta de ordem durante a marcha, não sendo permitido a pessoa alguma separar-se do lugar que lhe for destinado. (Rep. C. Mat.)

– A dos oficiais do Exército, que em serviço transitam nas estradas de ferro, não devem exceder o peso de 90 quilos para cada oficial ou pessoa de sua família e 45 quilos para os filhos menores que pagarem passagem. Aviso de 20 de dezembro de 1880. Vide Aviso de 12 de maio de 1915; Boletim do Exército 20, de 1933.

BAINHA, s. f. – Estojo. Peça de couro ou metal que serve para resguardar a folha de uma espada, punhal ou baioneta e que fica pendente ou presa ao cinturão, talim ou talabarte. Faz parte do armamento. (Formação latina *Vagina*)

– As bainhas das espadas, sabres-baionetas e chifarotes eram antigamente de couro com guarnições de metal. Bainhas inteiriças, de metal, começaram a ser usadas a partir dos fins do século XVIII; isto, naturalmente, com referência aos exércitos modernos com armamento padronizado, etc., pois, já em Roma antiga e no Renascimento eram conhecidas as bainhas de metal.

– No Brasil, oficiais e praças dos corpos montados usaram tanto de um tipo como de outro até a Regência, sendo então generalizada a bainha de ferro ou metal branco. Os oficiais de granadeiros e fuzileiros conservaram, contudo o uso de bainha de couro preto em guarnições de metal amarelo, e os de caçadores com guarnições de metal branco até 1855 mais ou menos, época em que, para os oficiais em todas as Armas, ficou ausente o uso da bainha de metal branco. Os oficiais-generais gozaram de certa liberdade neste particular, e tiveram em geral espada dourada de lâmina fina, em grande gala, e sabre, em campanha, até 1848 mais ou menos, época em que se consagrou o uso do sabre de punho de marfim com bainha dourada lavrada com folhagem de carvalho, e em pequeno uniforme, bainha de couro com guarnição dourada. Os oficiais de Estado-Maior acompanhando esta evolução, diferenciavam-se em ter espadas com bainha de metal branco guarnecidas de metal amarelo.

– Os oficiais e soldados da Guarda Nacional e os dos Corpos Policiais seguiram sempre os usos do Exército.

– Bainha de couro preto com guarnições douradas foi usada na Escola Militar a partir de 1881. Este mesmo tipo de espada e bainha, porém, com guarnições de metal branco, foi adaptada em 1894 para todos os oficiais em pequeno uniforme, espada que mais tarde, passou a ser usada pelos sargentos do estado-menor dos corpos a pé.

– Bainha de couro cor de pinhão foi de grande uso no século XVIII, e não rara, a bainha de couro verde, para os oficiais de fortaleza em Pernambuco. Sendo a bainha flexível, um uso de então deve ser lembrado: o de se dobrar a bainha, quando vazia, como se vê em Passer.

– Bainha de couro branco foi peculiar às espadas de corte, assim como para a grande gala dos oficiais-generais, senadores, ministros, etc., uso que tem sido mantido até hoje para o corpo diplomático.

– Vide Armamento, Espada, Sabre.

BAIO, adj. – Amarelo torrado (falando de cavalos). (Formação latina *Badus*)

BAIONETA, s. f. – (Militar) – Arma de ponta em forma de espada, sabre, punhal ou adaga, que se adapta ao extremo do cano da arma de fogo portátil, longa, tornando-a assim uma arma de assalto.

– Querem alguns autores que a aplicação do punhal no cano do arcabuz remonte a 1575, sendo a seguir fabricada uma arma especial para aquele fim em Baiona, daí o seu nome. Afirmam outros que tropas francesas usaram tal baioneta de cabo de madeira em Flandres, no ano de 1642.

– Neste assunto, como em muitos outros de origem obscura, nada se pode afirmar. Diz a lenda que camponeses ou contrabandistas bascos em luta adaptaram suas facas a boca dos arcabuzes após ter-se esgotado a munição e que o acontecimento levou Baiona, em 1641, a fabricar tais armas. Consta, também, que em 1649 foi tentada a substituição do pique por tal arma, mas a tentativa não deu resultado.

– O positivo é que a baioneta de cabo de madeira foi adotada na França nos regimentos de fuzileiros reais criados em 1671 e a seguir, noutros corpos de Infantaria e nos Dragões por ordem de Louvois. Em Portugal e na Espanha seu uso data também do século XVII.

– Para corrigir o inconveniente de não poder o soldado atirar quando estivesse de baioneta calada, foi ela melhorada com a invenção do alvado. A solução foi encontrada em 1681 pelo marechal de campo Martinet, ou, segundo alguns autores, pelo general inglês Mackay, afirmando outros que Martinet apenas inventou o cabo de madeira e que o autor do alvado foi Vauban.

– Alvado é o pequeno tubo ao qual a lâmina está presa pelo cotovelo ou volta e que se encaixa na boca do fuzil. Nele, uma fenda dá passagem ao ponto de mira, ficando a baioneta presa ao fuzil após o movimento giratório.

– Houve baionetas de diversos feitios mas o modelo Vauban, em uso desde os fins do século XVII era formado de haste roliça e terminado em ponta de lança aguçada.

– É geralmente admitido que esta baioneta foi adotada na França a partir de 1703, por ordem do mesmo Vauban; contudo, Saint-Remy já a descreve como sendo regulamentar em 1702. Segundo este autor existiam já então dois tipos de arcabuzes: o que podia receber a baioneta, tendo para isso ponto de mira, e o que não a recebia e que era liso, no qual a haste da coronha ia até a extremidade da boca.

– Em razão da transformação do arcabuz em arma de assalto, o pique, que era a arma usada na Infantaria para aquele fim, começou a ser posto de lado em 1697. Tornando inútil depois de 1703, foi suprimido.

– A primeira carga de baioneta registrada na história deu-se na Batalha de Spir, na Baviera, em 1708. Já então, a abolição do pique concorrera para grandes modificações no aspecto do combate e na instrução das tropas.

- A baioneta de ponta de lança foi substituída em 1717 por outra, de lâmina fina e aguçada. Esta, por sua vez, transformou-se na de folha triangular, que permaneceu em uso até os fins do século XVIII, quando foi adotado um modelo mais longo.

- No século XIX, com as armas de percussão, o alvado recebeu um anel móvel para prendê-lo ao ponto de mira. As dimensões da baioneta regulam então 0,53m de comprimento total tendo o alvado 0,075m. Este tipo de baioneta foi usado na Infantaria pesada, em todos os países, até o advento das armas de retro carga.

- Uma baioneta deste tipo, porém fixa na boca do fuzil tornou-se tradicional na Rússia e assim é usada até hoje.

- Sabre-baioneta e espada baioneta. O uso da baioneta formada de uma lâmina longa e larga com punho e cruzeta tem início no século XIX, com a finalidade de dar à carabina o mesmo comprimento do fuzil provido da baioneta de alvado.

- Tal sistema teve início com a carabina inglesa Baker, de pederneira modelo 1800. Na França os caçadores tiveram suas carabinas armadas de um sabre reto em 1825.

- No Brasil, pelo Decreto 547, de 1848, foi distribuído aos caçadores um sabre reto com punho e guarda de latão que foi chamado "terçado de rifle".

- Por volta de 1850 a França adotou na cavalaria uma espada que se fixava na boca da clavina, para que os soldados fossem à carga quando desmontados.

- Com as armas do sistema de percussão, a França preferiu em 1844 o sabre-baioneta para as carabinas dos caçadores de Vincennes. Trata-se do sabre reto de lâmina larga, ajustado à boca da arma, lateralmente em um grampo. Esta arma entrou em uso no Brasil em 1860, para os caçadores, e em 1866 para os mosquetões da Artilharia a pé e da Engenharia. Foi conhecida vulgarmente pelo nome de refe e foi também chamada espada-baioneta, e com tal nome consta no Catálogo do Museu Militar de Lisboa. Não tem por este motivo, analogia alguma com a epeeé-baionette dos franceses, pois esta denominação qualifica a baioneta estoque de três arestas adotada na França para o Fuzil Gras modelo 1874 e de quatro arestas com o Lebel em 1886, esta com 0,52 metros, punho em bronze e níquel, e bainha de aço.

- Baioneta de estoque, escamoteável foi usada no fuzil Pieper, 1896; de dobrar, foi peculiar do mosquetão italiano de repetição.

- A especificação do sabre baioneta é a seguinte: punho, cruzeta, lâmina e bainha. O punho em latão ou madeira tem canal, mola e botão; a cruzeta apresenta de um lado o anel para o encaixe, de outro, em alguns modelos, um gancho; na lâmina distingue-se: as faces encavadas, o forte, o fraco, o bisel, o gume, o corte e a ponta. Sua bainha é de couro ou de aço.

- Iatagã, é o sabre-baioneta do fuzil Chassepot, adotado em 1866, e é assim chamado pela sinuosidade da sua forma. Foi também usada na América do Norte pela Peabody; aliás, naquele país já em 1855 fora adotado para a carabina regulamentar um sabre-baioneta com curvatura.

- No Brasil o iatagã entrou em uso em 1868 para mosquetão da Artilharia a pé e da Engenharia, e a seguir na Comblain em 1874, em vários tamanhos.

- Tem havido sabres-baionetas em diversos feitios e comprimentos: bem longos como nas carabinas americanas Sharp e Merrill, ambas de 1861; longos como nas Mauser usadas na Alemanha modelos 1888 e a 1898, e no Mauser Turco, 1903; com dentes no dorso como no do Martini-Henry, 1871. Em forma de gládio foi destinada aos sapadores e artilheiros e neste gênero é a do mosquetão Springfield modelo 1842. Em tamanho médio são inúmeros tendo a França adotado na 2ª Grande Guerra um novo tipo sem cruzeta.

- Sabre-punhal. É um dos tipos de baionetas mais usadas com as armas de repetição; sua lâmina tem regulado de 0,25 a 0,40 metros de comprimento. Em tamanho curto foi o modelo adotado no Mannlicher, 1888 e 1893; aguçado, o do Lee-Metfort, 1889 e o do Ross, 1905; com serra no dorso foi empregado pela Alemanha na "KAR 98".

- Entre nós o sabre-punhal começou a ser usado com o fuzil de repetição modelo 1888. Era preso à direita do cano. Não tem gancho na cruzeta e o comprimento da lâmina é de 0,25 metros. O uso deste gênero de baioneta continuou nos diversos modelos Mauser. No modelo 1908, tem os seguintes característicos: lâmina, punho, guarnição, e bainha. Na lâmina, com 0,30 metros, distingue-se a espiga, o talão, o gume, a ponta, o bisel, arestas e faces encavadas. No punho, as placas, o pomo com o bico e encaixe da presilha, o alojamento do retém da presilha, e o retém da presilha com botão, garganta, dente e mola. Guarnição é a peça que separa a lâmina do punho e compõe-se do alvado e cruzeta (parte curva por onde se prende as armas nos sarilhos). A bainha é de aço para o modelo 1904 e para a baioneta da clavina; de couro preto com guarnição de latão para os demais modelos.

BAIXA, s. f. - Abaixamento, abatimento. O ato de ser escuso do serviço. Dar baixa a um soldado, despedi-lo do serviço. Dar baixa, acabar seu tempo de serviço militar; despedir-se dele. Ter ou dar baixa ao hospital, ser abatido da força efetiva para se ir tratar no hospital. O documento pelo qual consta que uma praça deu baixa (do serviço ou ao hospital). Ter baixa do posto que ocupa. Baixa na culpa, eliminação do nome de um indivíduo no rol dos culpados em vista da sentença absolutória.

- A baixa no Exército, em seus diversos aspectos, tem sido regulamentada desde os inícios da legislação militar até hoje, sendo, porém seus princípios fundamentais resumidos e imutáveis não havendo grande diferença entre as leis antigas e as modernas. Em resumo, as baixas são dadas: a) por incapacidade física após inspeção de saúde; b) por incorrigibilidade a pedido dos comandantes dos corpos mediante o competente inquérito ou em virtude de sentença condenatória por crime infamante e quando o tempo da pena passar de um certo limite; c) na conclusão do tempo pelo qual as praças se obrigaram a servir; d) por falecimento. Há ainda o caso da baixa dada, na

força estadual pelo Presidente do Estado, a qualquer praça sem motivo declarado; e baixa de posto temporário. (1)

– Declarando terem baixa todos os oficiais de posto inferior a marechal de campo, inclusive, que estiverem empregados em ofícios públicos ou civis. Decreto de 12 de janeiro de 1754.

– Apenas os que servem os mesmos ofícios, prejudicando assim suas obrigações; não estando incluídos os oficiais reformados. Aviso de 29 de janeiro de 1791.

– Pelo Regulamento de 1763 os soldados que por idade ou moléstia tornavam-se incapazes de continuar no Real serviço eram despedidos, depois de devidas formalidades, cuidando-se deles para que não fossem "obrigados da necessidade a pedir pelas portas o seu sustento". O Regulamento adverte que os soldados não deviam ser despedidos nus, mas, sim, "com suas casacas, véstias e calções". Estas fardas deviam ser arranjadas de modo que não se parecessem com os uniformes. Alvará de 20 de outubro de 1763.

– Tinham baixa os oficiais que por sentença fossem condenados à prisão por tempo excedente a dois anos ou degredo. Alvará de 23 de abril de 1790. Veja-se Instruções de 9 de abril de 1805.

– Oficial, não podia alcançá-la sem requerer, declarando ao governo os motivos que tinha para a demissão; e havia de servir até que o requerimento tivesse a suprema decisão. Alvará de 12 de agosto de 1793.

– Aos oficiais inferiores não se podia dar, sem que a sua incapacidade fosse reconhecida por um conselho composto do major, do ajudante e do capitão mais antigo, contanto que não fosse da companhia do oficial inferior. Provisão de 16 de agosto de 1821.

– Para o hospital, devem ser passadas pelos chefes dos corpos ou dos destacamentos, e pelos quartéis-generais àquelas praças que não têm chefes imediatos. Alvará de 7 de agosto de 1797; Regulamento dos Hospitais Militares de 27 de março de 1805. Portaria de 12 de janeiro de 1825.

– Tinham os réus de terceira ou mais deserções, sem poderem novamente ser alistados, depois de cumprirem as suas sentenças. Decreto de 13 de outubro de 1827.

– Tinham os voluntários que cumpriam o tempo do seu serviço sem dependência de nova ordem do governo. Decreto de 13 de maio de 1808. Decreto de 28 de setembro de 1829.

– As Instruções de 31 de maio de 1857, regularam as baixas ou escusas do serviço do Exército às praças por conclusão de tempo (fossem recrutadas, engajadas ou voluntárias), de modo que essas escusas se verificassem segundo a antiguidade relativa às praças em geral de todo Império, e não segundo à antiguidade relativa entre as praças existentes em cada posto.

– Baixa por incapacidade física: Instruções de 1º de maio de 1858.

– Dando baixa às praças com 16 ou mais anos de serviço. Aviso de 25 de agosto de 1858 (2).

– Oficial ou praça baixado a Hospital ou Enfermaria Regimental perde o abono. Não o perderá, entretanto, o oficial ou praça cuja baixa tenha por causa ferimentos recebidos em combate ou na manutenção da ordem pública, moléstia adquirida em campanha ou acidente verificado em serviço. Toda situação do militar em serviço ativo que der causa à perda de gratificação, acarreta também a perda do abono de que trata a Lei 51, de 1935. Boletim do Exército 2, de 1936.

– Vide Inválidos, Rebaixar, Veteranos.

BAIXAR, v. tr. – Abaixar, descer, por em baixo; arrear, aprear. Inclinar: baixar a espada. – v. intr. – Passar de um lugar para outro menos elevado. Diz-se de ordens que dos ministros e tribunais superiores se enviam para autoridades e repartições inferiores. Baixar ao hospital. – v. pr. – Inclinar-se, curvar-se.

BAIXEIRO, adj. – Que se põe por baixo: Suadouro baixeiro, o que se põe no lombo do cavalo sob os arreios. – (Brasileiro) – Carona baixeira, a que se põe por baixo da enxerga. – s. m. – Manta que se põe por baixo da sela.

BAIXO, adj. – Que tem pouca extensão vertical, de pequena altura; que está em um nível inferior (de um lugar relativamente a outro), etc. – s. m. – A parte inferior. As notas ou sons mais graves. Instrumento musical de metal, que na banda de música dá as notas mais graves no diapasão geral. (Formação celta Bas)

BALA, s. f. – Esfera de metal destinada a ser lançada por uma arma de fogo: Bala de artilharia. Bala de espingarda. Projétil maciço ainda que não seja esférico. Bala oca, granada. Bala explosiva, bala oca carregada com matéria que explode depois de certo tempo ou pelo choque. (Formação raiz grega Ballein)

– As balas da mais antiga artilharia de fogo eram de pedra e esféricas, balas que depois foram reservadas aos pedreiros. Poucos estragos causavam às muralhas, sendo mais aproveitáveis em batalha campal, e de efeito mais moral que material. Nas antigas máquinas de guerra já eram empregadas balas de chumbo e massas de ferro rubro ao fogo, por isso é, fora de dúvida, que balas de metal fundido foram conhecidas no século XIV. Nos fins desta centúria, fabricavam-se balas de pedra com aro de ferro para os cercos, e era usado com sucesso o tiro de metralha formado de pedras ou ferro unidos por uma argamassa que se quebrava na descarga. Balas incendiárias formadas de pedras envolvidas de matéria incandescente são de antiga usança; assim como projéteis de pedra ou de ferro aquecidos e que tinham o defeito de inflamar rapidamente a própria pólvora da carga, pondo em risco a vida dos artilheiros.

- A partir de 1450 generalizou-se o uso da bala de ferro fundido, conhecida desde os meados do século XIV. Em começos, de calibre enorme, o que trouxe grandes inconvenientes, adotando a seguir calibres menores. Surgem também os primeiros canhões de bronze.

- Foi grande a variedade de bocas de fogo dos séculos XV e XVI, classificada sob nomes, bizarros ou extravagantes, desordenadamente fabricada em calibres arbitrários, o que se tornava difícil o municionamento. Não há, portanto possibilidade de delimitar para cada gênero de peça, certo número de calibres, pois as informações de autores coevos são discordantes, não estando isentas, muitas vezes de erros ou de fantasias. É certo que as grandes bombardas de 5 a 7 metros de comprimento lançaram balas de 50 a 150 quilos, e cita-se a bombardarda "de Gand" com peso de 17 toneladas, cuja bala de pedra pesava 340 quilos. As pequenas peças, como colubrinas médias e falcões, atiravam balas de chumbo ou de ferro, cujo peso ia de uma a 7 libras.

- Sob Henrique II, em 1550, foi a artilharia na França remodelada e as bocas de fogo reduzidas a 6 calibres (são os "seis calibres de França"): balas de 33 a 34 libras, para os canhões; de 15 libras a 15 e 4 onças para as grandes colubrinas; de 7 libras a 7 e 3 onças para a colubrina bastarda; de 2 libras para a colubrina média; de 1 libra e 1 onça para o falcão; de 14 onças para o falconete.

- Novas tentativas foram feitas posteriormente, entre as quais a de Sully, com o fim de uniformizar e padronizar de forma coerente e prática, não só os tipos de boca de fogo, como os calibres, pois não cessavam de aparecer peças nos mais variados diâmetros e tamanhos.

- O morteiro, inventado na Alemanha por esta época, representa um grande passo na artilharia com suas bombas carregadas de pólvora e providas de mecha, passando a ser uma terrível arma no cerco das praças.

- Nos fins do século XVI e começo do seguinte, os projéteis das bocas de fogo já estavam assentadamente classificados em calibres, ou seja, pelo número de libras do seu peso (libra ou arrâtel, cerca de 460 gramas). Deste modo, uma bala de calibre 4 pesava 4 libras ou 1.860 Kg. Note-se que as balas de chumbo eram de diâmetro menor que as de ferro em razão da diferença do peso específicos dos dois metais. Assim, uma bala de calibre 4, que em ferro tinha o diâmetro de 0,082 m, em chumbo, tinha o de 0,070 m.

- Para os morteiros e pedreiros, a classificação era feita conforme o número de polegadas do diâmetro da boca da arma.

- Bala ardente ou rubra, de ação incendiária, era a bala maciça aquecida em grelha ou forninho e introduzida na peça por meio de uma colher de dois braços. Tinha por fim abrasar e destruir alvos combustíveis como casas, paióis, navios, etc.

- O projétil incendiário era composto de piche, resina e estopa, tudo posto dentro de um saco, com quatro ou seis granadas de mão. Tinha a forma oval e era lançado por morteiro. Sobre este projétil, diz Tolozano que punha num saco 8 partes de salitre, 2 de

enxofre e uma de antimônio úmido com água, e no fundo do saco, uma granada para impedir a aproximação do inimigo no intuito de apagá-la; o todo era amarrado com arame e provido de um estopim.

– Bala encadeada era um projétil formado de duas balas ou duas meias balas de ferro reunidas por uma corrente; bala oca, a bomba que se enchia de pólvora, destinada aos morteiros, e que passou depois a ser carregada de balins.

– Em sua crônica sobre a guerra holandesa, diz frei Calado, que peças "eram carregadas de trancas de ferro que quebravam os mastros das naus." Sobre balas incendiárias, informa que, na armada de D. Antônio Oquendo, "meteram em uma bala envoltório de pano breado e fazendo lhe o tiro entrou a bala no paiol de munição e começou atear fogo a nau (holandesa) e sair dela fumo".

– Usou-se também na bala de artilharia um revestimento de couro ou de tecido, para melhor aderir à parede da alma, diminuindo assim a perda de gases.

– Bala rasa era então a bala de ferro comum, sendo "bala de bater" a de calibre grande ou médio, e "de amiudar" a de pequeno calibre.

– As balas de metralha eram em ferro fundido, e as menores, com 0,026 m, eram feitas em barra de ferro aquecida ao branco posta entre duas formas e batida. A estas balas, chamadas também biscainhas, eram empregadas nas lanternetas e cachos de uva. Foi muito usado também sacos contendo pregos, pedaços de ferro ou balas de mosquete.

– Havia ainda a bala fumígena ou sufocante, que continha gás ou fumaça sufocante ou mortífero, e a bala de fogo para iluminar à noite com luz fortíssima, os trabalhos de sapa do inimigo, sendo lançada por morteiro até a distância de 600 metros.

– Sob Luiz XV foram os calibres regulados pelo general Vallière em 1732, regulamentação aceita e adotada então em toda a parte. Fica então estabelecida uma tabela rigorosa para o diâmetro das balas, das peças ou canhões, dos morteiros e dos pedreiros; para estes últimos, fez-se depois a transferência das medidas em polegadas para o sistema métrico.

– Em 1765 com a reforma Gribeaval a artilharia de campanha é formada de peças de 4, 8 e 12; a de sítio de 16 a 24, e a de praça de 36. Estes calibres e mais alguns aparecidos posteriormente são mantidos até o advento do canhão raiado em 1858, entrando então em uso esferas raiadas.

– O raiamento em armas de fogo portáteis já era conhecido de antiga data em armas de luxo e de caça quando Robins, no meado do século XVIII preconizou seu emprego nas bocas de fogo, aconselhando também a adoção de projéteis alongados. Tais transformações não podiam ser feitas então devido à forma esférica das balas e ao carregamento pela boca da peça.

– Os velhos canhões eram transformados em balas, conforme se lê em comunicação do ajudante Rangel em 1791, na qual diz que do Rio se remeteram para Lisboa 58

canhões imprestáveis para serem fundidos e reduzidos a bala. Outra remessa foi feita em 1794 (3).

– Um tipo de projétil bastante usado antes do raiamento era o composto de bala esférica com cinta de folha de ferro presa ao respectivo cartucho usual.

– Depois de várias experiências e graças a circunstâncias favoráveis, a artilharia passa a ser raiada adotando novos projéteis. Assim, em 1858, a França passa a armar sua artilharia com canhões de bronze, raiados, que se manterão até 1870, e para os quais adota balas de ferro fundido, oblongas e rombaidais, com um vazio no centro e exteriormente com furos, onde eram atarraxadas cabeças de estanho que se dilatavam com o calor dos gases e se imprensavam nas raias tomando a bala o movimento de rotação que lhe dava maior alcance e precisão.

– O obus com balas (Schrâpnel) da mesma época, ogival e com gargalo, continha balas presas por enxofre e areia ficando a carga explosiva e a espoleta na parte superior. Foram estes projéteis empregados a partir de 1803 e, com sucesso, na campanha na Itália, em 1859. A classificação, em todos estes, era expressa pelo respectivo peso em quilos: bala de 4, de 18, 12 e 24. A bala de 4 quilos alcançava 4.500 m. Seu tiro era justo até 1.800 m.

– Para os canhões raiados, de bronze, sistema Reffye, de carregar pela culatra, a bala era designada pelo seu peso em quilos ou pelo diâmetro da arma da peça (obuses de 5, de 7 e de 13,8), e tinha a camisa de chumbo na parte cilíndrica; revestimento que também fora usado pelos alemães nos projéteis do Krupp em 1870. Evita-se o chumbamento das raias por meio de lubrificantes.

– Nos canhões de aço, raiados, sistema Bange de carregar pela culatra, adotados depois de 1877, e para os da Marinha, quando a bala tivesse menos de 0,10 m de diâmetro, o sistema de classificação era por milímetros do diâmetro da alma: bala de 80 mm, de 90 mm, etc. Quando as balas fossem de maior diâmetro e para os morteiros, o sistema era o do centímetro: 14 cm, 24 cm; etc.

– Os projéteis para o sistema Bange tinham uma cintura de cobre, metal que melhor se amoldava às estrias.

– A carga de projeção era posta em cartucho ou saco de flanela ou de tela amiantina, como na velha artilharia, tanto para as balas explosivas, como de ruptura, granadas, e shrapnels.

– O cartucho metálico, contendo a carga de expulsão, a espoleta e a bala, foi adotado por volta de 1885, do que resultou a artilharia de tiro rápido. Contudo, nas peças de grandes calibres, a carga continuou a ser posta separadamente da bala.

– Os obuses de balas adotados na França em 1883, tornam-se projéteis de grande eficácia pela espoleta de tempo rigorosamente regulada. A partir de 1886, os obuses adquirem poderoso poder explosivo, pela melinite descoberta por Taupin, explosivo que substitui definitivamente a pólvora negra.

- Com os canhões de aço continuou em uso nos projéteis com a cintura de cobre, metal oito vezes mais tenaz que o chumbo. No forçamento de expansão, a cintura se dilata ajustando-se às raias ou simplesmente à arma, como nos morteiros.

- Nos fins do século XIX, havia para os obstáculos o obus de melinite (ou obus torpedo) e o obus de ruptura para os obstáculos de resistência excepcional. Contra alvos animados, o obus de metralha e a caixa de metralha ou lanterneta. Nos obuses de ruptura a ponta da ogiva foi conservada; nos outros foi substituída pela cabeça da espoleta roscada.

- A seguir aparecem os projéteis de aço: obuses de obstáculos com espoleta percutante; obuses de ruptura contra couraças de navios e blindagens de fortificações, etc. Foi usado também o obus de ruptura, pontudo, sem espoleta, que explodia pelo aquecimento, devido à rotação.

- Os projéteis passaram a ser cobertos com uma mão de pintura de plumbagina tendo partes em cor para distinguir os obuses de bala dos de melanite. Os anéis salientes eram pintados com miniom antes da plumbagina.

- No Brasil, como por toda parte, foram usados na antiga artilharia lisa de carregar pela boca os seguintes projéteis esféricos: a bala maciça; o shrapnel carregado de pólvora e balas; a granada, carregada de pólvora, e a bomba que era um projétil no mesmo gênero, mas em maior tamanho e com asas. Além destes, o cacho d'uvas ou pirâmide, a bala encadeada, a palanqueta e a lanterneta.

- Com a artilharia raiada, de bronze, carregando pela boca, são empregados os primeiros projéteis alongados: a granada ordinária com espoleta e carregada de pólvora; a granada reticulada, chamada também Bassompierre (4), no gênero da anterior; o shrapnel, com gargalo em lugar da ogiva, com espoleta, carregado de balins e areia, separados da carga por enxofre; e a lanterneta de zinco carregada de balas ligadas por enxofre.

- Na artilharia Whitworth raiada, de ferro, de carregar pela boca, os projéteis foram: a bala maciça; a granada ordinária com espoleta e carga de pólvora, tamanho comum ou longa; o Shrapnel de Boxer contendo carga, balas com breu, e a escorva; todos estes projéteis oblongos e com seção hexagonal na parte central. Além destes, a granada de punção, em aço, com carga de pólvora em saco e que explodia pelo aquecimento contra couraça de ferro; a lanterneta de ferro fundido contendo balins e breu e a esfera maciça, raiada, empregadas em número de três em cada tiro.

- A bala Palliser era um projétil de ruptura destinado a agir contra encouraçamento, com a ponta de fundição temperada, tendo havido tipos maciços ou com carga de pólvora, ambos com travadores.

- Com os canhões Armstrong, de fortaleza, foram usados os projéteis Palliser; a granada comum; o Shrapnel de Boxer com balins, carga e espoleta; e a granada segmentária, tendo interiormente fragmentos de ferro fundido e carga.

- Nos primeiros canhões Krupp, usaram-se: a granada ordinária com espoleta, carga de pólvora e camisa de chumbo; a lanterna de folha de zinco com balas do mesmo metal; e o Shrapnel, com espoleta petardo, balas de chumbo e enxofre. Posteriormente foram experimentados outros projéteis, com anéis de cobre em lugar da camisa de chumbo. Para os canhões de fortaleza, a granada era de aço; para os de campanha, era a ordinária.

- O canhão revólver Hotchkiss, calibre 37 usou dois projéteis em cartucho metálico: a granada com carga de pólvora e espoleta, e a lanterna de balins.

- Vide Bomba, Granada, Obus, Schrapnel.

♦ **Armas de Fogo Portáteis**. Como na Artilharia, eram esféricas as balas das antigas armas de fogo portáteis, tanto para a colubrina de mão, como depois para o arcabuz e o mosquete, e mais tarde para os fuzis de pederneira. Eram feitas com chumbo derretido, ou mais comumente, por pressão a frio ou a quente, em fôrmas. Em Portugal eram classificadas por adarme, isto é, pelo seu peso em meias oitavas, assim, uma bala de adarme 10, tinha o peso de 10 meias oitavas, ou seja, 17,60 gramas. Balas envolvidas de couro ou pano e enebadas foram empregadas no século XVII e parecem ser de origem espanhola. O processo também foi usado na América do Norte, no Kentucky, informa George.

- Sobre outros usos antigos dá referências frei Manoel Calado quando diz, ao descrever a Batalha das Tabocas, que o "inimigo pelejava com palanqueta e balas enramadas; e muitas delas ervadas segundo se viu, porque nas bolsas dos mosquetes que os mortos (holandeses) deixaram se achou toucinho e sebo entre as balas; e por esta causa as feridas ainda que, aliás, fáceis eram ruins de curar". Sobre o emprego de balas com adarme menor que o da arma, diz o mesmo autor, que na Batalha do Cunhaú muitos soldados de Camarão ficaram com sinais e nódoas evidentes no corpo das balas dos holandeses, "que davam-lhes nos peitos e lhe caíam nos pés sem lhes fazer outro dano" (5).

- Em geral as balas esféricas de chumbo foram usadas até o advento das armas de percussão fulminante em 1842, e mesmo depois. Contudo, no início do século XIX surgem as primeiras tentativas para a sua substituição.

- Na França, em 1826, o capitão Delvigne criou uma carabina com 6 raias e câmara estreita, sendo a bala esférica de chumbo introduzida pela vareta ficando presa no gargalo da câmara. A câmara estreita foi adotada oficialmente, mas pouco tempo depois o sistema foi abandonado devido o desvio da bala dada a sua deformação.

- Quanto à bala cilindro-ogival ou cônica há enorme divergência entre os autores não só quanto à data como quanto ao seu inventor. Assim, consta que a bala Pontcharra com taco de madeira que a ajudava a se imprensar no cano apareceu em 1836, e que foi adotada em 1838 na Companhia de Caçadores a pé, transformada depois em Caçadores de Vincennes. Em 1841, Delvigne patenteou uma bala cônica-cilíndrica com escavado na

base. Com relação ao sistema de armas *à tige*, isto é, com um pino roscado no eixo da culatra, seu invento é atribuído tanto ao coronel Tamisier, em 1828, como ao coronel Thouvenin que o fez adotar em 1844. A bala era batida pela vareta, sendo esférica nas armas lisas, e alongada, tipo Nessler de 32 gramas, nas raiadas, por causa da rotação. O uso desta última foi adotado pelo governo francês em 1846 em carabinas distribuídas aos Chasseurs d'Afrique.

– Tamisier criou um tipo de bala com dois ou três canais agudos, circulares na superfície.

– A consagração do sistema de percussão fulminante, em 1840, determinou o emprego definitivo das balas alongadas por oferecerem menor resistência ao ar e maior precisão no resultado, apesar de continuar ainda em uso grande número de armas lisas.

– Por volta de 1846 o capitão Minié, instrutor na Escola de Vincennes pôs em experiência uma bala cilíndrica de forma original com o peso de 28 gramas que produziu grande sucesso e veio a causar considerável transformação nos projéteis, estabelecendo novos princípios. Adotada pelo governo francês em 1848, deu-se início à eliminação do sistema *à tige*, de recente aprovação.

– A primeira bala Minié era oca na base onde uma pequena calota de ferro recebia a pressão da explosão expandindo assim o corpo da bala. Após várias transformações passou a ter o oco ou vazio da base, livre, pois a pressão nele exercida pelos gases era suficiente para a sua expansão. Com este aspecto foi a bala consagrada em 1854 e distribuída na França a diversos corpos, desaparecendo *à tige*, definitivamente, em 1857.

– Na Inglaterra, experiências com bala alongada amoldando-se as raias foram feitas já em 1823 pelo capitão Newton, não tendo, contudo havido mudança no sistema estabelecido.

– Em 1834, Berner, do exército do Bronswick, criou uma carabina com duas raias e bala esférica, cintada, arma que foi então adotada na Inglaterra. Aliás, o mesmo processo já tinha sido estudado em 1600.

– Para o fuzil Lancaster, de alma elíptica, foi criada uma bala com idêntica seção (segundo alguns autores), ou esférica. Esta solução já fora proposta por Beaufroy em 1808 e experimentada por Berner por volta de 1835.

– Ainda na Inglaterra, o general Jacob procurou melhorar a Bronswick fazendo-lhe 4 raias e balas com dois anéis cruzados, não obtendo aceitação. Criou então balas de forma cilindro-conoidal com 4 saliências, o que representou um grande passo na evolução dos projéteis.

– O armeiro Greener de Birmingham patenteou em 1836 balas ovais e esféricas com base plana e com um oco, guarnecidas parcialmente com um pino e um botão. Com a explosão da carga o pino entrava na bala ajustando-a ao cano. O invento foi rejeitado pelo governo.

- Em 1851, a Inglaterra, acompanhando o movimento de renovação, resolveu-se pela bala cilíndrica do sistema francês Minié, com calota de ferro no fundo. Já no fuzil Enfield, modelo 1853, calibre 57, passou ela a ser de base oca no sistema Pritchett, com cunha de madeira, que mais tarde foi substituída por cunha de argila cozida.

- Diz George que o fato de serem os cartuchos de então ensebado com sebo de vaca foi uma das causas da rebelião indiana de 1857, por deverem os soldados daquela colônia romper o cartucho com os dentes, o que lhes era insuportável por ser a vaca um animal sagrado.

- Houve enorme variedade de balas, desde as primeiras experimentadas, como as Delvigne, Charrin (uma das quais com chumaço de fios na base), Tamisier, Nessler, etc., como outras nos mais imprevistos feitios, arredondadas ou pontudas, algumas cintadas com anéis ou vincos, outras compostas de duas ou mais partes, havendo em grande número, com depressão ou buraco na base, servindo a bala Minié de modelo para muitas delas. São numerosas as balas Mangeot, as Fancy, as Peters, as Lowell, etc. Aparecem formas especiais na Bélgica, Holanda, Espanha, Inglaterra, Prússia, Rússia, e, sobretudo, nos Estados Unidos.

- Uma bala tubular com um canal no eixo, destinado a reduzir a resistência do ar, foi inventada por Krnka-Hebler. Neste sistema outras balas foram experimentadas.

- Em 1855 o governo norte-americano iniciou os primeiros ensaios para adotar a bala cônica em armas de cano raiado.

- A Inglaterra e a América do Norte usam ainda o sistema de polegadas e suas frações para a classificação das armas de fogo. A França desde 1801 substituiu-o pelo sistema métrico, o que foi seguido por muitos países entre os quais o Brasil, em 1862. Deste modo, entre nós o adarme passou a ser expresso em milímetros: fuzil francês de percussão, adarme 17,5 (0,017m), bala esférica 0,0165m de diâmetro, peso 27 gramas; fuzil inglês, de adarme 18 e bala de 0,017m de diâmetro.

- A bala do fuzil Whitworth, de 1855, com peso de 34,5 gramas, é característica pela seção hexagonal que acompanha a forma da alma, tendo havido também cilíndrica. Não foi adotada oficialmente pelo governo inglês, mas teve aceitação em muitos países.

SISTEMA PEDERNEIRA, ALMA LISA, BALA ESFÉRICA (RESUMIDAMENTE)			
País	Modelo	Diâmetro	Peso
França	1777	de 16,3 a 17	de 26 a 30 gr
	1801		
	1822		

SISTEMA PERCUSSÃO, ALMA RAIADA, BALA ORIGINAL			
País	Modelo	Diâmetro	Peso
Inglaterra	Enfield 1853	16,5	47 gr
França	Minié 1854		

SISTEMA RETROCARGA, TIRO SIMPLES, CARTUCHO DE PAPEL

País	Modelo	Diâmetro	Peso
Alemanha	Dreyse	15	31 gr
França	Chassepot	10	25 gr

- Com as armas de carregar pela culatra, o cartucho de papel combustível contendo carga, o fulminato e a bala, passa a ser introduzido inteiro na culatra. É dos primeiros, neste sistema, o fuzil Dreyse, a partir de 1841, com bala oblonga pesando 24,5 gramas. Outros fuzis apresentaram melhoramentos, como, mais tarde, o Chassepot com cartucho de papel de seda e base e bala ogival. A seguir, aparecem cartuchos de papel e ouropel, e os primeiros estojos de latão. Nestes, como as armas são ainda de calibre alto (10 a 12), o peso das balas é de 16 a 30 gramas.

- O aparecimento da pólvora sem fumaça, a partir de 1885, além de permitir a redução dos calibres e da maior velocidade inicial, possibilitou o desenvolvimento do carregamento múltiplo ou repetição. O fuzil Lebel, modelo 1886, calibre 8 com bala de chumbo endurecido e camisa metálica, pesando 15 gramas atinge a velocidade inicial de 610m. Os calibres começam a descer, e em alguns países chegam a 6 ou 6,5 estabilizando-se no geral, em 7 a 8. A bala com camisa de aço foi criada em 1880 pelo alemão Lorenz, e a de cobre, pelo suíço Rubin.

- O princípio estabelecido então é de que a bala para melhor se dirigir no ar, deve ter no mínimo três calibres de comprimento, diminuindo nos maiores e aumentando nos menores, regulado nestes 0,030m mais ou menos de comprimento. As balas modernas são por esta razão de maior alcance e precisão.

- Os movimentos da bala no ar são: o de propulsão para frente; o de rotação em torno do eixo; e os movimentos anormais, além das vibrações. Velocidade inicial é a que a bala toma no 1º segundo ao partir da boca da arma, sendo maior nas balas de menores calibres.

- As balas modernas são de chumbo para as armas de grande calibre; para as de pequeno calibre (fuzis, etc.), de chumbo endurecido com 5% de antimônio ou 8% de estanho, ou então de chumbo com camisa fina de níquel, de cobre, de aço ou de *maillechort* (8 partes de níquel e 2 de cobre). Outras combinações metálicas existem sendo condenado o ferro e o aço devido à ferrugem e por estragarem as raías da arma.

BALAS EM USO NAS DIVERSAS POTÊNCIAS MILITARES ANTES DA GUERRA DE 1914-1918

País	Denominação e Modelo	Calibre	Peso (gramas)	Comprimento (mm)	Camisa
Alemanha	Mauser 1905	7,9	10	28	aço plaqué maillechort

BALAS EM USO NAS DIVERSAS POTÊNCIAS MILITARES ANTES DA GUERRA DE 1914-1918

Áustria	Mannlicher 1895	8	15,8	31,8	aço lubrificado
Bulgária	Mannlicher 1895	8	15,8	31,8	aço lubrificado
Bélgica	Mauser 1890	7,65	14,10	30,5	maillechort
Dinamarca	Krag 1889	8	12,8	30,5	aço niquelado
Espanha	Mauser 1893	7	11,25	30,9	aço niquelado
Estados Unidos	Springfield 1905	7,62	9,7	27,5	cobre niquelado
França	Lebel 1886M	8	15	30	maillechort
Grécia	Mannlicher 1905	6,5	10,4	31,4	aço plaqué maillechort
Holanda	Mannlicher 1892	6,5	10,3	31,4	aço niquelado
Inglaterra	Lee 1889-1903	7,7	14	32	maillechort
Itália	Carcano 1891	6,5	10,5	30,2	maillechort lubrificado
Japão	Arizaka 1897	6,5	10,5	32,5	aço niquelado
Noruega	Krag 1893	6,5	10,1	32,5	maillechort
Rússia	Mussine 1891	7,62	13,73	30,5	maillechort
Suíça	Schmidt 1889	7,5	13,8	30,3	aço niquelado
Turquia	Mauser 1891	7,65	13,7	30,8	aço niquelado

- Argentina, Bolívia, Peru, Paraguai, fuzil Mauser com os mesmos característicos do da Turquia; Romênia, Mannlicher como o da Holanda; Suécia, Mauser.

- As balas de revólver, em calibre 7 a 12 são de chumbo puro ou endurecido, com ponta redonda ou ogival truncada, tendo de comprimento metade das de fuzil, e peso de 7 a 8 gramas; as antigas, de grande calibre, 10 a 15 gramas.

- No fuzil Mauser brasileiro calibre 7, modelo 1895 e modelo 1908 a bala do cartucho de guerra é de chumbo endurecido com 3% de antimônio, em ogiva, com camisa de maillechort, comprimento de 0,0308m, peso de 11,30 gramas, velocidade inicial de 680m; cartucho completo, peso de 26 gramas, comprimento de 78mm.

- Bala Dum-Dum é a bala deformável com a cabeça cortada em cruz no sentido longitudinal, muito usada na África para a caça de animais ferozes, como a da Lee-Medford com camisa de maillechort e cabeça descoberta. Estas balas, e as balas explosivas de armas portáteis são expressamente proibidas em guerra.

- Vide Adarme, Calibre, Cartucho, Fuzil.

BALANCETE, s. m. - Balanço parcial duma escrituração comercial; resumo dum balanço geral.

– A organização do balancete do Conselho de Administração compete ao almoxarife-pagador, devendo o ajudante registrá-lo no livro de atas. Aviso 103, de 1932. Prazo de apresentação pelas unidades administrativas e encaminhamento ao Serviço de Fundos do Exército. Boletim do Exército 27, de 1936.

BALANCIM, s. m. – O mesmo que balanceiro. Peça de madeira do armão e outras viaturas.

BALÃO, s. m. – Invólucro oco, esférico ou oblongo, de matéria impermeável e leve (papel, tecido impermeabilizado ou borracha) que, cheio de ar quente ou de um gás menos denso que o ar se eleva na atmosfera; aeróstato, etc. (Formação francesa *Ballon*)

– Vide Aeróstato.

BALÁZIO, s. m. – Grande bala; golpe de bala.

BALDE, s. m. – Vaso de madeira, de folha de flandres ou de zinco, de forma quase cilíndrica, alto, ou de couro, de forma cilíndrica, com um pau atravessado na linha superior ou um arco de metal, por onde se suspende ou se lhe pega; serve para tirar ou transportar água (Formação latina *Batellus*)

– Na artilharia é utensílio usado para a lavagem dos canhões e viaturas; no equipamento da cavalaria é de lona e serve para dar água a beber aos animais, além de outros misteres.

– Manda-se adotar os baldes de sola em lugar dos de madeira em uso na artilharia de bronze. Aviso de 8 de fevereiro de 1876.

– O balde e o bernal fazem parte da montada do oficial. Aviso de 7 de fevereiro de 1907.

BALESTRA, s. f. – (Antigo) – Máquina de arremessar pedras, trabuco. O mesmo que balista. (Formação latina *Ballistra*)

– Vide Balista.

BALESTREIROS, s. m. pl. – (Antigo) – Ameias, bailéus donde os besteiros atiravam; seteira.

– Pequenos vãos abrigados feitos na espessura das cornijas elevadas das torres e muralhas medievais por onde se lançavam projéteis e matérias inflamadas sobre os sitiados (espécie de *machicoulis*). Tinham em geral a forma de frestas verticais e por elas os arqueiros e besteiros atiravam sobre o inimigo. No século XV e XVI, passaram a ser arredondados para dar passagem aos canos das colubrinhas de mão e arcabuzes.

BALISTA, s. f. – (Militar, Antigo) – Máquina de guerra que servia na antiguidade e na Idade Média para arremessar pedras e flechas. (Formação latina *Ballista*)

– Máquina de guerra usada pelos povos antigos e cujo nome nos foi transmitido pelos Romanos. Crê-se que também tenha sido conhecida pelos Fenícios.

– Era a balista uma grande máquina, pesada e complexa, em várias formas e dimensões. Representava na legião romana, o papel da artilharia nos exércitos modernos, não se conhecendo delas nenhum documento iconográfico além das descrições dos autores antigos. Seu manejo ocupava em geral 12 homens.

– Sua forma mais comum era a de enorme besta com arco de grande dimensão, cuja corda de tripas ou de crina era distendida por um torno. Libertando-se a corda do dente que a prendia o projétil partia com grande força. Os dardos pesados e longos, armados em um canal no eixo da máquina, eram atirados à distância de 150 a 500 metros; assim como pedras de 12 a 100 quilos.

– Houve balistas fixas sobre base e outras sobre rodas para serem transportadas, a que se chamavam carrobalista.

– Na Idade Média passou por várias transformações e as menores tiveram o nome de escorpião.

– A balista serviu também para atirar fachos acesos e projéteis inflamados, surgindo daí a confusão com outras máquinas da artilharia anterior a pólvora.

– A catapulta e o mangonete são classificados de balista mesmo em autores antigos. Segundo Vegezio servia para lançar longos dardos; segundo Vetrúvio, para atirar pedras. E assim, pouco se pode afirmar de positivo sobre esta máquina como sobre várias outras da primitiva artilharia.

BALISTÁRIO, s. m. – (Antigo) – Soldado que trabalhava nas balistas. O artífice que as construía. Lugar onde se guardavam. (Formação latina *Ballistarius*)

– Em Roma e na Grécia antiga houve arcobalistário, carrobalistário, manubalistário e outros.

BALÍSTICA, s. f. – Ciência que trata do arremesso e alcance dos projéteis.

– É a ciência do movimento dos corpos pesados no espaço em geral, mas se aplica particularmente aos projéteis de artilharia. Estuda a velocidade do projétil em um ponto e determina seu movimento e trajetória, a resistência do ar, e a influência do vento, para se chegar à justeza do tiro.

– Divide-se a balística em balística interior e balística exterior.

– Balística interior é a que tem relação com o projétil na arma. Teve início em 1839 com os estudos do general Piobert sobre os diversos problemas da combustão da pólvora, da produção do gás e sua pressão no projétil. Os cálculos e a prática caminharam então a par, donde a balística teórica a balística experimental.

- A Balística exterior é ciência bastante antiga que estuda a trajetória dos projéteis (em tempos antigos sob idéias errôneas) e cujas bases positivas foram estabelecidas por Tartaglia no século XVI, que demonstrou ser a trajetória uma curva; e por Galileu, que em 1638 provou ser ela uma parábola devido à ação constante do peso do projétil.

- Destacaram-se no estudo da balística e ciências correlatas às armas de fogo, Leutman de São Petersburgo (1730), Newton, Torricelli; o matemático Euler, Borba e Cassandi. Benjamim Robins, matemático inglês, e engenheiro mecânico da Companhia da Índia Oriental, demonstrou em 1747, ante a Real Academia, com seu estudo "Observações sobre as vantagens das peças de cano raiado", os efeitos complicados que o ar exerce sobre os projéteis, e que se atribuíam a força variável da pólvora. Seu notável estudo que foi publicado em 1747 é a base de toda a teoria do raiamento e nele preconiza o autor o emprego dos projéteis alongados. Foi também o inventor da pêndula balística, instrumento dos mais úteis na artilharia, pois serve para reconhecer a velocidade dos projéteis, e, portanto, da força das diversas pólvoras. "É construído segundo as leis complexas que regem a transmissão do som. Compõe-se de uma espécie de manga onde a bala penetra e se retém, e de uma pêndula disposta de maneira a receber e a demonstrar por suas oscilações o movimento da bala" (1).

- Blondel e Belidor na França, calcularam os diversos alcances que se podia dar a um determinado canhão, segundo as cargas usadas.

- De estudos posteriores sobre a resistência do ar resultou a adoção dos projéteis alongados em lugar dos esféricos, girando em torno do seu eixo devido às estrias na alma de arma de fogo, para se manterem tangentes à sua trajetória, conforme a teoria de Robins.

BALIZA, s. f. – Estaca ou bóia que se põe sobre um banco de areia ou rochedo oculto na água para que as embarcações o evitem. Estaca que marca um limite ou sinal. Meta. – (Militar) – Oficial inferior que maneja um bastão dirigindo o toque dos tambores.

- Baliza de exercício só haverá em continência geral. Regulamento e Instrução de Infantaria; Decreto de 7 de agosto de 1820. (Rep. C. Mat.).

- Como designativo de tambor-mor, só é usado modernamente, pois, nem em autores, leis, instruções ou tabelas antigas o termo é empregado em tal caso.

- Vide Bandeirola, Tambor-mor.

BALSA, s. f. – Mata espessa, silvado. Tapume, etc. Paus atados uns aos outros em forma de jangada. Barril grande mais largo no fundo que na boca. Estandarte de que usava os templários. (Formação basca Balsa)

- Ponte flutuante, sobre troncos de árvore, batéis, pipas vazias, etc., para passagem de rio; jangada de tábuas. Também se fazem balsas de couro, com ligas de cargueiro.

BALSÃO, s. m. – Bandeira, pendão. Insignia que se levava estendida quando o exército marchava. Grande estandarte dos templários.

BALUARTE, s. m. – Bastião, construção de defesa, volumosa, feita de terra e sustentada por muralha, relva ou simplesmente por terra batida. Fortaleza; lugar seguro. (Formação italiana *Baluardo*)

– No sentido restrito e moderno é o mesmo que bastião: saliência nas obras fortificadas que aparece na segunda metade do século XV, e que depois se definem com gola, faces e flancos. Dois baluartes na obra se unem por uma cortina. Em sentido genérico é obra de defesa do corpo principal, seja de ter muro ou madeira.

BANDA, s. f. – Lado; parte. Lista larga. Faixa larga e comprida de seda ou de lã, usada na cintura ou a tiracolo pelos oficiais e oficiais inferiores. Fita larga que os condecorados com Grã-Cruzes de certas ordens militares trazem a tiracolo. Banda de artilharia, os tiros de canhões de um bordo do navio, bordada. Corporação de músicos civis ou de militares, estes, em cada batalhão ou regimento. – (Heráldica) – Faixa que atravessa diagonalmente o escudo do ângulo direito superior ao ângulo esquerdo inferior. – (Costura) – Lista larga de diferente cor ou tecido na borda da farda, nos uniformes. Parte revirada de cada lado da farda. (Formação francesa *Band*)

– Informa Racinet (1), que a "cruz branca foi desde o século XVI marca distintiva dos franceses e posta nas vestimentas e estandartes. Em seu lugar foi adotado pelos protestantes a banda branca, que a partir de Henrique IV ficou na casa real, sendo a cruz branca mantida apenas nas bandeiras."

– A banda como insignia militar consagrou-se no século XVII, assim, os mestres de campo e os chefes militares tinham sempre uma faixa larga à cinta e às vezes a tiracolo. A propósito diz Cunha Matos o seguinte: "Insignia de que usam os oficiais de patente e os sargentos do Exército. São diversas as opiniões sobre a origem das bandas: uns dizem que tiveram princípio como ornato; outros como rede para conduzir os feridos ou mortos. João Mendes de Vasconcellos, autor militar mui erudito que escreveu, e fez imprimir em Lisboa a sua Arte Militar no ano de 1612, diz que os soldados usavam uma banda, ou cinta de cor da cruz das bandeiras dos seus capitães, para se distinguirem e conhecerem as companhias a que pertenciam. Naquele tempo não se haviam estabelecido uniforme militares, e por isso era indispensável o tal distintivo que continuou enquanto se não fizeram fardamento com uniformidade. E porque a libré antiga da Casa Real Portuguesa era vermelha (foi substituída pela da Casa de Bragança no tempo do Senhor D. João IV; e novamente adotada na ocasião do consórcio do Senhor D. José Rei de Portugal com a Senhora Rainha D. Mariana Victória), os oficiais do exército fizeram uso das bandas desta cor; trazendo-as os de cavalaria a tiracolo; e os de infantaria à roda da cintura, posto que estes algumas vezes também as trouxeram a tiracolo."

– Nas tropas de 1ª Linha, durante o século XVIII, a banda era encarnada com franja curta, da mesma cor ou dourada. Aos oficiais não combatentes do Exército, o seu uso foi vedado pelo Regulamento de Infantaria de 1763, porém decretos posteriores alteraram esta disposição.

– Aos oficiais de 2ª Linha, o Decreto de 7 de agosto de 1796 determinou que usassem de banda com os da 1ª Linha. Os oficiais de Ordenanças (3ª Linha) não usaram no século XVIII, conforme se vê em figurinos da época. O Plano de Uniformes de 19 de maio de 1806 não vedou o seu uso a estes oficiais, assim como aos empregados civis das Repartições do Exército que tivessem graduações militares.

– Na cavalaria do século XVIII os oficiais usavam-na à tiracolo, ou à tiracolo e cintura. Depois de 1796, aparecem as borlas com franja compridas azuis e brancas, o que é confirmado pelo art. 18 do Plano de 19 de maio de 1806, devendo os oficiais-generais e brigadeiros, no grande uniforme trazê-lo por baixo da farda, pois suas fardas eram abertas ficando a banda sobre a véstia ou colete.

– Por volta de 1815 começa a ser usada a banda rígida ou "de cinta" presa por tranquetas na frente, ou por colchetes lateralmente e com dois cordões, que partindo das traseiras vinham folgadamente pela direita, prender-se à frente da banda de onde prendiam duas pequenas borlas; houve também sem estes cordões, só com as borlas, ou com estas de lado direito. Usou-se ainda, por esta época, (1815-1825) uma banda mais larga e guarnecida em toda a volta de 3 galões dourados, com tranquetas na frente e sem borlas. O Museu Paulista possui dois esplêndidos exemplares destes tipos: um guarnecido de galões e outro com cordões e borlas. Aparece também em figurinos de caçadores da Divisão Auxiliadora, a banda de passadores, à moda húngara. Toda esta variedade de bandas foi usada sob D. João VI e mesmo sob D. Pedro I, conforme se vê em retratos e estampas de então. Contudo, já o Decreto de 21 de junho de 1822 esclarece que a banda dos oficiais deve ser de retrós e fio de prata, e a dos sargentos, de lã. A 6 e 12 de julho daquele ano saem advertências para que as bandas dos sargentos de 1ª e 2ª Linha sejam vermelhas, de ponto de meia e nunca de cintos e que devem ser atadas ao lado direito com as pontas caídas, não excedendo a curva do Joelho.

– Depois da independência do Brasil ainda vemos oficiais da Imperial Guarda de Honra e mesmo dos Corpos Especiais com a banda de cinto guarnecida de galões e presas por tranquetas, como no retrato do major José Romero de Oliveira que foi porta-estandarte do esquadrão da Imperial Guarda de Honra de São Paulo (2), e no do coronel Bento Gonçalves da Silva existente no Museu Histórico Nacional. O Decreto de 4 de outubro de 1822 previne que as bandas dos oficiais sejam de cinto e sem borlas vermelhas para se diferenciar dos sargentos. A Lei de 7 de outubro de 1823 pôs certa ordem nesta insígnia, determinando que as bandas dos oficiais-generais fossem tecidas de encarnado e fio de prata e de "dar a volta", terminando em duas borlas de canotões de ouro e que as dos outros oficiais fossem "de cinto", isto é, rígidas. Depois da Regência

ficou definitivamente assentado o uso para todos oficiais, tanto generais como arregimentado, da banda flexível de malha de retrós encarnado; para os oficiais- generais com borlas chatas, remates e canotões dourados; para os oficiais de Estado-Maior e os Engenheiros com pêras, remates e canhotões ou canotinhas dourados; para os oficiais do corpo, pêras e remates dourados e franjas encarnadas. D. Pedro I e D. Pedro II usaram, em grande uniforme, banda de tecido dourado com borlas.

- A banda do pequeno uniforme do Estado-Maior do Exército, cuja descrição vem no Decreto 1.029, de 7 de agosto de 1852 e que serviu de padrão para todas as Armas, é a seguinte: "De malha de retrós, com borla e franja, como atualmente, - a borla em forma de pêra com um botão na parte superior onde prende a malha. O botão de 5 linhas de diâmetro, e 2 de altura; a pêra de 1 e meia polegada no maior diâmetro, ambas as peças cobertas de fio de ouro tecido em esteira. A parte inferior da borla, ou remate da franja, formado de serrilha de ouro, e requife fosco nº ¼, terá uma polegada de altura, e 1 polegada folgada de diâmetro. Franja do mesmo retrós da malha, torcido, com duas linhas de grossura cada cordão, e 7 polegadas de comprimento.

- "A banda terá a malha com o comprimento necessário para dar 2 voltas e ser atada de nó com as pontas iguais sobre o quadril esquerdo correspondendo à costura da calça, e excedendo metade da franja a linha inferior da sobrecasaca". Os oficiais a pé tinham as pontas atadas sobre o quadril direito. O Aviso de 6 de março de 1854 alterou a colocação das bandas na cavalaria mudando-as para o lado direito em vez do esquerdo como estabelecia o último figurino.

- A banda dos sargentos foi abolida em 28 de fevereiro de 1866 e restabelecida quatro anos depois, a 9 de fevereiro de 1870.

- Para os oficiais-generais em grande uniformes foi declarado, pelo Decreto 8.335 de 1881, ser de malha de seda (vermelha) e fio de ouro, em listras. Posta por cima do talim a partir de 1888 (Decreto 9.981). Depois da proclamação da República a cor vermelha ainda foi mantida por algum tempo, porém, o Decreto 1.729-A, de 1894, substituiu a cor vermelha pelas verde e amarela em cinco listras. Por mais estranho que pareça, esta mudança foi oportuna, pois, a banda deve ser da cor ou cores da casa reinante, numa monarquia, e das cores nacionais numa república. A cor vermelha era própria da antiga casa de Portugal e deveria ter sido banida mesmo na monarquia, pois, a casa do Brasil tinha como cores a verde e amarela. Voltando ao Decreto de 1894, vemos que a banda para os generais era em malha de retrós verde e fio de ouro; para os demais oficiais, em listras de retrós de seda verde e amarelo. Borlas em forma de pêra com botão e remate, tudo coberto ou tecido ou fio de ouro; franjas de retrós encarnado por dentro e canotões ou canotilhas dourados por fora. Os oficiais honorários, bandas encarnadas em pequeno uniforme. Os oficiais inferiores assim como os inferiores do estado menor, banda igual a dos oficiais, mas com as malhas e o torsal das franjas, de lã verde e amarela. A banda era posta sobre o talim. Em 1903 (Decreto 4.966) a banda é

abolida sendo mantida apenas para os generais, sendo finalmente suprimida em 18 de janeiro de 1916.

– No Regimento de Dragões da Independência e no Batalhão de Guardas, foi adotada a banda vermelha.

– Para os oficiais-generais foi recentemente restabelecida a banda de seda verde e amarela, como a de 1894, para o 1º uniforme.

– A Guarda Nacional, criada em 1831, usou desta insígnia como no Exército, porém, com franjas verdes até 1851, (menos os Comandantes Superiores que tinham canotões dourados). A partir de 1851, passaram a ser idêntica as do Exército tanto para oficiais como para inferiores, tendo os oficiais superiores e os do Estado-Maior dos corpos canotões dourados (3). Depois da proclamação da República a Guarda Nacional acompanhou o Exército neste detalhe até 1906, quando foi a banda suprimida.

– Nas forças policiais das províncias, e depois, nas dos Estados, a banda sempre fez parte do uniforme, desaparecendo nos primeiros anos da República.

– Vide Capelão, Corpo Eclesiástico, Milícia, Ordenança.

– Banda de Música, vide Música.

– **Bandas**. A partir do século XVIII, alguns regimentos usaram as bandas em suas fardas, isto é, de uma lista larga ou parte revirada nas bordas da abotoadura da farda e geralmente de cor diferente. Sobre elas estavam os botões, simples ou com casas. Assim, no Rio o 1º Regimento de Bragança teve bandas brancas, no Rio Grande de São Pedro, os Dragões, bandas amarelas, etc.

– Na entrada do século XIX, estas bandas uniram-se por colchetes formando um peito de cor, o que deu origem ao peitilho. No Plano de Uniformes de 19 de maio de 1806, encontra-se no cap. II, artigo V... "Bandas com colchetes desde o pescoço até a cintura", etc. (na descrição das fardas dos Governadores e nas dos oficiais dos Estados-Maiores de praças).

BANDEAR, v. tr. – Unir a bando ou partido; coadjuvar unindo-se a bando. – v.pr. – Reunir-se em bando, partido ou facção; unir-se ao bando.

BANDEIRA, s. f. – Peça de pano ou de seda, de uma ou mais cores e às vezes com legendas ou emblemas pintados, preso na parte superior de uma haste, servindo de distintivo de uma nação, corporação ou partido ou para fazer sinais. Estandarte. Balsão; pavilhão. Emblema de união e disciplina militar. Expedição que outrora percorria os sertões (no Brasil) aprisionando índios ou em busca de minas de ouro. Bandeira de janela, de porta, caixilho que as encima e que serve para dar claridade ao aposento. (Formação italiana Bandiera)

– A bandeira e outras insígnias têm sua remota origem nos campos de batalha. É sabido que na antiguidade distintivos de tecidos exibidos em hastes serviam para

diferenciar entre si os chefes e os grupos nas lutas entre tribos e povos. Em época mais próxima tiveram os Romanos o *vexillum*, a *flamma*, o *lábaro*, e outras insígnias como a águia e o dragão, para distinguir suas legiões e as unidades que as compunham.

– Na Europa medieval, com o feudalismo, primeiramente durante as Cruzadas, firmou-se o costume dos reis, condes, barões e capitães, apresentarem nos campos de batalha para guia de seus homens, bandeiras, balsões, pendões, como signas pessoais com cores e figuras próprias, que depois vieram a ser reproduzidas nos escudos.

– Não existindo a bandeira nacional ou da nacionalidade, a bandeira com as Armas Reais era a insígnia máxima nos campos de batalha e indicava a presença do monarca. As bandeiras dos condes e senhores das terras agrupavam as forças de cada um deles.

– O senhor nobre, barão embandeirado, era o que dispendo de certos bens podia reunir um número determinado de homens de guerra e usar a bandeira quadrada com pontas. O pendão (*gonfanom*) terminava em ponta alongada e apresentava as armas ou a divisa do soberano. Na ordem de batalha apresentava-se na frente o guião dos batedores, o estandarte, a bandeira, e enfim o pendão.

– O estandarte era grande e fendido no meio; somente no século XV tomou a forma de um "T" na maneira de *vexillum* antigo, e indicava o lugar no general.

– A bandeira tinha sempre as cores do escudo sendo, portanto individual, tanto dos senhores como das comunas, sem nenhum sentido da nação ou partido.

– Mesmo depois da criação dos exércitos regulares e permanentes na França, por Carlos VII em 1448, o uso das bandeiras dos chefes, nobres, e senhores das terras foi mantido. A partir do século XVI desapareceram as bandeiras de origem feudal para dar começo em cada corpo ao uso das insígnias com as cores das respectivas coronéis – sempre acompanhadas da bandeira real. A cruz branca sobre fundo azul flordelizado, sinal nacional na França e insígnia dos reis só aparece em bandeiras e estandartes no século XVI, ou depois de Luis XI.

– A bandeira dos antigos lusitanos, segundo Pinheiro Chagas, era branca com um dragão verde. Com a criação do Condado Portucalense, seu primeiro titular, D. Henrique de Borgonha, adotou em 1097, uma bandeira branca com uma cruz azul. Seu filho, Afonso Henrique após a fundação da Monarquia Portuguesa substituiu a cruz por cinco escudetes azuis dispostos também em cruz, os laterais deitados, cada escudete carregados de besantes de prata, cujo número variou, como se vê nos antigos sinais públicos, selos e moedas.

– Depois da conquista do Algarve por D. Afonso III (1245-1279), o escudo português passou a ter orla vermelha carregada de castelos de ouro, em número que também variou, começando por 19 e terminando em 7. Consequentemente a bandeira passou a ser formada destas armas.

– Os castelos são alusivos ao casamento de D. Afonso com Dona Brites, bastarda de D. Afonso X de Castela, e não à conquista do Algarve, como se supôs.

- A modificação seguinte foi introduzida por D. João I (1384-1430), e constou do acréscimo das quatro pontas de verde, flordelisadas, da Cruz da Ordem de Avis, firmadas na linha interna da orla, acompanhadas de 12 castelos, 3 em cada canto do escudo.

- Há divergência quanto à leitura deste escudo. Para uns, D. João I, colocou o escudo de Portugal antigo (de prata, com 5 escudetes) sobre a cruz verde ficando as quatro pontas aparentes, e tudo sobre um escudo vermelho com os castelos nos cantos; para outros as armas eram as mesmas de D. Afonso III, havendo apenas quatro pontas flordelisadas sobre a orla vermelha entre os castelos.

- Na batalha de Aljubarrota (1385) a bandeira com a empresa do condestável Nuno Álvares era branca com uma cruz vermelha, tendo entre os seus braços as imagens do crucifixo com São João e Nossa Senhora; Santo Antônio; São Jorge; e São Tiago; e ainda cantões de vermelho com cruz branca florenciada (6); a da Ala dos Namorados era verde.

- Quanto à forma usual das insígnias na época de D. Afonso V, a bandeira real era retangular, alta e estreita. Levada pelo alferes-mor, nenhuma outra podia ser desfraldada na hora do combate antes da real. "As bandeiras dos fidalgos assim na vanguarda como na retaguarda não devem ser tiradas das fundas, salvo quando for tirada e estendida a nossa," diz o Regimento de Guerra de D. Afonso V; e esta só era estendida na hora da peleja. Quanto aos balsões podiam sempre ir estendidos "porque tal sempre foi a usança da guerra." O pendão, com a empresa do rei, era levado pelo alferes pequeno e tanto este como o alferes-mor ficavam juntos à pessoa do rei. Havia também bandeiras de São Jorge, padroeiro da guerra: brancas com cruz vermelha, como se vê nas "Tapeçarias da Tomada de Arzila", publicação de Reynaldo dos Santos, e onde os chameleiros da comitiva real apresentavam seus instrumentos, com as Armas Reais bordadas em panos pendentes.

- No reinado de D. João II (1481-1495) as pontas flordelisadas da bandeira real foram suprimidas, os escudetes laterais da cruz central que eram deitados foram postos na vertical como os outros, e os castelos foram reduzidos a 7, ficando tudo como se conserva até hoje. As armas do reino ocupavam até então a bandeira inteira, e passaram deste reinado em diante a figurar no centro de uma bandeira branca.

- Com o desenvolvimento da navegação e das conquistas começam a aparecer diversas bandeiras. A da Ordem de Cristo, branca com um a cruz vermelha pátrea e aberta do campo, que passou a figurar nas expedições ultramarinas devido ao apoio financeiro que lhes dava a Ordem, então muito rica e da qual era grão-mestre o Infante D. Henrique (1).

- Sob D. Manoel entra em uso a bandeira da sua empresa: esquartelada em aspa, de vermelho e branco, com a esfera armilar de ouro no centro. Para a navegação surge também a bandeira das quinas: azul com cinco besantes brancos. A bandeira real, branca com as armas ao centro, era, contudo a que tomava sempre o lugar de maior destaque.

– Durante o domínio espanhol (1580-1640) a bandeira real de Portugal foi mantida no seu aspecto, sendo conhecidos exemplares com ramagens ou silvas dos lados do escudo, tendo havido também toda vermelha com as armas do Reino no centro.

♦ **Bandeiras do Reino de Portugal Posteriores à Restauração.** Com a cessação do domínio espanhol e aclamação de D. João IV, em 1640, como rei de Portugal, a coroa das armas reais passa a ser fechada em lugar de aberta. Usou-se também a bandeira do reino com uma bordadura azul, assim como bandeira verde com a cruz de Cristo em vermelho no centro. Diversas bandeiras deste momento histórico são apresentadas, ora como nacionais, ora como militares. Destaca-se a branca com a imagem de Nossa Senhora da Conceição de um lado e as armas reais, deitadas, de outro, e que, segundo alguns autores era o estandarte real, e segundo outros, a bandeira da armada.

– São conhecidas as bandeiras da Índia e América e a Companhia das Índias Ocidentais. Por Alvará de 10 de março de 1649 foi criada para a Companhia Geral para o Estado do Brasil uma bandeira branca com a esfera armilar de ouro no centro.

– Sob D. Pedro II (1683-1706) surgiram novos modelos: a bandeira verde com as armas reais no centro, e uma outra, que passa também por bandeira militar, formada de listas em banda, nas cores azul, branca e vermelha, carregada de uma cruz preta, e no cantão superior de uma cruz branca.

– Durante o século XVIII, e no seguinte, até 1816, foi sempre usada a bandeira branca com as armas reais, coroadas.

– De 1816 a 1820, na vigência do Reino Unido, as armas passaram a figurar sobre a esfera armilar.

♦ **Bandeiras do Brasil Colonial.** A chamada bandeira do Brasil ou do Principado do Brasil, ou ainda, para o comércio do Brasil (Companhia Geral para o Estado do Brasil, Alvará de 10 de março de 1649) – branca com uma esfera armilar de ouro no centro – tem sido assunto de muitas dúvidas e controvérsias. É certo que a esfera armilar, divisa de D. Manuel I, foi dada por este monarca ao Brasil como símbolo em regozijo pelo seu descobrimento. Foi a esfera usada nas bandeiras da navegação para o Brasil, mas não se pode concluir daí que no Brasil tal bandeira fosse considerada regional substituindo a bandeira real. É certo também que D. Teodósio, filho de D. João IV recebeu em 27 de outubro de 1645 o título de Príncipe do Brasil, elevando-se o Brasil, *ipso facto*, à categoria de principado.

– Esta denominação não passou, porém de simples formalidade, pois jamais o Brasil foi assim denominado, nem teve direito à armas ou bandeira próprias, fosse a esfera armilar ou as armas pessoais do príncipe (armas reais com um branco de pinchar de três pés virgens posto em chefe). O "Estado do Brasil" foi mantido sempre na condição de colônia, pertencente à coroa portuguesa e nunca usou outra bandeira que não fosse a bandeira real. A terra fora descoberta; não tinha passado conhecido ou tradição de

nacionalidade. Se tivesse sido conquistada, suas armas poderiam ter sido conservadas representando o território, mas tal não aconteceu. Assim, até 1816 a esfera armilar foi divisa ou símbolo do Brasil e não armas.

– Na parte do Brasil transitoriamente sob o domínio holandês dominou a bandeira da Companhia das Índias Ocidentais: vermelha branca e azul em listas horizontais e no centro a cifra G W C: Geertroyeerde Westindisch Compagnie, ou as letras C M I D encimadas de uma coroa aberta.

♦ **Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; Bandeira Constitucional.** A Carta Régia de 13 de maio de 1816, que criou armas para o Brasil e uniu-as às de Portugal e Algarves, determinou também que essas armas unidas figurassem nas bandeiras, estandartes, selos reais, cunhos de moedas, etc.

– Daquele ano até 1821, e no Brasil até a proclamação da Independência, a bandeira usada foi, portanto branca com a esfera armilar de ouro sobre fundo azul, coroada e carregada das armas reais (2).

– Em 1821, aparece em Portugal a bandeira constitucional: partida de azul e branco com as armas de Portugal e Algarves sobre o traço do partido. Esta bandeira foi também brasileira até a proclamação de nossa independência, apesar de nela não figurar a esfera do Brasil, pois em Portugal se tramava a anulação do Reino Unido e a volta do Brasil à antiga condição de colônia. Foi esta bandeira ligeiramente modificada em 18 de outubro de 1830, em Portugal, determinando-se então que fosse bipartida verticalmente: um terço azul e dois terços branca, com as armas reais sobre a linha da divisão; disposição que manteve até o advento da República em 1910.

♦ **Bandeiras Nacionais do Brasil.** A bandeira do Império do Brasil foi estabelecida pelo Decreto de 18 de setembro de 1822, que criou também o escudo de Armas, e que diz *in fine*: ... "A bandeira nacional será composta de um paralelogramo verde e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando ao centro deste o escudo de armas do Brasil. – Paço, em 18 de setembro. – com a rubrica de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente – (as.) José Bonifácio de Andrada e Silva."

– O Decreto de 1º de dezembro de 1822, mandou substituir a coroa real que se achava sobreposta ao escudo das armas por coroa imperial (3).

– A disposição das cores na bandeira do Império: verde com um losango amarelo – disposição felizmente mantida na República – tornou-a única entre todas as bandeiras; contudo, o losango inscrito em bandeira fora usado tanto na França como na Itália em insígnias militares. Consta ter sido a bandeira do Império de autoria de J. B. Debret ou de Emile Taunay.

– A Bandeira da República foi criada pelo Decreto 4, de 19 de novembro de 1889 que instituiu também as armas e o sinete oficial. O seu texto é o seguinte:

"O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil: considerando que as cores da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do nosso Exército e da Armada na defesa da pátria:

Considerando, pois que essas cores, independentes da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da pátria ente outras nações;

decreta:

Art. 1º – A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais – verde e amarelo – do seguinte modo: um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da direita para a esquerda, com a legenda - "Ordem e Progresso" – e pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais as da Constelação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronômica, quanto à distância e ao tamanho relativo, representando os vinte Estados da República e o Município Neutro, tudo segundo o modelo debuxado no anexo Nº 1.

Os artigos 2º e 3º referem-se as armas, selos e sinetes. Seguem-se as assinaturas do chefe e dos membros do Governo Provisório.

– Uma bandeira republicana, provisória, foi adotada pelo governo até 19 de novembro de 1889, formada de listas verdes e amarelas com um retângulo azul e 21 estrelas brancas no canto superior; serviu no paquete Alagoas que transportou a família imperial para o exílio. A bandeira do Centro Republicano Lopes Trovão, era idêntica a esta, substituída a cor azul do retângulo pela cor preta.

– Houve diversos projetos como os de Julio Ribeiro, Silva Jardim e Barão do Rio Branco. Triunfou, contudo o de Teixeira Mendes que, apesar da influência do Positivismo, doutrina então dominante, teve a grande qualidade de conservar as cores e a disposição geral da bandeira imperial, já tradicionais.

– O dístico da bandeira nacional foi estabelecido por inspiração e sob influência direta de Raymundo Teixeira Mendes, um dos dirigentes do Apostolado Positivista do Brasil, conforme publicações e cartas de sua autoria (4). Contudo, o Boletim do Exército 17, de 21 de novembro de 1909, declara: "Os dizeres – Ordem e Progresso – na bandeira nacional, não pertence a nenhuma seita ou a escola filosófica, porque são eles a fórmula de uma verdade indiscutível, a síntese de um conceito profundo da sabedoria popular."

– O centro da bandeira, estrelado com o citado dístico, foi aprovado contra a vontade do Marechal Deodoro da Fonseca, pois recomendara ele por escrito que no centro do globo figurasse apenas o Cruzeiro do Sul. Uma tentativa, no mesmo sentido, foi feita pelo Marechal Floriano Peixoto para correção da bandeira, sendo apresentado um projeto ao Congresso. Não surtiu efeito e mesmo provocou uma reação violenta dirigida pelos positivistas, por meio de telegramas e protestos, partidos, sobretudo das guarnições do Exército. No entanto, conforme estudos posteriores feitos por autoridades

no assunto, a razão estava com os dois marechais, mas a paixão doutrinária do momento obliterou todo raciocínio ante a evidência do grave erro.

– Fato digno de registro é que, imediatamente após a proclamação da República, foi a bandeira do Império alterada por todo o Brasil, substituindo-se a coroa das armas imperiais por uma estrela. Esta solução, intuitiva e espontânea era justa. Assim deveriam ser a bandeira e as armas do Brasil. A bandeira içada no Recife, nos primeiros dias da República, e que se encontra no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tem uma estrela vermelha no lugar da coroa; a mesma substituição deu-se em escudos de edifícios públicos e em fortalezas, como se vê ainda hoje na Bahia.

– A bandeira nacional simboliza e exprime a personalidade jurídica da União, a perpetuidade e integridade da Pátria e sua soberania internacional. Decreto de 10 de outubro de 1893.

– No Ministério da Guerra e nas fortificações a bandeira será hasteada e arriada ao nascer e ao pôr do sol com as formalidades regulamentares. Regulamento para o Serviço das Fortificações, Aviso de 4 de março de 1907 (5).

♦ **Bandeiras Militares.** São as antigas bandeiras de guerra ou as modernas insígnias especiais dos corpos militares. Na atualidade, distinguem-se dois tipos principais: 1^o, a bandeira nacional com dísticos ou outros elementos, como se vê na França e em Portugal, e como existiu no Brasil durante o Império; 2^o, bandeiras especiais com cores e característicos próprios, mantidas em alguns países em certos corpos ou armas por respeito à tradição, como na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte.

– No Brasil, uma das mais antigas referências ao uso de bandeira militar é a citada por Pereira da Costa, "bandeira levada na expedição para a conquista do Maranhão, que partiu de Pernambuco em agosto de 1614, sob o comando do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em que, uma das companhias tinha uma bandeira branca com a figura do glorioso patrão da Espanha Sant'Iago."

– Durante a guerra holandesa usaram os nacionais duas bandeiras, como se verifica em Barleu: a bandeira com a cruz vermelha da Ordem de Cristo, lembrando Portugal, e a bandeira militar espanhola branca com a cruz vermelha de Santo André, por estar o Brasil sob o domínio espanhol.

– Os holandeses, como então era uso, tiveram uma grande variedade de bandeiras. Na segunda Batalha dos Guararapes perderam eles dez bandeiras regimentais e o estandarte-general. Uma outra bandeira do general-em-chefe foi encontrada no Forte Altenar em 1654.

– Há certa divergência quanto às bandeiras militares portuguesas da campanha da Restauração e reinado de D. João IV. Das que se conhecem algumas são apontadas ora como nacionais, ora como militares, como já foi dito. Assim, parece terem sido militares

a bandeira de listas horizontais, 6 verdes e 5 brancas; a verde com a Cruz de Cristo, e a branca orlada de azul com as armas reais no centro.

– A bandeira hasteada na batalha de Montes Claros, em 1665, era retangular no sentido vertical, azul com as armas reais no centro, informa Ferreira Martins.

– Durante a Guerra da Sucessão da Espanha, no início do século XVIII, foi usada pelos Portugueses uma bandeira de listas horizontais: seis vermelhas, quatro brancas e duas verdes.

– No governo de D. João V, conserva-se o uso de uma bandeira em cada companhia em cor própria, sendo a bandeira real gironada de azul, vermelho e branco (cores da Casa de Portugal) e orla endentada ou lisa nas mesmas cores.

– Sob D. José I estas bandeiras continuam mais ou menos na mesma disposição, nas cores azul, vermelha e amarela, tendo havido também azul, amarela e preta. Todas trazem uma cruz em aspa e as bordaduras são lisas; têm no centro as armas reais e nos ângulos iniciais.

– A um dos regimentos de infantaria determinou que se denominasse Regimento de La Lippe em homenagem ao Marechal General Conde de Lippe, e que uma das suas bandeiras fosse cor de rosa, com armas reais no centro e a cifra real nos ângulos, tendo por baixo das armas o nome do regimento e por cima a divisa Ubi Gloria omne periculum dulce. Este regimento passou em 1806 a ser denominado nº 1 "mantendo essa honrosa legenda, que ainda hoje conserva, o regimento aquartelado na calçada da Ajuda no quartel que lhe foi doado pelo Conde de Lippe." (General Ferreira Martins.)

– Pelo Regulamento de 1763 os corpos de infantaria foram divididos em sete companhias o que representava sete bandeiras em cada regimento. Este uso foi abolido pelo Decreto de 1º de agosto de 1796, pelo qual cada regimento de infantaria passou a ter apenas duas bandeiras: a real e a do corpo, esta, na cor do forro da farda. Contudo a Cavalaria continuou a ter um estandarte em cada esquadrão.

– Houve no Brasil uma bandeira militar de aspecto original: a dos Dragões das Minas, corpo criado por volta de 1720 pelo Conde de Assumar, então Capitão General de São Paulo e Minas do Ouro. Nelson de Sena no seu livro Terra Mineira, transcreve o que sobre ela diz Pereira Lessa em Bandeiras do Brasil:

"Mandou (o Conde de Assumar) pintar no estandarte um braço saindo de entre nuvens tendo na mão um raio, que fulminava os montes e vales com a legenda: Cadere aut caedi, que significava – "Matar ou ser morto" – a fim de que conhecessem a sua resolução de não poupar ninguém, começando pelos potentados, como o raio que procura de preferência os pontos culminantes para ferir."

– Os corpos de infantaria no Brasil, durante os 1700, tiveram as bandeiras reais e outras, no estilo das usadas em Portugal, como se vê nos figurinos do Regimento de Infantaria do Pará, de 1777: a bandeira real gironada de vermelho, branco e azul e a do corpo toda vermelha, ambas com as armas e iniciais. Contudo, nos fins do século XVIII e

começos de 1800, as tropas do Rio de Janeiro apresentam a bandeira real num padrão especial: gironadas de azul e vermelho com uma cruz branca de pontas aguçadas, e no centro as armas reais. Estas bandeiras vêm representadas em um dos painéis elípticos existentes no Museu Histórico Nacional atribuídos a Leandro Joaquim. No mesmo Museu há uma destas antigas bandeiras.

– Todas estas bandeiras foram substituídas pela do Reino Unido, conforme determinou o Decreto de 13 de maio de 1816.

– Na França, uma Lei de 1792, ordenou que as antigas bandeiras e os estandartes do exército fossem queimados, para serem substituídos pela insígnia nacional de três cores. Havia ainda nessa época uma bandeira particular para cada batalhão e um estandarte para cada esquadrão. Os exércitos da República levaram a nova bandeira a todos os campos de batalha da Europa, razão porque o Império absteve-se de mudar a insígnia Francesa e as três cores vitoriosas continuaram sua marcha triunfal por entre as capitais sujeitas. A Restauração repudiou-a, mas o primeiro cuidado de Luiz Felipe foi impor de novo a bandeira tricolor.

– A Revolução Francesa iniciando a praxe de uma só bandeira com as cores nacionais modificou o uso universal e aos poucos, por toda a parte, à medida que o que absolutismo ia sendo substituído em cada país pelas cartas constitucionais, adquirindo cada um a sua emancipação e um sentido mais moderno da nacionalidade em prejuízo das prerrogativas seculares das casas reinantes, vão sendo criadas bandeiras nacionais.

– Distinções honoríficas começam a aparecer em Portugal, a partir do Decreto de 17 de dezembro de 1795, que concedeu dísticos às bandeiras dos Regimentos portugueses que foram auxiliar a Espanha. Nelas foram escritas as seguintes letras: "Ao Valor do I Regimento do Porto"; "Ao Valor do II Regimento do Porto"; "Ao Valor do I Regimento de Olivença," etc., e no ato da entrega das novas bandeiras era lido na sua frente o dito decreto.

– O plano de uniformes para o exército português, baixado pela Lei de 19 de maio de 1806, contém as seguintes instruções sobre as bandeiras:

"25 – Cada Regimento de Infantaria e Artilharia terá 2 bandeiras, uma azul, branco, escarlate e amarelo e outra de cor do forro da farda do regimento."

"26 – Cada Regimento de Cavalaria terá 4 estandartes, um em cada esquadrão: o 1º terá estandarte branco, o 2º estandarte encarnado, o 3º estandarte amarelo e o 4º azul." (Regalia que foi conservada no Brasil até 1888, quando se declarou que em cada regimento de cavalaria haveria um só estandarte, levado pelo secretário. Decreto 10.015, art. 5.)"

"27 – As bandeiras terão uma cinta da cor do canhão e gola do Regimento enrolada na haste logo abaixo da lança com as pontas caídas, os estandartes, idem".

– Estas bandeiras de infantaria também tinham suas cores distribuídas em cruz e em aspa alternadas com a orla. No centro, as armas reais, e nos cantos o número ou

iniciais; sob as armas, a palavra: Regimento N^o... Aos Regimentos que tivessem o direito de usar ao valor teriam: Ao Valor do Regimento n^o...

– Pelo Alvará de 20 de dezembro de 1808, os corpos de Milícias tiveram o nome em lugar de número.

– O Decreto de 13 de novembro de 1813, reafirmou que cada regimento de infantaria não teria mais do que uma bandeira e concedeu a distinção de uma divisa àqueles que se distinguiram pelo brilhante comportamento junto à cidade de Vitória. Diz o decreto: "Sou portanto servido, que nas Bandeiras dos sobreditos quatro Regimentos de Infantaria Numero Nove, Vinte e um, Onze e Vinte e três, que compõe as referidas duas Brigadas, se haja de por circundando as Minhas Reais Armas, a seguinte inscrição em letras de ouro – Julgareis qual é mais excelente – Se ser do Mundo Rei ou de tal Gente –, a qual se conservará nas mesmas Bandeiras para memória, enquanto em cada um dos Regimentos sobreditos existir vivo algum Oficial, Oficial inferior ou Soldado dos que assistiram à Batalha da Vitória, e só deverá terminar em cada corpo com a morte do último destes indivíduos. E como os Batalhões de Caçadores não têm Bandeiras, Hei por bem concedê-las aos dois batalhões número Sete e Onze acima mencionados para usarem delas nas Paradas e conservarem-nas debaixo das mesmas cláusulas que ficam determinadas para os quatro Regimentos de Infantaria; devendo estas Bandeiras ser formadas e esquarteladas pelas cores que denotam o Distintivo da Minha Real Casa, azul e escarlata, ficando as Minhas Reais Armas no centro, e logo debaixo huma Palma circundada pela Inscrição – Distintos vós sereis na Luza História – C'os Louros que colhestes na Vitória."

– Por Decreto de 12 de dezembro de 1817, a bandeira do 3^o Batalhão da Divisão de Portugal, então no Rio, foi marcada com a legenda – Valor e Fidelidade.

– No Brasil independente, a bandeira brasileira foi criada a 18 de setembro de 1822 e uma das primeiras medidas de D. Pedro I, foi determinar que a bandeira imperial fosse única tanto para a Nação como para o Exército e para a navegação.

– Ao Exército, as bandeiras foram entregues com grande solenidade por Sua Majestade em pessoa, na Capela Imperial a 10 de novembro de 1822, dia de Nossa Senhora do Amparo ou do Patrocínio. Presidiu a importante cerimônia o Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, de cujas mãos, depois do ritual devido, D. Pedro recebeu, de joelhos, as bandeiras e estandartes entregando-as aos comandantes, que as passavam aos porta-bandeiras. Concluído o Te Deum houve salvas das fortalezas e uma proclamação do Imperador à porta do templo dirigida aos soldados de todo o Exército do Império.

– Estas bandeiras militares conservaram, dos usos antigos, apenas o que aqueles tinham de prático e indispensável para a sua real identificação, isto é, os números ou iniciais do corpo pintados abaixo das armas imperiais (7).

– Este processo de particularizá-las, foi oficializado para os estandartes da Imperial Guarda de Honra pelo Decreto de 1º de dezembro de 1822, que a criou.

– Mais tarde as bandeiras militares passaram a ter os números ou iniciais bordados ou pintados nos ângulos, e geralmente cercados de ramagens ou dentro de escudetes.

– As bandeiras e estandartes dos corpos da Guarda Nacional adotaram como regra, o nome do corpo e da Província escritos em preto numa fita pintada de branca ou prateada prendendo os ramos de cafeeiro e tabaco, e nos ângulos escudetes de prata com o número em preto, o escudete cercado por uma coroa de ramagem dourada, como se vê em inúmeros exemplares existentes em museus e coleções particulares.

– Na atualidade, conservam alguns países, por razões diversas, mais de uma bandeira. A América do Norte, como já dissemos, tem nas unidades militares, além da bandeira nacional de listras e estrelas, bandeiras nas seguintes cores: vermelha nos corpos de artilharia, adotada em 1834, azul nos de infantaria, adotada em 1841, amarela nos de cavalaria, estabelecida em 1887, vermelha nos de engenharia, todas com as armas nacionais no centro. O Corpo de Cadetes tem bandeira de cor cinza com as armas do Corpo no centro (8).

– No Brasil, porém, o uso determina uma só bandeira: a Bandeira Nacional, na República, como o foi a Imperial no regime passado. Esta é a nossa tradição.

– No Império, cada corpo de infantaria ou de artilharia levava uma bandeira, na 1ª Companhia; cada corpo de cavalaria, tinha direito a dois estandartes, um na 1ª e outro na 5ª companhia, levados pelos alferes mais modernos ou cadetes. Durante a Guerra do Paraguai, introduziu-se o uso da fita larga verde e amarela, pendente da haste, trazendo também o nome do Corpo por extenso. Até então, e mesmo depois, as bandeiras tinham apenas um cordão dourado formando laço, terminado em duas borlas.

– Não houve um tamanho determinado para as bandeiras militares, pois variavam no tamanho, material e confecção. Encontram-se retangulares, ricas, em damasco, com as armas imperiais aplicadas em veludo, e com bordados a fio de ouro e prata, ou, de seda simples, com os números, iniciais e armas pintadas a óleo e com ouro em folha, assim como quase quadradas.

– Proclamada a República, e adotada a nova bandeira, cessou o uso dos números e iniciais nelas bordados ou pintados, cessando, portanto o elemento de identificação que garantia a cada corpo sua bandeira própria. Hoje, se tomarmos em dez unidades as suas bandeiras e as misturarmos, jamais será possível devolver cada uma ao seu legítimo corpo, pois não existem dados para identificá-las. A fita pendente que traz o nome do corpo não faz parte da bandeira e pode ser retirada ou mudada à vontade.

– Para o soldado, sua bandeira tem uma significação muito mais profunda do que a bandeira para o civil. Para este, a bandeira representa a Pátria: uma história, patrimônio espiritual e material, um âmbito geográfico, a família, a raça. Para o militar a bandeira é tudo isto, e ainda: um objeto sagrado ante o qual ele prestou um juramento; testemunha

da sua promessa de obediência e de defesa; insígnia que lhe é entregue pela Pátria à sua guarda, como penhor material e real, de um mútuo compromisso.

– Na vida militar todos os usos são de uma objetividade surpreendente. O indefinido, o abstrato, o artificioso, não têm sentido. A vida militar não é mais do que um encadeamento de realidades inflexíveis firmadas em formalidades imutáveis. Evoluem as doutrinas filosóficas ou políticas, mudam-se as roupagens e as aparências, surgem novos recursos materiais, mas os elementos e os fins são eternamente os mesmos: o homem ante a defesa e o ataque.

– Um erro constante que precisa ser corrigido é o de se chamar a bandeira de estandarte e vice-versa. Bandeira é a insígnia dos corpos a pé: estandarte, a dos corpos montados. O estandarte tem como diferença ser menor que a bandeira, e guarnecido de franja.

– "As ordenanças de continências lhes conseguem a máxima de todas as honras. Ao ser arvorada ou ao ser arreada rufam os tambores e soam os clarins. – Continência à bandeira! – É a voz do comando, quando levada pelo porta-bandeira se vai colocar ao centro da tropa, que a recebe de fileiras abertas, armas apresentadas ao som do hino e toque de cornetas, clarins e tambores. Na cavalaria é Estandarte, e porta-estandarte quem a leva. Nas guerras é troféu; na paz e guerra mortalha augusta dos heróis e servidores da Pátria; sua conquista pelo inimigo, sua heróica defesa por quem a leva, galardões de glória que encham de orgulho e tem sido origem de estupendo atos de heroísmo que o bronze imortaliza. Recebe condecorações para lembrar aqueles que a defenderam. Quando se conquista uma praça ou uma posição se arvora a bandeira; é pois, sinal de triunfo, de conquista. Frente de bandeira, frente de exército, frente de bandeira em acampamento, linha de bandeiras e estandartes à frente dos corpos acampados" (M. F. A.).

– Quando se formava o batalhão (conforme o Regulamento de 1763, cap. I), a companhia do coronel ia buscar as bandeiras; e quando os porta-bandeiras saíam com elas da casa em que estivessem, o capitão mandava apresentar armas e os oficiais faziam continência, postando-se os porta-bandeiras diante do centro do terceiro pelotão.

– As bandeiras e estandartes sempre vão enrolados e cobertos para os exercícios, guardas e paradas, exceto quando as tropas têm de aparecer ao monarca ou nas grandes festividades. Ordem do Conde de Lippe, de 20 de julho de 1764.

– Não se permitem as que não tenham sido fornecidas pelos arsenais, não sendo admissível o uso de bandeiras obtidas com economias forçadas das praças. Circular de 30 de setembro de 1850.

– Por Provisão de 11 de janeiro de 1853, ficou determinado que todos os corpos móveis ou de guarnição compostos de duas ou mais companhias tivessem bandeiras, cessando as irregularidades causadas pela Tabela de 1848 que não mencionava tal

distribuição aos batalhões de artilharia; competindo também um estandarte para cada esquadrão dos regimentos de cavalaria do Exército, conforme o uso desde sua origem.

– Concedeu-se ao batalhão de engenheiros em remuneração dos serviços que prestou na guerra contra o governo do Paraguai. Decreto 3.644, de 1º de maio de 1866.

– Os batalhões de todas as armas, regimentos de cavalaria, grupos de artilharia, companhias de metralhadoras, terão cada um sob sua guarda uma bandeira nacional, destinada a simbolizar a Pátria Brasileira e a excitar-nos que se agrupam em torno dela o elevado sentimento de sacrifício pessoal tão necessário ao cabal desempenho de nobre profissão militar. Artigo 5 do Regulamento 12.008, de 1916.

– As bandeiras para os corpos da Guarda Nacional eram fornecidas pela nação, mas em geral, o comandante e os oficiais faziam donativos desta insígnia ao seu corpo. Eram iguais às dos corpos do Exército e sempre com os elementos de identificação. Tanto nas antigas Milícias como na Guarda Nacional, eram guardadas em casa do coronel ou comandante do corpo.

– A partir de 1931, bandeiras particulares ou especiais, têm sido criadas para alguns corpos do Exército, apresentando-se agora estas unidades com duas insígnias. Não conhecemos a razão ou necessidade de tal inovação, nem em que bases ela se fundamenta. Podemos citar nestas condições: Escola Militar, Regimento Antônio João, Regimento Sampaio, Colégio Militar, Regimento João Manoel, Regimento Osório e 6º Grupo de Artilharia de Costa.

♦ **Diversas Bandeiras.** Bandeira verde deviam usar os juízes de paz para desfazer os ajuntamentos, conforme o Código Criminal do Império, art. 289.

– Bandeira amarela era hasteada nos navios impedidos pela Saúde. Decreto de 17 de janeiro de 1829 e Decreto 268, de 29 de janeiro de 1843.

– Bandeira Presidencial. Manda-se adotar oficialmente o pavilhão, já em uso na Armada, para o presidente da República. Decreto de 03 de janeiro de 1907. (Trata-se da bandeira verde com as armas federais no centro).

– Bandeiras Estaduais. Durante o Império não existiram bandeiras provinciais. As primeiras bandeiras estaduais começaram a aparecer depois da proclamação da República, partindo o exemplo do Rio Grande do Sul (9).

– No Pará, usou-se como bandeira estadual, sem ser oficializada, uma bandeira partida em pala de vermelho, branco e vermelho com uma estrela azul no centro. Seu projeto, apresentado na Câmara dos Deputados a 3 de junho de 1898, foi rejeitado.

– O Piauí adotou por Lei de 24 de julho de 1922 um pavilhão nas seguintes cores: verde e amarelo alternadas em sete faixas da primeira e seis da segunda, contendo no canto superior esquerdo um retângulo azul com uma estrela branca.

– A bandeira do Maranhão foi aprovada por Decreto de 21 de dezembro de 1889, que diz ser ela composta de nove listas horizontais, quatro brancas, três encarnadas e

duas pretas, intercaladas, e um quadrado azul no canto superior unido à lança, com uma estrela branca no centro.

– Por Decreto de 25 de agosto de 1922 foi criada a bandeira do Ceará, formada de um retângulo verde com o losango amarelo da bandeira nacional; no centro, um círculo branco, com o escudo das armas estaduais.

– A Paraíba teve uma bandeira formada de listas horizontais, 6 verdes e cinco brancas, e no centro um disco amarelo com um escudo branco orlado de azul, e a data: 5 de agosto de 1585, em vermelho. O escudo rematado por um barrete frigio, vermelho dentro de uma estrela branca. Uma outra bandeira, azul e branca, foi abolida em 1922.

– Nova bandeira foi criada por Lei de 25 de setembro de 1930, e é a seguinte: dois terços de cor rubra e um de cor negra, postas em sentido vertical. Na parte rubra a palavra "NEGO" em letras brancas na proporção de um vigésimo para o todo.

– Pernambuco, ao comemorar o centenário da Revolução de 1817, oficializou como bandeira estadual a daquele movimento político, por Decreto de 23 de fevereiro de 1917. Suas cores são azul e branca, horizontalmente postas, sendo maior a parte superior, azul; nesta, vêm-se um arco-íris acompanhado de uma estrela por cima e um sol dentro do semicírculo; na parte branca uma cruz vermelha.

– Sergipe adotou bandeira por Lei de 10 de outubro de 1920. Consta de um retângulo com quatro listas de cores verde e amarela, tendo verde na parte superior; e um retângulo azul junto à haste, com cinco estrelas brancas em aspa, sendo a do meio maior que as outras.

– A Bahia tem por bandeira, a do Partido Republicano Baiano, de 26 de maio de 1889 que se compõe de quatro listas horizontais brancas e vermelhas; e no ângulo superior um quadrângulo azul com um triângulo branco no centro.

– Em São Paulo adotou-se a bandeira ideada por Julio Ribeiro para a República, embora sem caráter oficial (10). Com a Revolução Constitucionalista de 1932, foi ela consagrada pelo povo e tornou-se o símbolo legítimo do Estado de São Paulo. É formada de treze listas horizontais pretas e brancas, alternadas; no centro superior junto à haste, retângulo vermelho com um disco branco e quatro estrelas amarelas, uma em cada ângulo; no centro do disco o mapa do Brasil em azul.

– O Paraná teve duas bandeiras, uma instituída pelo Decreto de 9 de janeiro de 1892 e que era o seguinte: retângulo verde com uma banda branca e larga, e sobre ele uma esfera azul contendo, na zona equatorial e em sentido oblíquo, na ordem descendendo da esquerda para a direita a legenda Ordem e Progresso em letras brancas, inscrita entre dois filetes da mesma cor. Perpendicularmente a estas linhas cai outra de cor das precedentes, representando a linha zodiacal. Sobre a mesma esfera, no ângulo superior da esquerda, vê-se o barrete frigio de cor vermelha. No hemisfério inferior ao ângulo esquerdo, uma das estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul e, no direito, as

quatro restantes da mesma constelação circundando o hemisfério inferior, figuram um ramo de araucaria à esquerda e outro de erva mate à direita entrelaçados.

– A Lei de 24 de março de 1905 introduziu alteração nesta bandeira, que passou a ter a banda branca arqueada e a esfera azul contendo a zona equatorial em sentido oblíquo, branca, com a inscrição Paraná em letras verdes. No hemisfério inferior, as cinco estrelas de Cruzeiro do Sul em branco; circundando a esfera pela parte inferior os dois ramos. Esta bandeira foi abolida pela Lei 2.182, de 15 de novembro de 1923.

– Em Santa Catarina, por Lei de 15 de agosto de 1895, foi adotada uma bandeira listada de vermelho e branco em 13 listas; no centro losango verde com estrelas amarelas em número equivalente ao dos municípios (35 estrelas).

– Rio Grande do Sul. A bandeira da República de Piratini, que tremulou na campanha dos farrapos (1835-1845), instituída por Decreto de 12 de novembro 1836, e que foi incluída na sua constituição republicana, é dividida em diagonal em três partes: verde, vermelho e amarelo, ficando o verde na parte superior junto à haste. É também confeccionada com as armas do Estado no centro.

– A bandeira de Goiás é formada de 8 listras horizontais verde e amarelo a começar por verde, e no ângulo superior junto a haste, quadrado azul com cinco estrelas brancas postas em aspa, sendo a do centro menor.

– Mato Grosso teve uma bandeira abolida por Lei de 8 de outubro de 1929, que constava de um retângulo azul com losango branco, e dentro deste, um disco verde carregado de uma estrela amarela.

– As bandeiras estaduais foram abolidas pela Constituição de 1937 e restabelecidas pela de 1946.

– Bandeiras Municipais. No tempo do domínio português e mesmo durante o Império, todas as câmaras municipais tinham suas bandeiras que eram levadas nas cerimônias em que os vereadores compareciam incorporados. A Ordem de 23 de abril de 1823 declara que o estandarte do Senado da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro devia ser levado tanto na sala do docel como em outras cerimônias, na frente do Senado.

– Estas bandeiras tinham, em geral, as armas do reino de Portugal bordadas numa das faces e na outra, pintada a imagem do santo padroeiro ou do nome, em escudo bordado; quando não figurava o santo apareciam as ditas armas em ambas as faces. Na haste da bandeira era tradição ter como remate a esfera armilar e uma coroa em prata. O tecido era em seda adamsada branca ou de outra cor e na forma de trapézio como se vê na bandeira do Rio de Janeiro e em outras.

– No Museu Histórico da cidade, Rio de Janeiro, existe a coleção das antigas bandeiras ou estandartes do Senado da Câmara, depois Câmara Municipal do Rio de Janeiro. São as seguintes: o estandarte de 1808, em seda branca adamsada na forma de um trapézio retângulo com franja, tendo no centro, em diagonal, uma cartela bordada a ouro, com elmo e uma espada à direita; no centro a imagem de São Sebastião pintada

a óleo. Segue-lhe, a de 1822 a 1831, que é a bandeira imperial com franja, e na forma de trapézio retângulo. A de 1831 a 1889, em seda branca, franjada, no mesmo feitio das anteriores, tem de novo, a imagem de São Sebastião, pintada em uma elipse contornada de bordados.

– Figura também na coleção a bandeira instituída por Decreto de 8 de julho de 1908, ainda em uso: branca com uma cruz em aspa de azul, tendo no centro, brocante, as armas municipais de cor encarnada.

– O estandarte da cidade de São Paulo, que se acha no Museu Paulista é retangular com as pontas redondas, em seda azul com as armas reais de Portugal bordadas em seda amarela e branca, com franja e cadarços amarelos, devendo ser dos fins do século XVIII.

– Mogi das Cruzes conserva no Arquivo da Prefeitura uma bandeira idêntica, porém em seda vermelha e que deve datar também do século XVIII.

– Sobre o estandarte da cidade de Santos, informa Alberto Souza (11), que o brasão adotado pela cidade de Santos, em 1920, é cópia, com diversas alterações do brasão pintado no último estandarte municipal mandado confeccionar pela Câmara em 1888. A insígnia acha-se no Arquivo da mesma Câmara e tem a forma de um estandarte com duas borlas. Tem no centro um escudo vermelho brocante sobre um caduceu, tudo de ouro, a esfera com uma fita verde e ouro em banda. Coroa, mural de ouro; tudo contornado pelos dizeres: Câmara Municipal da Cidade de Santos.

– O estandarte da antiga Câmara Municipal do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, recolhido ao Museu Júlio de Castilho, e que deve ser de 1810 mais ou menos, tem a forma de um trapézio retângulo com 145 x 95 x 110 x 104 centímetros. Em damasco de seda branca, guarnecida de galões e franja de ouro, tem no centro do anverso, inclinadas, as armas reais de Portugal, em estilo barroco, bordadas a ouro, prata e seda vermelha e amarela. Na outra face, em escudo semelhante tendo no centro uma oleografia com a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Rematando a haste, uma esfera armilar e sobre esta as letras entrelaçadas AM e coroa (12).

– A cidade de Cachoeira, na Bahia teve estandarte que lhe foi dado por D. Pedro I "como reconhecimento pelo heroísmo dos cachoeirenses na Guerra da Independência". Tem a mesma forma e cores da bandeira do Império, de um lado um escudo bordado em prata com uma pomba e em torno a divisa *Sic illa ad arcam reversa est*; do outro lado, uma esfera de pano verde cintada por 19 estrelas de prata. Da cidade do Salvador, dois estandartes são conservados em Museu naquele Estado, um colonial, outro do Império.

– A cidade de Belém do Pará adotou a bandeira que se pretendeu oficializar para o Estado em 1898, projeto que não foi sancionado pela Câmara dos Deputados. A bandeira é dividida verticalmente de vermelho, branco e vermelho com uma estrela azul no centro.

- No auto da fundação de Vila Bela (Mato Grosso), datado de 19 de fevereiro de 1752, lê-se que a Câmara usaria de suas armas "no seu estandarte por detrás das armas reais, enquanto Sua Majestade não mandasse o contrário."

♦ **Bandeiras de Revoluções**. A bandeira da Inconfidência Mineira, 1789, conforme descreve Joaquim Norberto (13), e que não chegou a ser usada, era branca com um triângulo verde no centro, contornado pelas palavras: "*Libertas quae sera tamen.*"

- A Inconfidência Baiana, de novembro de 1798, adotou uma bandeira dividida verticalmente em três partes: azul, branco e azul, tendo no centro uma grande estrela vermelha, rodeada, entre as pontas, de cinco estrelas menores, também vermelhas; por baixo a divisa "*Surge nec mergitur*".

A Revolução Republicana de Pernambuco, de 1817, usou, durante os poucos dias da sua existência, de uma bandeira dividida em duas faixas horizontais: a de cima maior, de cor azul, com um arco-íris tendo uma estrela em cima e por baixo o sol, dentro do semicírculo; na inferior e menor, branca, uma cruz vermelha. O sol e a estrela são de ouro. Esta bandeira foi oficializada como bandeira estadual a 23 de fevereiro de 1917.

- A Confederação do Equador, proclamada no Recife em 1824, adotou como bandeira as suas armas postas em campo azul celeste. Estas armas, bastante complicadas, são formadas de um quadrado amarelo com um disco no centro carregado de uma cruz e estrelas como se vê no desenho. Exteriormente, ramos de cana e algodão, braço, estrelas e listel.

- Revolução Federalista Bahiana. Braz do Amaral refere que os revolucionários de 1833 arvoraram uma bandeira partida em pala de branco, azul e branco (14).

- A República de Piratini, chefiada por Bento Gonçalves, Canabarro e outros, adotou por resolução de 12 de novembro de 1836, uma bandeira com as cores verde, vermelha e amarela, ficando triângulo verde na parte superior junto à haste. Esta bandeira está oficializada como bandeira do Estado do Rio Grande do Sul.

- A Revolução de Santa Catarina ou Revolução Juliana, de 1839, teve um pavilhão de três faixas horizontais, a de cima verde, a do centro branca e a de baixo o amarelo.

- Sobre outras bandeiras, diz Clóvis Ribeiro o seguinte: "Em 1899 a insurreição acreana contra a Bolívia, chefiada por Plácido de Castro, ao proclamar a República do Acre a 26 de agosto daquele ano, desfraldou uma bandeira que tinha o lema dos inconfidentes mineiros: "*Libertas quae sera tamen*". Ocupado, porém, poucos meses depois aquele território pelo Exército Brasileiro, em virtude de convenção assinada com o governo boliviano, foi arriada a bandeira revolucionária e substituída pelo pavilhão auriverde, a 26 de março de 1900".

- Na revolução de outubro de 1930, foram criadas e arvoradas diversas insígnias, em colunas e unidades, sendo algumas simples flâmulas improvisadas. Neste sentido apresentaram bandeiras com dísticos, retratos e emblemas, entre outros o batalhão

Paraná; a coluna Siqueira Campos, do Rio Grande do Sul; o destacamento Juvenal, de Minas Gerais; o Batalhão João Pessoa, do mesmo Estado, etc.

– Na Revolução Constitucionalista, de 1932, os batalhões paulistas arvoravam, ao lado do pavilhão nacional, a bandeira do Estado de São Paulo. Para a aviação constitucionalista foi criada a seguinte bandeira: retângulo verde, tendo inscrito um losango amarelo, e no centro deste, disco azul com uma águia de ouro, voando. Na haste, fita branca e preta com a inscrição: Aviação Constitucionalista. Os batalhões de Liga da Defesa Paulista empunharam uma bandeira cortada e endentada de azul e preto de três e dois, com uma estrela branca sobre o azul. Era a bandeira daquela associação patriótica.

– Vide Benzer, Condecorar, Continência, Estandarte, Juramento, Porta-Bandeira, Porta-Estandarte.

♦ **Bandeira**. A denominação – bandeira – dada às expedições que durante o período colonial partiam de São Paulo ou de outras cidades do Brasil, para descobrir e conquistar terras, para aprisionar índios ou repelir os seus ataques, finalmente, à procura de gemas preciosas e de ouro, teve origem na organização militar de então, pois as companhias dos terços ou regimentos eram também chamadas – bandeiras – por ostentarem cada uma delas uma bandeira. As bandeiras que entravam pelo sertão compunham-se de oficiais, sargentos, cabos, soldados, meirinho e escrivão, e levavam aquelas insígnias (15). Obedeciam à disciplina e aos rigorosos códigos militares da época, que punham ao arbítrio dos chefes os castigos e a vida dos seus componentes, como demonstrou Fernão Dias na tentativa de levante chefiada por um filho seu.

BANDEIRANTE, s. m. – Indivíduo pertencente a uma bandeira ou associação (no Brasil, destinada a descobrir minas, atacar os selvagens, ou fazer penetrações de conquista).

– Sobre os bandeirantes paulistas diz Monsenhor Pizarro (1): "Foram os paulistas à custa das próprias vidas e fazendas, e deixando as suas famílias, os que descobriram os imensos tesouros reconcentrados em todas as minas do distrito da América Portuguesa. Por esses serviços, assaz notáveis, mereceram dos nossos soberanos a honra de várias cartas firmadas pelos seus reais punhos, que autenticaram tão distintos heroísmos de tais súditos. Assim praticou El Rei D. Afonso VI, dirigindo a diferentes sujeitos as Cartas Régias de 27 de setembro de 1664", e mais adiante: "Com a data de 21 de março de 1674 receberam vários paulistas outras semelhantes cartas em agradecimento do zelo com que se empregavam nas entradas dos sertões e descobrimentos de minas de ouro e de prata"....." "e finalmente escreveu El Rei D. Pedro a 27 paulistas, agradecendo-lhes os seus bons serviços."

BANDEIROLA, s. f. – Pequena bandeira empregada pelos engenheiros para marcar o ponto de um alinhamento. Pequena bandeira que os lanceiros usam junto ao ferro da lança.

– Consta no Regimento de Guerra (Ordenações Afonsinas, Livro I) que no assentamento do arraial, o lugar devia ser marcado por alguma pessoa de bem (geralmente o condestável) por meio de oito ou dez pendões pequenos.

– Sobre o assunto diz Cunha Matos que a bandeirola para marcar campo "deve ter a haste com 12 palmos de comprimento; e o batente e o guindante de um palmo. N. B. No tempo presente as bandeirolas de marcar o campo e de alinhamentos têm o pano mais alto e largo: e a da continência nas paradas tem as Armas Imperiais. As bandeirolas são vermelhas, ferradas no extremo inferior; e aquelas de que se servem os Oficiais Engenheiros nas suas operações de campanha terminam em choupa. Os lanceiros têm bandeirolas nas pontas das suas lanças."

– Quando o Exército marchava, o major da brigada ia adiante com um ajudante dela. Os quartéis-mestres dos campos iam acompanhados de três sargentos por batalhão e um soldado por companhia, levando três bandeirolas de um palmo em quadro com haste de 12 palmos, com recontro de ferro e uma maçaneta em cima, pela qual se julgava a linha visual; depois de todos juntos na paragem, assinalavam os lugares dos corpos. Regimento de 1708 e Instruções Gerais de 1762.

– O Aviso de 168, de 29 de setembro de 1854, dá instruções sobre a maneira de se proceder quanto à colocação das bandeirolas, na marcha em continência, quando em parada concorrerem corpos de diferentes armas. A arma de cavalaria há de seguir sempre o que dispõe as instruções de Beresford, ficando as bandeirolas nos ângulos dos quadrilongo e a ser a continência no centro de uma das suas faces. Pelo que respeita a Infantaria, deve-se seguir as instruções de Zagalo, ficando a bandeirola de continência no centro do quadrado; finalmente, quando concorrem corpos de diversas armas, devem-se seguir as instruções de Beresford, e não as de Zagalo.

– A lança com a respectiva bandeirola foi usada durante o Império apenas pelos corpos de cavalaria destacados no Rio Grande do Sul. A bandeirola era em listras horizontais brancas e vermelhas, vindo a ser depois, vermelhas com losango branco tendo este no centro um número ou uma estrela vermelha.

– A Escola Militar teve antes de 1933 bandeirolas azul com bordadura e estrela vermelhas; depois daquela data, azul com as armas da Escola no centro.

– Nas forças policiais tem sido usada grande variedade de bandeirolas. No Regimento de Cavalaria de São Paulo era ela verde com losango amarelo, orla e estrela vermelhas; verde e amarelo em duas listras a partir de 1906. A da Cavalaria do Rio Grande do Sul, em 1927, era vermelha com contorno e a estrela branca. No Distrito Federal foi usada bandeirola branca com bordadura e estrela vermelhas, cor que modernamente mudou para azul.

– Vide Guião.

BANDO, s. m. – Facção, partido. Tropa indisciplinada; Bando de guerrilhas. Quadrilha, malta, companhia de malfeitores. Multidão. Pregão público de alguma ordem ou de algum decreto; anúncio de guerra, proclamação: Deitar bando.

– Bandes, foram na França, grupos de soldados irregulares que nos últimos séculos da Idade Média, eram utilizados pelos soberanos e chefes militares, apesar de formados de maus elementos, como vagabundos, salteadores indisciplinados (routiers, aventuriers, brabançons, cotereaux, etc.), que combatiam a favor de quem melhor pagasse, e que durante a paz saqueavam e depredavam as populações desprevenidas. Apesar destes inconvenientes foram de grande utilidade em muitas ocasiões, sendo chamadas no século XV grandes compagnies ou bandes-noires. Reorganizadas e instruída à moda suíça formaram as bandes de Picardie. Luis XII procurou discipliná-las e formou as bandes de Cascoque e do Piémont. Conseguiu este monarca atrair a nobreza no comando dos bandos, fazendo-a abandonar seus preconceitos, obtendo em 1507 a colaboração de cavaleiros de renome como Bayard e Montluc. Tornaram-se célebres por esta época os bandos de suíços e os de landsquenetes.

– Francisco I procurou dar nova forma à infantaria agrupando os bandos em legiões provinciais de 6.000 homens, libertando-se ao mesmo tempo dos mercenários estrangeiros, exigentes e inseguros.

– Em 1534 criou sete legiões, cada uma composta de seis bandos de 1.000 homens, sob o nome de província onde eram levantadas, armados de piques, arcabuzes e bestas. As legiões nunca tiveram execução completa e caíram em decadência com a morte do seu criador, voltando-se à antiga instituição de bandos isolados.

– Henrique II tentou inutilmente reorganizar as legiões de Francisco I. Passaram os bandos a formar verdadeiras unidades de infantaria com 600 homens, mais ou menos, sob o comando de um capitão, auxiliados por outros oficiais. Em combate reuniam-se vários bandos formando grandes massas retangulares de 3.000 a 10.000 homens.

– Estes bandos, conhecidos por bandes françaises eram divididos em duas grandes categorias: os bandos do Piemonte que combatiam pela conquista da Itália; os da Picardia que lutavam na fronteira norte contra os flamengos e os ingleses; os da Champanha que se opunham aos alemães; e os da Guyenne e de Navarra, na fronteira dos Pirineus. Da necessidade de agrupar os bandos surgidos em 1561 os primeiros regimentos, comandados já por chefes que tomaram o nome de coronéis.

– Pregão público ou bando. Os governadores das armas e os generais em chefe dos exércitos publicavam seus bandos por escrito quando se cominavam penas contra transgressores. Regulamento de 1º de junho de 1678. "Atualmente os bandos foram substituídos pela Ordem do Dia (Rep. C. Mat.). Da mesma forma os bandos eram publicados chamando os que quisessem assentar praça.

- Bandos em grande aparato saiam pelas ruas da Côrte do Rio de Janeiro nas vésperas das grandes festividades ou solenidades para anunciá-las, convocando o povo ao comparecimento, à iluminação das casas, etc. Assim sucedia também como regozijo, em vésperas de casamento ou de nascimento na família real. Deste uso dá o padre Luís Gonçalves dos Santos diversas descrições em suas "Memórias", o mesmo também Debret e outros autores que testemunharam tais festejos. Nas "Memórias", acima citadas, destacam-se o bando festivo organizado para anunciar as festas públicas da praça de curro, levantada no Campo de Sant'Ana, por ocasião do casamento da princesa D. Maria Teresa com o infante D. Carlos de Espanha a 12 de outubro de 1810. O bando saiu à rua por ordem do Intendente Geral da Polícia, composta de "mascarados burlescos a cavalo, anunciando com bastante folia e estrondos de foguetes do ar por toda a cidade, ser permitido a qualquer vestir-se de máscara, formar danças, apresentar-se no curro, e discorrer pelas ruas públicas, não só nos dias das festas reais, mas ainda em todos os domingos, e dias santos, que depois delas se seguissem até ao fim do ano para maior aplauso, e pública alegria pelo feliz desponsório de Suas Altezas. Na antevéspera do dia 12 outro bando saiu, este, porém, solene e aparatoso, formado de almotacéis e oficiais da Câmara a cavalo, com criados e banda de música, para ler e afixar o edital dos festejos.

- O bando que comunicou ao povo a elevação do Brasil a Reino Unido, convidando-o ao mesmo tempo para iluminar toda a cidade durante três noites, como demonstração da pública alegria, "foi feito com grande pompa por um bando muito esplêndido o qual alegremente correu as ruas da cidade". Informa o mesmo autor, padre Luís Gonçalves dos Santos, que diz ainda: Iam os almotacés, e oficiais da Câmara ricamente ornados de capas com bandas de seda, e os chapéus emplumados, como se costuma nas funções reais, e de maior prazer, e interesse nacional, eram acompanhados de muitos criados da Casa Real, que levavam cavalos à destra, e precedidos, e seguidos de duas bandas de músicos e de uma escolta de cavalaria da polícia. Todas estas pessoas que compunham o bando, iam montadas em cavalos das reais cavalaria, exceto os almotacés, que iam nos seus próprios e com criados seus, que levavam outros cavalos à destra. Saiu este bando da Casa da Câmara, e dirigiu-se ao terreiro do Paço onde se leu pela primeira vez o edital na real presença de Suas Altezas, e no meio de um grande concurso de povo, que na praça esperava com antecedência a cavalgata; e ali se soltaram muitos foguetes, que, elevando-se ao ar, se desmanchavam com alegre estrondo, e prazer da multidão, que em altos vivas aplaudia a real magnificência de Sua Alteza, o Príncipe Regente Nosso Senhor. "Depois disto discorreu o bando pelas ruas públicas da cidade, em cujas esquinas se afixavam editais, tocando os instrumentos, e subindo ao ar os foguetes, depois que os mesmos editais eram lidos em alta voz pelo pregoeiro".

- O bando que a 5 de fevereiro de 1818 anunciou a Aclamação de D. João VI para o dia seguinte, teve excepcional pompa e luzimento, segundo a prática antiga, e foi dado ao

povo pela própria Câmara em peso que saiu em cavalgata de riqueza, solenidade e acompanhamento como nunca se vira até então no Rio de Janeiro.

– O anúncio da Aclamação de D. Pedro I foi feito por edital do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e não por bando, a 12 de setembro de 1822, marcando a solenidade para o dia 12 de outubro.

– Para anunciar ao povo a sagração e coroação de D. Pedro I, saiu à rua um bando em 30 de novembro de 1822, véspera da cerimônia, com enorme aparato formado pelos membros do Senado da Câmara em trajes de gala, bandeira, bandas de música, guarda de cavalaria e foguetes. Este bando é representado por Debret em sua estampa 14.

BANDOLA, s. f. – Correia à qual se suspendia o polvarinho e o saco de balas. Era peça do equipamento nos tempos do arcabuz e do mosquete; foi substituída pela correia com patrona nos fins do século XVII. Bandoleira.

BANDOLEIRA, s. f. – Peça de correame militar. Correia presa à arma de fogo; serve para pô-la à tiracolo. Pôr alguma coisa em bandoleira, segurá-la por correia posta à tiracolo. (Formação espanhola Bandolera)

– Chamou-se bandoleira nos séculos XVI e XVII à correia usada à tiracolo pelos arcabuzeiros da qual prendiam o saco de balas e o de pólvora, e pelos mosqueteiros, na qual eram presos 10, 12 ou mais tubos de couro, madeira ou folha de Flandres (bandoleiras), contendo as cargas de pólvora previamente medidas, e mais: o saco de balas; o frasco de polvarim e a mecha. Foi definitivamente substituída pela correia com patrona em fins do século XVII.

– A bandoleira de espingarda, tira de couro cujas extremidades são presas nos zarelhos da arma e que serve para o soldado colocá-la à tiracolo, começa a ser usada nos fins do século XVII pelos granadeiros a fim de poderem ter as mãos livres para atirar as granadas. Os arcabuzes e mosquetes anteriores ao fuzil de pederneira não tinham bandoleira, apenas na cavalaria a clavina era levada de boca para baixo, pendente do arção ou presa por argola a uma correia.

– O fuzil francês modelo 1717 ainda não é provido de bandoleira, somente depois desta data é que o uso deste acessório foi generalizado. Regulava a bandoleira pouco mais de uma polegada de largura, pintada de branco, preto ou vermelho.

– No Brasil a bandoleira fazia parte, antigamente, do armamento; tinha ela passadores de couro e fivela ou atilhos. A moderna é parte dos acessórios e nela se notam a fivela, o botão e os furos.

BANHO, s. m. – Imersão do corpo ou de parte dele em água ou noutro líquido ou em qualquer gás. Banho de chuva, o que se toma fazendo cair de alto e pelos buracos de um ralo a água sobre o corpo. (Formação latina Baldeum)

- Os militares que fazem uso de Banhos de Caldas por determinação dos facultativos vencem soldo e tempo. Aviso de 1º de setembro de 1758.

- O Regulamento dos Hospitais Militares baixado pelo Alvará de 7 de agosto de 1797, determinou em seu título XVIII, que nos hospitais fixos existissem tinas para se lavarem os doentes quando entrassem, sendo uma para 120 doentes, uma para cada 50 sarnosos, e uma para 25 de mal venéreo. Depois de usadas, eram as tinas raspadas e esfregadas, "antes de se esfriar a água."

- Os soldados devem ir lavar-se no mar ou rios, não individualmente, mas por grupos, acompanhados do cirurgião de serviço, munido dos meios necessários para socorrer os asfixiados por imersão. Regulamento 1.900, de 7 de março de 1857 (Sinopse de 1879).

- O comandante do corpo deve providenciar para que, por turmas de cada companhia, conduzida por inferiores, as praças de pré se banhem. Regulamento de 22 de maio de 1906.

BANIR, v. tr. - Expulsar da Pátria por sentença, condenar a desterro; degredar; exilar.

- Proclamada a República Brasileira a 15 de novembro de 1889, embarcou o Imperador D. Pedro II e a sua família imperial a bordo do cruzador Paraíba, no dia 17 pela madrugada, passando depois para o paquete Alagoas, no qual seguiram para a Europa. Pelo Decreto 78, de 21 de dezembro de 1889, foram banidos do território nacional o Imperador, sua família e mais algumas pessoas. O Decreto vedou a posse de imóveis no Brasil, revogou o Decreto que concedia ajuda de custo a Sua Majestade e considerou extintas as suas dotações e de sua família. O banimento foi abolido pelo Decreto 14.120, de 3 de setembro de 1920.

BANQUETA, s. f. - Pequeno banco sem costas. Uma das partes do altar. - (Fortificação) - Pequena elevação ou degrau de terra ou pedra, ao longo do parapeito, para o lado de dentro e onde os atiradores sobem a fim de fazer fogo contra o inimigo. É usado também em trincheiras e baluartes de terra.

BAQUETAS, s. f. pl. - Pequenas varas de pau, torneadas, ordinariamente mais grossas em uma das extremidades, com as quais (duas) se toca tambor. (Formação italiana *Bacheta*)

BARAÇO, s. m. - Corda ou cordel feito de fio de linho ou de vergas torcidas. Corda ou laço para enforcar. (Formação árabe *Maras*)

- Baraço era o laço usado para apertar a garganta dos que sofriam pena de forca. Punham-se também nos réus vis que escapavam da forca e iam ser açoitados pelas ruas

com ele ao pescoço, enquanto era lido o pregão da culpa e da pena. (C. M. de A., vol. 2º, pag. 1149)

BARÃO, s. m. – (Antigo) – Magnata, homem ilustre. Homem nobre que possuía uma terra com título de baronia. Atualmente título nobiliárquico o menos graduado na hierarquia dos títulos e imediatamente inferior, a visconde. (Formação latina *Baro*)

– Na hierarquia feudal, abaixo do rei e dos grandes senhores, duques e condes, estavam os barões, que deviam possuir ao menos uma cidade murada, e que, por sua vez, exerciam suserania sobre seus cavaleiros embandeirados.

– Diz Vilasboas Sampaio que barão ou é nome grego e vale o mesmo que homem forte nos trabalhos, ou é palavra hebraica e significa filho, porque quando os Reis tinham muitos davam este título aos filhos segundos, com terras, e jurisdições e lhe chamavam barões, segundo Lucas de Pena alegado por Cabedo, na 2 p. decif. 104. Com este título honravam os Reis aqueles que se avantajavam na guerra, concedendo-lhes os privilégios de ricos-homens e lhes davam algumas terras e fortalezas a que chamavam baronias, etc.

– Barão com grandeza tem tratamento de Excelência, e sem ela, o de Senhoria. Lei de 29 de janeiro de 1739.

BARBA, s. f. – Conjunto de pêlos ou cabelos que nascem na parte inferior e lateral do rosto do homem. Qualquer porção desses pêlos ou cabelos. Queixo, mento. (Formação latina *Barba*)

– Os militares sempre obedeceram a certas imposições da moda ou certos preceitos regionais. Assim, de 1500 até aos fins de 1600, esteve a barba em moda diversas vezes; abundante ou diminuta, em ponta ou redonda, conforme os caprichos do momento. Precisando melhor: esteve em moda no século XVI, nos reinados de Francisco I, Henrique II e Carlos V, não sendo, contudo de rigor o seu uso entre o povo. Entre os soldados, são conhecidos as características longas barbas loiras dos Lansquenetas, as dos Cem-suiços e as barbas em ponta dos arqueiros escoceses de Henrique II. Carlos IX, Henrique III e o IV, da França, mantiveram esta moda com certo rigor na Côrte. Em todos os outros países nota-se a mesma coisa.

– De 1600 em diante, a moda é mais rigorosa neste particular. Na Holanda e na Espanha, países que então muito influem na elegância masculina, usam-se cabelos compridos com barbicha em ponta estreita, partindo do lábio inferior e longos bigodes; característicos que dominam completamente pelos anos de 1625 à 1650.

– A França, sob Luiz XIV, começa seu grande domínio na pragmática civil e militar. A barbicha desaparece então aos poucos, tornando-se os cabelos mais compridos e os bigodes menores até desaparecer completamente ao entrar no século XVIII.

– Em Portugal, pelo Regimento de 1708, não mais foi permitido aos soldados trazer a barba crescida.

– Quanto ao bigode entre os militares, usaram-no, excepcionalmente, durante o setecentos. Era de uso apenas entre corpos de mercenários estrangeiros como croatas e húngaros; entre os granadeiros e em alguns corpos de cavalaria.

– A barba só aparece de novo, após o primeiro quartel de século XIX. A princípio, surge o uso da mosca, pequena porção de barba sob o lábio inferior – acompanhando as costeletas, já então em franca moda. Depois, vem a barba em ponta, a barba sob o queixo, passa-piolho; etc. Em 1860, o seu uso está generalizado, usam-na toda, rústica, ou talhada sob diversas formas; cerrada, à inglesa, à americana, à cavaignac, etc. Raro era o oficial ou mesmo o soldado que durante a Guerra do Paraguai, não tinha a barba toda.

– Foi sempre um dos característicos do porta-machado que a conservou no século XIX farta e rústica.

BARBACÁ, s. f. – (Fortificação, Antigo) – Espécie de muro construído diante das muralhas e mais baixo que elas, para a defesa do fosso. – (Fortificação, Moderno) – Seteira ou fresta nas muralhas pela qual os soldados podem atirar sobre o inimigo e observar o que se passa no campo. (Formação árabe Barbâk-Khamk)

BARBELA, s. f. – Papada pendente do pescoço do boi. Pequena corrente que guarnece por baixo a barbada do cavalo e se prende de cada lado nas caibas do freio; faz parte da cabeçada.

– Barbela de lã para os chapéus, consta nas listas de peças de fardamento enviadas ao Rio Grande do Sul em 1851. (Relatório do Ministro da Guerra)

BARBETE, s. m. – Plataforma em que a artilharia joga por cima do parapeito e não metida nas canhoneiras, possuía a vantagem de abranger mais horizonte que a bateria de canhoneira.

BARBICACHO, s. m. – Cabeçada de cordas para bestas. Cordão preso à parte inferior do chapéu, e que serve para prendê-lo à cabeça, tendo um botão corrediço para segurá-lo ao queixo. Barbela. É termo castelhano usual em Etremadura, Andaluzia e outras províncias da Espanha. (Valdez)

– Em chapéu de pano ou de couro, é ainda usado o barbicacho, cordão que serve para prendê-lo. Pelos militares, foi de grande uso o barbicacho nos chapéus de feltro, durante a Guerra do Paraguai. Como simples cordão de retrós preto ou amarelo foi de moda em lugar da jugular de couro, pela polícia do Rio de Janeiro de 1879 a 1892, para manter o quepe rígido de formatura. Em consequência, chamou-se também de

barbicacho o cordão fino dobrado, dourado ou de seda, que ficava sobre a pala do boné à cavaiguac, como: em 1878 para os oficiais honorários, em 1881 para a Escola Militar, etc.

– A partir de 1890, no Exército, os oficiais montados e os de cavalaria passaram a usar barbicacho de cordão preto com passador dourado, a borla de seda preta com 0,10m, para o remate de fios dourados, sendo preso aos botões laterais do boné. As praças montadas não tiveram o barbicacho, que deixa de constar para os oficiais a partir do Plano de 1903. A Polícia Militar do Distrito Federal usou-o em retrós azul, de 1900 a 1906. Para o capacete branco adotado na mesma polícia em 1910, entra em uso um simples cordão preto à guisa da jugular.

– Os oficiais e praças montados das Polícias Militares Estaduais usaram também o barbicacho (de retrós preto para as praças) sendo finalmente abolido por volta de 1910.

BARBOTE, s. m. – Peça da antiga armadura que cobria a barba. O mesmo que babeira.

– O barbote ou babeira era a parte inferior da armadura da cabeça, nos elmos, capacetes de gorjal e em alguns bacinetes e celadas. Era fixo, em corpo com o capacete, ou aplicado, fixo ou móvel, sendo comumente ligado ao gorjal.

BARBUDA, s. f. – (Antigo) – Moeda de prata do tamanho de meio tostão.

– Chamou-se Barbuda, em Portugal, um elmo do século XIV, com cabeção de malhas e viseira móvel.

BARCA, s. f. – Embarcação pequena destinada à carga e ao transporte. (Formação baixo latim Barca)

– Barcas artilheiras ou baterias flutuantes que existem nas fortalezas foram consideradas como parte delas, e os comandantes eram responsáveis pela sua conservação. Decreto de 22 de janeiro de 1823.

– Para a defesa da província de Mato Grosso mandaram construir seis barcas artilheiras. Portaria de 7 de junho de 1825 (Rep. C. Mat.)

– Vide Pontoneiro.

BARDA, s. f. – Sebe de espinhos ou silvas. Montão; em grande quantidade. Antiga armadura feita de folhas de ferro que se colocava no peito e flancos do cavalo; também chamado bordão: Cavalo bordado.

– A armadura do cavalo, ou seu arnês de guerra começa no século XIII com o teliz, proteção de malha ou atanado taxonado. Foi-se transformado pouco a pouco a sua defesa até se completar no século XVI, quando atinge o máximo de peso tolerável decaindo aos poucos, em vistas dos progressos das armas de fogo portáteis.

- A armadura do cavalo compõe-se então de: testeira, pescoceira, focinheira, e as bardas ou bardões do peitoral e da anca, ou tonelete; os ilhais protegiam os flancos, sendo mais curtas que as bardas. Estas peças eram de ferro, e em geral com labores e gravados.

BARQUINHA, s. f. - Pequena barca. Barca ou cesto, em geral de vime, que pendente dos aeróstatos, serve para transportar pessoas e instrumentos de observação.

BARRACA, s. f. - Cabana ou abrigo construído todo de madeira ou de madeira e pano, palha, folhagens, etc. Barraca de campanha, tenda militar de acampamento feita de lona. (Formação baixo latim *Baraca*)

- O Decreto de 5 de maio de 1762 deu providências sobre as barracas dos oficiais proibindo a irregularidade e o luxo então existentes; determinou que tivessem a mesma forma, e marcou para os oficiais superiores e capitães uma barraca separada; para dois subalternos uma; e para cinco soldados um barraquim.

- Pelo Regulamento de Infantaria de 1763, cada companhia tinha 20 barracas sendo 16 para os soldados, 2 para os oficiais inferiores, 1 para o capitão e 1 para o tenente e alferes; pelo Regulamento de Cavalaria de 1764, uma barraca para 4 soldados e uma para cada oficial.

- A propósito, diz Cunha Mattos, "como no tempo presente as barracas tem um feitio diferente das antigas, e as tropas raríssimas vezes se servem delas em campanha, ativa, os generais em chefe mandam fazer a sua distribuição pela maneira que julgam mais acertada."

- Diz o "Exame Prático", volume 4, página 1487, que o estabelecimento dos acampamentos é um dos objetos importantes do serviço de campanha. Por muito tempo as tropas os formavam exclusivamente de barracas de lona ou brim, denominadas tendas, o que, além de ser de um custo espantoso aumentava extraordinariamente as bagagens dos exércitos. Depois de mostrar os defeitos das barracas de tela diz que as barracas construídas de madeira, de palha ou mato, posto que tenham alguns inconvenientes, preservam, entretanto mais do frio e do calor, e podem ser abandonadas a todo o momento sem risco, e sem darem ao inimigo indício algum das intenções das tropas que as ocupam; antes pelo contrário, servem algumas vezes para o iludir a esse respeito. Estas barracas constam de uma armação de madeira e de uma cobertura de tábuas, palha ou mato, as paredes feitas de trançado, barro, etc. Podem ter dimensões variáveis abrigando 8 ou mais homens.

- Quanto às barracas de pano, para as praças de infantaria ou outras armas, estavam em uso, nos fins do Império, segundo o mesmo autor, duas espécies de abrigos: os barraquins e as tendas de novo padrão ou barracas cônicas.

– Os barraquins eram compostos de dois paus à prumo de nove palmos de altura, tendo numa das extremidades um espigão de ferro; de um pau de cumeeira, redondo, de 10 palmos de comprimento com braçadeiras em ambas as extremidades para entrarem nos espigões dos paus de prumo; do pano que é de brim ou lona que cobre a armação, formando o teto e paredes da barraca; de 17 estaquinhas de guarnecer, e que servem para entesar o pano. Estes barraquins têm 10 palmos de comprimento e 10 de largura e podem acomodar três praças com os seus equipamentos.

– As tendas são compostas de um pau de prumo de 13 palmos e meio de altura formado de duas peças que encaixam uma na outra, e tendo na parte superior um espigão de ferro que entra em um furo na cabeça da barraca; do pano da tenda que é de brim ou lona; 44 estaquinhas de guarnecer; de quatro estacas de argolas às quais vem prender quatro cordas denominadas guias e que partem dos quatro ângulos de uma chapa de ferro quadrangular chamada patarraz, a qual, por um orifício que tem no meio, entra no espigão do pau de prumo e assenta sobre a cabeça da barraca. (As quatro espias tem por fim sustentar a barraca contra os impulsos do vento.) A base desta barraca tem o diâmetro de 18 palmos, a entrada tem a altura de 7 palmos, pode alojar 12 infantes com seus respectivos equipamentos.

– Os pavilhões de armas servem unicamente para preservar as armas da chuva e da umidade; são semelhantes às tendas e formada de um pau à prumo com um espigão para entrar em um orifício no meio da base da maçaneta que lhe serve superiormente de ornato; de um pano de riscado ou de riscado de Hamburgo; de 19 estaquinhas de guarnecer, de dois paus delgados, chamados paus para sarilho, que atravessam o pau de prumo em cruz servindo de encosto às armas.

– Os barraquins para subalternos só diferem dos dos soldados em terem os paus de prumo 10 palmos de altura; na forma do pano, e necessitarem por isso de seis estacas de argola para prender as guias. As tendas dos capitães, oficiais superiores e generais têm a mesma forma, com a diferença de aumentarem sucessivamente de grandeza e terem interiormente alguns repartimentos (1).

– Vide Luxo.

BARRAQUIM, s. m. – Barraca pequena.

– Vide Barraca.

BARREIRA, s. f. – Espécie de parapeito ou trincheira construída de paus muito próximos e alinhados; estacada. Recinto circundado de estacas em que se realizavam outrora justas, torneios, etc. Porta da cidade ou povoação onde há posto de empregados fiscais para a cobrança dos direitos de entrada ou de consumo de mercadorias. Grade de madeira ou porta com molinetes. Obstáculo, dificuldade.

- "O anspeçada destacado na guarda da porta para a barreira ou rastilho, meterá e renderá as suas sentinelas ao ordinário, e lhes mandará que não deixem sair oficial inferior nem soldado sem licença por escrito. As sentinelas devem avisá-lo quando se aproximarem pessoas de aparato, para advertir o oficial que comandar a guarda, deixando-as depois passar livremente (menos em tempo de guerra ou de peste) até o consinho onde o oficial da guarda tomará as informações devidas."

- "Em tempo de paz não se exige os passaportes das pessoas de distinção".

- "Quando algum oficial inferior ou soldado chegar para entrar na praça, a sentinela da barreira, o fará levar ao oficial da guarda que o mandará à guarda principal."

- "O anspeçada da barreira não deixará entrar pobre mendicante algum; e sob pena de prisão, lhe é proibido aceitar dinheiro das pessoas que quiserem entrar na praça; dará conta ao oficial da guarda de todas as pessoas que entram e saem, e a sentinela terá sempre a cadeia da barreira na mão, e a barreira fechada." Regulamento de 1763, capítulo VIII, artigo 1.

BARRETA, s. f. – Barra pequena.

- Estabelece-se que a barreta usada em alguns uniformes militares, em substituição das medalhas, criada pelo Decreto 4.238, de 15 de novembro de 1901, de gorgorão de seda de 0,040m de largura por 0,012m de altura e de três listras iguais, sendo amarela a do centro e verde as extremas, tenha no centro, uma estrela de seis milímetros de diâmetro, ligeiramente saliente, do mesmo metal da medalha concedida. Decreto de 18 de outubro de 1922. Vide Aviso 3031, de 1945.

- Vide Medalha.

BARRETE, s. m. – Cobertura que se ajusta à cabeça, feita ordinariamente de fazenda mole e flexível, e terminando em ponta; carapuça. Cobertura quadrangular da cabeça que faz parte do trajo eclesiástico. – (Fortificação) – Obra com três ângulos salientes e dois reentrantes; é uma fortificação de emergência pouco usada pela sua fraqueza e desvantagens. (Formação baixo latim *Birretum*)

- Peça do fardamento, geralmente usada no interior do quartel, para faxina, instrução ou descanso. Chamava-se antigamente, também, barrete de polícia ou de quartel.

- No Plano de Uniformes de 19 de maio de 1806 consta, para a Infantaria, em serviço de quartel, o barrete de polícia comprido em serafina azul ferrete, com uma borla na ponta, e na frente o número da companhia. O mesmo barrete continua em uso no Plano de 24 de março de 1810. Para a Cavalaria, o Plano de 1806 indica um barrete de carneira com uma pequena chapa amarela também com o número da companhia.

- O barrete militar não é mais do que um saco terminado em ponta e com abas reviradas para cima e recortadas, tomando a forma retangular, ficando a ponta terminada por uma borla pendente para um lado. Tem origem no primitivo barrete ou gorro camponês, de uso remoto. Em suas diversas adaptações e modificações, torna-se o boné quadrado ou comprido e, passando pelo gorro de dois bicos de 1866 chega ao gorro sem pala de hoje. Tomando a forma circular e achatada sobre a cabeça passa a chamar-se boné redondo; e numa das variantes deste tipo é o boné tradicional dos marinheiros, no qual a França ainda se conserva a borla. Nesta forma foi muito usado entre nós pelos pedestres e outros militares sendo a borla substituída por um pequeno disco simbólico de pano ou de cordão enrolado. A pala foi ajustada a alguns modelos, como na modalidade que se transformou em quepe. No boné quadrado ou comprido a borla ficou na ponta pendente do lado.

- Do mesmo modo o barrete camponês de inverno, forrado de pele nos bordos, serviu de modelo a toda uma série de coberturas de diversos tamanhos e formatos, em quase todos os países, tanto no século XVIII como no século seguinte, usados, sobretudo, pelos porta-machados, granadeiros, hussardos, etc.

- Vide Barretina, Boné, Gorro, Granadeiro, Porta-machado.

BARRETINA, s. f. – Cobertura alta de cabeça, que usavam os militares (podem ser de variadas formas e feitas de materiais diversos, como feltro, pele, couro, etc., hoje em desuso).

- A cobertura predominantemente no século XVIII, foi o chapéu tricórnio. Nos fins do século, transforma-se em bicórnio e nesta forma dá origem ao chapéu armado, usado no século XIX, principalmente por oficiais.

- Outras coberturas militares foram os diversos tipos de capacetes, de remota origem; as variadas barretinas de pêlo, originárias dos antigos gorros ou barretes de pele de uso civil; as barretinas "de chapéu" e as redondas, inspiradas na cartola e no chapéu redondo. Outras formas de barretinas foram: a cônica truncada e a cilíndrica, assim como as inspiradas na chapca. Como cobertura de pequeno uniforme ou serviço são numerosos os modelos de gorros, barretes e bonés.

- Na língua portuguesa, tomou o nome de barretina a cobertura de pêlo dos granadeiros; a mesma denominação a partir do século XIX se generaliza a todas as coberturas rígidas vistosas, de aparato e que, a partir de certa época são reservadas para formaturas, dias de gala, etc.

- A palavra barretina tem a aparência de um diminutivo, mas na realidade não o é, pois refere-se a uma cobertura maior que o simples barrete. Na gíria de quartel, no Brasil, chamou-se barretina de buritão ou guritão, provavelmente por corruptela do aumentativo barretão.

– Dois tipos de barretina ficaram em nossos usos durante o século XIX: a afunilada e a "de chapéu". Alguns outros modelos foram também usados ou aparecem esporadicamente como a barretina de pêlo, a chapca de origem polonesa, e a barretina redonda adotada nas milícias em 1806.

♦ **Barretina de Pêlo.** Este gênero de cobertura foi adotado na Europa já no século XVII para os granadeiros e sapadores, soldados que, se distinguiam pela robustez e agilidade, recrutados entre os lenhadores e camponeses, acostumados a usar o gorro de pêlo.

– Teve o nome de barrete de pêlo ou mitra e era formada de uma carapuça de pano, pendente, terminada em borla, guarnecida de pêlo em torno. Em algumas épocas tomou forma alta na frente, como se vê no figurino de granadeiro português em "Milícia Prática" de Bento Gomes Coelho, 1740. Em 1762, o tamanho da carapuça pendente nas costas era exagerado, pois chegava a quase um metro de comprimento (o que também se observa na Espanha). Os soldados ao atirar as granadas, costumavam passar a carapuça em torno do barrete à guia de faixa, para estarem mais à vontade em seus movimentos.

– O barrete de pêlo foi abolido em Portugal pelo Conde de Lippe, como se vê no Regimento de 1763, pelo qual se determinou que os granadeiros tivessem chapéu tricórnio e como distintivo apenas uma granada na portinhola da patrona.

– No Brasil, um barrete de pêlo com saca vermelha, pendente, foi usado pelo Batalhão de Henriques de Goiás, conforme se verifica em figurinos de 1782 (1).

– No Plano de 1806, não consta o barrete para os granadeiros, mas, sim: "Na barretina uma granada por cima do número competente". O mesmo é mantido na Decisão de 9 de maio de 1816.

– As Milícias de São Paulo tiveram no início do século XIX barretinas num padrão original: altas na frente, abaixando-se gradativamente na parte de trás, com o alto posterior forrados de pêlo; a esquerda o penacho (em alguns corpos dois penachos juntos). A da Infantaria de Milícias da Praça de Santos assemelhava-se a uma mitra com guarnição de crina vermelha, formando auréola. Estas barretinas eram, evidentemente, originárias do barrete de pêlo (2).

– Após alguns anos de intervalo volta a barretina de pêlo a ser usada pelas companhias de flanco do Batalhão de Granadeiros criado em 1818. Pela Portaria de 15 de fevereiro de 1823, a mesma barretina foi adotada nas 1ª e 6ª companhias dos batalhões de caçadores, e que recebiam instrução de granadeiros.

– Barretina deste gênero esteve em grande moda no reinado de D. João VI para os clarins dos corpos montados como se vê na gravura de H. Taunay, que representa a chegada da Arquiduquesa D. Leopoldina ao Rio de Janeiro em 1817 (3); uso confirmado pela Decisão de 12 de maio de 1820, que ao tratar dos efeitos das trombetas do Corpo de Artilharia Montada da Côrte nos dias de parada, diz: "barretina de ursa cilíndrica com

ponta esmeralda e cordões da mesma cor com armas". Conforme figurino avulso de 1824 pouco mais ou menos, existente na Biblioteca Nacional, a mesma barretina era também usada pelos soldados do dito corpo.

– Com a restauração dos Batalhões de Fuzileiros em 1842 os granadeiros tiveram apenas uma granada na barretina comum.

– Os porta-machados, que 1800 usam um barrete com frente de pano arredondada e ponta pendente, tem-na, em 1816, guarnecida de pêlo. Diz a Decisão, que a gorra era "da cor do canhão ou gola da farda com os vivos e borlas da cor do forro da mesma farda, com cinta de pele preta, e na frente desta dois machados em aspa, amarelos, para a Linha e brancos para as Milícias".

– Nos batalhões de fuzileiros, criados de novo em 1842, os porta-machados tiveram grandes e aparatosas barretinas de pêlo, com chapa, borla, cordões, tope e penacho.

– Pelo Plano de 1852, continuam usando "barretina de forma cilíndrica coberta de pele de urso, ou gauriba, com penachos e cordões". Com 11 polegadas de altura, tinha gorra de pano encarnado de 19 polegadas de comprimento, pontiaguda, rematando em uma borla; penacho de penas, todo branco, com 13 polegadas de altura, e cordões brancos. Sem chapa nem enfeite de qualquer espécie. No Álbum Lécor, 1858, tem ela chapa d'armas como as demais praças. Os porta-machados foram extintos depois da Guerra do Paraguai em data incerta.

– Em um número da "Revista Ilustrada" de 1877, que representa a parada realizada por ocasião do regresso de D. Pedro II da Europa, figura um tambor-mor com imponente barretina de pêlo com penacho, cordão e chapa.

– A Guarda Nacional, acompanhando sempre o Exército em seus uniformes, usou também desta barretina de pêlo, sendo que nos projetos de uniformes de 1840, aparecem de grande tamanho, caprichosamente, enfeitadas para os clarins, porta-machados e tambor-mores.

♦ **Barretina Cilíndrica e Barretina Cônica Truncada.** A barretina cilíndrica, de modelo inglês, foi introduzida em Portugal pelo Plano Geral de 1806. Caracteriza-se pela frente alta e curva e penacho à esquerda. Diz o Decreto: "os oficiais, oficiais inferiores, soldados e mais praças dos regimentos de Infantaria e Artilharia usarão de barretina com uma pequena aba adiante e com uma chapa de metal estreita e do comprimento da aba em que estará aberto o número do regimento; por cima dela, na parte anterior da barretina, terá outra chapa em forma de elipse com Armas do Reino; e na parte posterior duas palas de couro preto com botões do mesmo couro" etc.. Os cordões eram tecidos de lã azul ferrete e da cor do forro da farda sendo que os oficiais, sargentos e furriéis misturavam ouro com estas duas cores. Os granadeiros tinham uma granada e os caçadores uma corneta acima do número em lugar de chapa d'armas. O penacho era branco e vermelho para a Infantaria e preto para a Artilharia. Os batalhões de caçadores, criados em 1808/1809, tiveram penacho verde.

– Esta barretina foi distribuída aos corpos da Legião Paulista no mesmo ano de 1806, porém, com penacho branco. Foi também usada no Brasil por alguns corpos de milícias até 1815.

– Um outro modelo que aparece em Portugal pela mesma época é cilíndrico, plano no tampo, de pano ou seda felpuda e com penacho na frente. No Brasil foi adotado pelo Decreto de 21 de março de 1809 para a Artilharia a cavalo da Côrte, com penacho preto, e a 29 de março de 1810, para a Infantaria e Cavalaria, com penacho branco.

– Uma barretina no mesmo modelo entrou em uso para os batalhões de reserva da Guarda Nacional a partir de 1852. De forma cilíndrica, com virola na pala, jugular de escamas e chapa elíptica com o número, tinha penacho branco, de crina para oficiais e de lã para os soldados. O único exemplar conhecido se encontra no Museu Davi Carneiro.

– A barretina cônica truncada ou afunilada, com cordões enrolados em espiral é uma criação original, e cremos, um arranjo puramente brasileiro, pois, não se conhece peça semelhante em qualquer outro país. Em Portugal houve a barretina afunilada e com cordões pendentes, com se vê na estampa "Acendedor de Lampiões", de H. L'Evêque, 1814 (4), e em algumas outras gravuras – mas não com cordões enrolados em espiral. Contudo, há indícios de que uma guarda a cavalo de D. João VI, criada na volta deste monarca à Portugal, usou desta barretina, e é certo que D. Pedro IV adotou modelo semelhante para sua Infantaria depois de 1831, na campanha liberal.

– No Brasil, o seu uso data de 1823 para o Batalhão de Caçadores do Imperador (5), e a partir de 1824 para os 27 batalhões de caçadores de 1ª linha, assim como para os 89 batalhões de 2ª linha.

– Esta barretina era forrada de pano preto, com um cordão dobrado, na mesma cor, enrolado em espiral, preso ao alto, à direita, donde pendia dois outros cordões rematados por palmatórias e borlas. Na frente corneta com coroa e número, tope circular verde e amarelo, penacho verde para o Batalhão do Imperador e verde e amarelo para os demais corpos. Na 2ª linha o metal era branco.

– Note-se um detalhe curioso: a barretina afunilada era então usada apenas pelos soldados, pois os oficiais tinham-na "de chapéu", isto é, com o diâmetro superior maior que o inferior (6).

– Para os três batalhões de granadeiros do Exército a barretina era também afunilada, mas de sola e sem cordões tendo na frente chapa com o número, Armas Imperiais, tope e penacho; à direita, um laço de fita preta. Para os quatro regimentos de infantaria da 2ª linha da Côrte, barretina idêntica a anterior, sendo o metal branco e o penacho verde e amarelo.

– A 23 de abril de 1823 a barretina afunilada, de pano felpudo passou a ser distribuída também a Artilharia a pé. Finalmente, em 1834, os caçadores do Exército mudam de uniforme e passam a usar barretina "de chapéu".

- Pelo Plano Geral de 1852 a Artilharia a pé continua a ter barretina afunilada adotada em 1833, sendo de pano carmesim para o 1º Batalhão e de castor para os demais. A barretina dos oficiais tem as seguintes características: a altura total medida dos lados 7 polegadas; a copa com 5 polegadas de diâmetro, coberta de couro preto envernizado; na linha superior uma guarnição do mesmo couro com 1 polegada de largura e na parte inferior outra, de galão de esteira de 7 linhas de largura: de prata para o 1º e de ouro para os demais batalhões, presa na parte posterior por uma fivela de metal lisa. Pala; assucena de metal dourado; tope nacional invariavelmente de metal com fundo envernizado ou esmaltado, de uma polegada de diâmetro, estrela dourada, sendo proibidos raios, orlas ou qualquer enfeite. A chapa da barretina era composta de coroa e duas peças em aspa, por baixo o número do corpo, tudo dourado, cordões de retrós preto para o 1º Batalhão e dourado para os outros, presos do lado esquerdo por um botão de traquilha; davam 3 voltas em roda da barretina terminando em laço na parte posterior, tocando na fivela. O cordão pendente, dobrado, com 4 palmos e ½ de comprimento, com três passadores, terminava com duas palmatórias elípticas, em cada palmatória uma borla com pêra e franja e uma presilha para segurá-las em um botão do lado direito do peito da farda.

- Penacho. De chorão, feito de penas de galo, pretas, pendente do lado direito, sem exceder em comprimento a parte inferior da barretina.

- A barretina do soldado era igual à do oficial, porém com penacho de crina preta sobre uma esfera da mesma cor de 2 polegadas de diâmetro. Cordões de lã preta para o 1º, e amarelo para os outros batalhões, de iguais dimensões e postos da mesma forma que os dos oficiais.

- Pelo Plano de 1866, esta barretina foi generalizada a todos os corpos a pé, com algumas modificações, sendo a pala horizontal.

- A Artilharia passa a ter uma só barretina para todos os batalhões: preta com cordões carmesim e sem galão. O penacho para os soldados é composto de uma esfera rematada por um chumaço de crina, tudo carmesim.

- Os batalhões de infantaria pesada (de 1 a 7): barretina preta com cordões encarnados e penacho branco e encarnado; estrela com emblema. Os batalhões de caçadores (de 8 a 22), cordões e penacho verde; corneta com emblema.

- Finalmente, esta cobertura foi suprimida na Artilharia pelo Decreto 5.077 de 1872; e na Infantaria pouco depois da Decisão de 6 de setembro de 1883, que adotara cordões dourados em lugar dos vermelhos para oficiais.

- Na Guarda Nacional, foi também usada entre 1840 e 1850, por alguns batalhões de caçadores, músicos e corneteiros, em diversas cores com ou sem cordões.

- A partir de 1852 é adotado um padrão regular para todos os batalhões de caçadores: em cor preta, com tampo e tiras de couro envernizado na linha superior e inferior e pala horizontal; cordão dobrado da mesma cor passando três vezes pela frente

e pendente do lado direito e terminando com duas palmatórias e borlas que eram presas no peito da farda, corneta coroada com número no centro; tope nacional; assucena e penacho de lã verde (7).

– Suas dimensões variaram com o correr do tempo, mas regulam 0,165m na frente, 0,190m atrás, e 0,155m na maior largura da copa. Foram usadas irregularmente até os fins do império.

– Em pano de cor carmesim com cordões pretos existem dois exemplares, um no Museu Histórico Nacional e outro no Museu Coronel Davi Carneiro, em Curitiba.

– As barretinas dos oficiais tinham cordões dourados e penachos de longas penas verdes arqueadas para trás. Destas, encontram-se diversas em nossos museus.

– Foram usadas sem grande rigor até os fins do Império, pois, entraram em uso outros gêneros de cobertura. Vide Quepe.

– É provável que algumas polícias provinciais tenham usado deste gênero de cobertura, pois, em manuscrito existente no Arquivo de Belo Horizonte, de 1836 mais ou menos, referente ao uniforme do Corpo Policial da Província, encontra-se a sua descrição.

♦ **Barretina Larga na Linha Superior ou "de Chapéu"**. O chapéu cilíndrico ou cartola, que aparece nos fins de 1700, adapta-se logo aos usos militares, servindo para inúmeros modelos de barretina, seja com aba toda, seja com simples pala na frente. Na França, neste último tipo, aparece, na 1ª República, para a infantaria ligeira sob o nome da chaco. O modelo entra em moda em muitos países a partir de então.

– No Brasil, o seu aparecimento, ao que parece, deu-se em 1813 no Batalhão do Rio Grande de São Pedro (Milícias) a 9 de julho de 1813 (8), pois não conhecemos referências ao uso desta barretina no Brasil, em ano anterior.

– A Divisão Portuguesa de Voluntários do Príncipe, depois Voluntários del-Rei, vinda de Portugal em começos de novembro de 1815, influenciou para adoção geral desta barretina. O Decreto de 13 do mesmo mês e ano mandou distribuir barretinas deste modelo para as milícias da Côrte e da Província do Rio de Janeiro, com chapa d'armas e chapa do número em metal branco, penacho amarelo na frente sobre o tope azul e vermelho, ao lado direito um laço de fita preta. (os caçadores: 1º, Henriques, 2º, Pilar e 3º, Serra, penacho verde, corneta com número e coroa; Henrique, metal amarelo).

– Em 1816, os corpos de 1ª linha adotam-na também, pela Decisão de 9 de maio que diz: "Terá de altura na frente 7 polegadas inglesas ou menos e o seu diâmetro superior será maior que o seu diâmetro inferior". Laço de fitas azuis e vermelhas (tope), Armas Reais em forma de elipse com 2 polegadas de altura; chapa de número só para os regimentos, formando ligeira ponta sobre a pala, penacho branco com 4 polegadas de altura. Para as companhias de caçadores penacho verde e corneta, em lugar das armas; para os granadeiros uma granada, no mesmo lugar. A Artilharia, penacho preto. A da Cavalaria com virola de metal na linha superior e na pala, e jugular de escamas, como se

vê nos figurinos de 1817 para a Cavalaria do Pará. O seu uso se manterá até 1876. Nos fins do governo do D. Pedro I e na Regência, esta barretina foi também usada em tecidos felpudo de seda.

– Para os batalhões de fuzileiros criados em 1842, foi determinado o uso da barretina de chapéu, como já o fora para os caçadores desde 1834.

– Durante muitos anos, desde o início da Regência até 1850 houve muita irregularidade em matéria de uniformes, devido às supressões de corpos, mudanças na numeração, reorganizações, etc.. Assim, os caçadores tiveram cordões pretos e corneta ou trompa com número até 1850, e depois, a cruz de Malta; os fuzileiros, cordões brancos e um losango com número até 1850, a seguir, chapa semicircular com irradiações, escudo no centro e número. Os uniformes foram até certo ponto regularizados pela Tabela de 8 de janeiro de 1848.

– O Decreto de 7 de agosto de 1852 pôs termo a todas as irregularidades, discriminando com rigor os menores detalhes e dando suas medidas. Por este decreto, todas as barretinas deste padrão tiveram 5 polegadas e $\frac{1}{2}$ da altura medida dos lados e 8 polegadas e $\frac{1}{4}$ na copa.

– A da Cavalaria teve virola na linha superior e na pala; jugular com escamas; chapa formada de dois dragões cruzados; número, assucena, tope nacional e penacho vermelho de cima para os oficiais, de lã para os soldados.

– Para o Regimento de Artilharia a cavalo: um galão carmesim e ouro na parte inferior, chapa elíptica com as Armas Imperiais e a faceira de escamas com as pontas presas ao alto do tope, penacho de penas pretas de galo, com um círculo encarnado na parte superior; de lã preta e ponta encarnada para os soldados.

– A dos fuzileiros, "da forma e qualidade das atuais", coberta de couro envernizado e guarneçada na linha superior e na linha inferior de duas tiras do mesmo couro, assim como, de cada lado, de duas tiras idênticas em forma de V; pala, assucena, tope nacional, chapa da barretina "do modelo em uso" (meia circunferência) com o escudo coroadado e no centro o número. Cordões de algodão branco formando trança na frente em semicírculo, presos por 2 botões de tranquiilha; na retaguarda formando laço junto a guarnição inferior de couro; à direita, cordão dobrado, pendente, com 4 palmos de comprimento e com 3 passadores, terminando em duas palmatórias com borlas, e uma presilha para segurá-lo a um botão no lado direito do peito. A esquerda da barretina duas borlas pendentes. Penacho de lã vermelha com ponta branca. Os oficiais: cordões e borlas dourados e penacho de penas, sendo que os oficiais montados penacho de chorão.

– Para os caçadores a barretina era idêntica a dos fuzileiros, os cordões de lã preta; chapa de metal bronzado em forma de cruz de Malta, com duas palmas e números dourados no centro. Penacho esférico de lã verde.

– Os oficiais montados, cordões dourados e penacho de crina verde.

- O Álbum Lécor, de 1858, é concorde em tudo com o Plano de 1852, apenas para alguns corpos montados a barretina é representada com a virola da copa arredondada em meia cana.

- Estas barretinas foram substituídas: nos fuzileiros e caçadores, em 1866, por barretinas afuniladas; na artilharia a cavalo, em 1872, por boné de formatura; e na cavalaria, em 1876, também por boné de formatura.

- A Guarda Nacional adotou desde a sua fundação em 1831, "barretinas de chapéu". Nos primeiros anos, em pelúcia ou seda felpuda, com um laço de fita de metal amarelo, acima da pala, tendo o letreiro "Guarda Nacional"; tope nacional com resplendor, coroa, assucena, penacho verde e cordões pretos. A da cavalaria, conforme exemplar existente no Arquivo Público de Belo Horizonte, com virolas, jugular de escama, tope e penacho.

- Encontra-se na Biblioteca Nacional, um projeto geral de uniformes para a Guarda Nacional, de 1840 mais ou menos e de autor desconhecido, no qual há grande variedade de barretinas. Como documento coevo, é interessante, trata-se, porém de um simples projeto.

- Os uniformes da Guarda Nacional foram definitivamente assentados pelos Planos de 1851 e 1852. A barretina da cavalaria teve a virola superior em meia cana, e o escudo com o número e coroa cercado de bandeiras, jugular de escamas e penacho vermelho; há na artilharia, chapa de granada cercada de ramos; escamas; penacho carmesim sobre esfera preta. A dos fuzileiros era semelhante a dos fuzileiros do Exército e delas existem alguns exemplares em nossos museus.

- A Guarda Real da Polícia da Côrte adotou a "barretina de chapéu" a 13 de novembro de 1815.

- Vide Artífices da Côrte, Caçadores, Caçadores a Cavalo, Caçadores de Montanha, Cavalaria, Corpos Fixos, Depósito da Côrte, Infantaria, Músicos, Polícia.

♦ **Barretina de Chapéu Redondo**. O chapéu redondo e a cartola com galão na aba, presilha e penacho à esquerda foram muito usados na Bahia, Pernambuco e Paraíba nos fins do século XVIII e começos de 1800.

- Para as milícias, foi determinada pelo Decreto de 19 de maio de 1806, a barretina de "chapéu redondo". Em feltro preto com aba em toda a volta, tinham uma "pele em forma de pluma desde a parte anterior até a parte posterior" por cima da copa; à esquerda uma presilha branca de galão prendendo o laço azul e vermelho e o penacho amarelo.

- Esta barretina não foi usada com regularidade pelas milícias no Brasil, conforme determinava a lei, pois esta 2ª Linha teve outras coberturas. Contudo, Debret representa milicianos de São Paulo na estampa "Caça ao Tigre" (pl. 43) com barretinas deste tipo.

♦ **Chapsca e Suas Variantes.** Este gênero de barretina, tipicamente polonês, e usado no século passado em quase todos os países da Europa pelos lanceiros e ulanos, aparece no Brasil em um figurino dos trombetas da cavalaria de milícias da Sacra Família, na época de D. João VI, figurino existente na Biblioteca Nacional. É preto, com metais e cordões brancos e o alto vermelho.

– Entre 1839 e 1845 foi usada no Exército e na Guarda Nacional, em todas as Armas, uma barretina parecida com a chapsca, cilíndrica e fortemente cintada, no feito de um pilão ou cuscuzeiro. Diversos figurinos avulsos com esta cobertura existem no Arquivo e na Biblioteca Nacional. O Museu Histórico Nacional possui também um exemplar autêntico. Moreau em uma de suas estampas de 1845 representa uma sentinela com uma barretina. (9).

– No já citado projeto de uniformes de 1840, para a Guarda Nacional, diversos corpos, em todas as armas são apresentadas com uma barretina cintada.

– Finalmente, chapsca de fantasia foi usada, – segundo o Álbum Lécor de 1858, – pelos tambores-mores dos fuzileiros e de artilharia a pé. Para os dos fuzileiros, em veludo encarnado com o alto e a aba de veludo azul claro; chapa, escamas, virola e galões dourados; penacho vermelho e branco à esquerda. Para os da artilharia a pé, toda de veludo carmesim com galões e metais prateados; penacho preto.

– Vide Barrete, Boné, Chapéu, Chapsca, Gorro, Quepe.

BARRICADA, s. f. – Entrincheiramento que se faz com barricadas cheias de terra ou com estacas, pedras das calçadas, carros, faxinas, cestos, etc., para defender a entrada de uma rua, porta ou qualquer passagem. Tem por finalidade deter o inimigo, favorecendo assim a resistência ou a organização da defesa em outras partes. (Formação francesa Barricade)

BARRIGUEIRA, s. f. – Peça de arreamento, que passa por baixo da barriga do animal e serve para apertar os arreios.

– De cadarço de lã encarnada para o arreamento das montarias dos oficiais-generais. Decreto 1.729-A, de 1894.

– Para os demais oficiais e praças de pré, de cordão de linho com 0,22m de largura, tendo uma trama e argola para prender a gamarra do peitoral. Aviso de 27 de outubro de 1894.

BÁSCULO, s. m. – Ponte levadiça de fortificação, sobre o fosso e manobrada por meio de um sistema de contrapesos (Formação francesa Bascule)

BASE, s. f. – Aquilo que sustenta o peso de um objeto colocado em cima. Parte inferior e mais larga de um objeto (Formação grega Basis)

– Base estratégica é a zona de terrenos coberta por um importante acidente natural sobre o qual um exército se concentra, acumula seus recursos e se apóia, fazendo ponto inicial de suas operações, ao mesmo tempo que de refúgio em caso de derrota, devendo ter suas extremidades apoiadas sobre grandes obstáculos, como o mar, fronteira de país neutro a fim de não ser contornada. A base deve oferecer vantagens táticas e estratégicas. A base estratégica ou de operações tem, por conseguinte de se ligar pronta e eficazmente com as linhas de comunicações. (M.F.A.)

BASILISCO, s. m. – Lagarto ou serpente fabulosa a que os antigos atribuíam a faculdade de matar só com o olhar. Grande peça de artilharia, usada antigamente. (Formação latina *Basiliscus*)

– O basilisco, canhão de grande calibre do século XVI, atirava balas de 40 a 70 libras. Alguns tinham perto de 5 metros de comprimento com algumas toneladas de peso. A palavra mudou de sentido algumas vezes, pois mesmo falconetes foram chamados de basiliscos, tendo havido basiliscos reforçados ou bastardo. A dupla colubrina era classificada também de basilisco.

– A peça de Dio, de 1533, que se acha no Museu Militar de Lisboa, considerada como basilisco por alguns autores, e trazida da Índia pelos conquistadores portugueses, tem 6,060m de comprimento, pesa 19.494 quilos, e calibre 0,236m. Sua bala era de 110 libras.

BASTÃO, s. m. – Vara de pau de pequena altura que se traz na mão para servir de apoio ou de arma ofensiva e defensiva; bordão, bengala. O mesmo considerado como insígnia de comando militar, usado ainda hoje em alguns países, pelos marechais do exército e antigamente por todos os oficiais (Formação italiana *Bastone*)

– O bastão como símbolo da autoridade e insígnia de comando vem de tempos remotos. Tinham-no os reis assim como os grandes capitães, e em campanha as batalhas só se iniciavam quando o monarca ou o general em chefe fazia o sinal com o bastão. Na Idade Média e até 1600 o bastão era liso e simples, com 60 a 70 centímetros de comprimento, como se vê empunhado por D. Afonso V nas tapeçarias da tomada de Arzila, e depois, no retrato do Duque d'Alba por Antônio Mouro. "A virgem da África, em Ceuta, tem na mão um bastão, – o aléu – de D. Pedro de Menezes." (H. C. P.)

– No século XVIII, o bastão passou a ser curto, coberto de veludo e ornamentado com emblemas e guarnição de couro. Este gênero de bastão ainda é usado em alguns países pelos oficiais-generais.

– A palavra bastão foi também empregada em sentido genérico, abrangendo a bengala, insígnia dos oficiais em geral; assim como significando posse do governo, mando, etc. As varas dos juizes e as dos almotacés tem origem no bastão; e o báculo das altas dignidades eclesiásticas, no bastão dos pastores. Pizarro em suas Memórias refere-

se constantemente ao bastão dos governadores, como símbolo de posse e de mando. "Francisco de Brito Freire tomou posse do bastão a 26 de janeiro de 1661", etc. "André Vidal de Negreiros deixou o bastão desta capitania". Referindo-se a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho: (...) "mandando-lhe a Patente de 23 de novembro do mesmo ano tomar conta do bastão" (1).

– Como exemplo do seu uso moderno, podemos apontar a República Argentina cujo Presidente tem como insígnia o bastão e a banda à tiracolo, como vimos em 1933, por ocasião da visita do General Justo ao Brasil.

– Os sargentos também usaram em serviço ou instrução, um pequeno bastão, com cabeça esférica e o respectivo cordão.

– Tem o nome de bastão a insígnia que o tambor-mor usa para dirigir o toque dos tambores. Com o comprimento de 1,20m pouco mais ou menos de altura é rematado por um grande castão de metal e tem um furo por onde passa o cordão que desce enrolado e cruzado até a biqueira onde termina em duas borlas.

– Vide Bengala.

BASTARDO, adj – Diz-se do filho que não é de matrimônio. Designação que se junta a muitos substantivos, indicando que a coisa de que se trata teve alguma modificação que a torna diferente do tipo ordinário ou primitivo: Trombeta bastarda, nome dado antigamente a uma trombeta cujo som era um misto de agudo e grave, etc. (Formação francesa Bastard)

– Bastardos são todos os filhos que não são legítimos, ou seja, espúrios ou naturais, diz Vilasboas Sampaio. Sobre os direitos de nobreza dos bastardos diz o mesmo autor: os filhos naturais neste reino e os mais de Espanha gozam, sem dúvida alguma da nobreza de seus pais e podem usar armas e apelidos nobres de seus avós, com a quebra de bastardia não podendo os bastardos usar o Dom. Quanto aos espúrios não devem gozar de nobreza herdada, apesar de muitos usarem da nobreza, armas e apelidos dos seus antepassados, o que é razoável pois tanto são bastardos uns como outros.

– Os bastardos podiam ser cadetes uma vez legitimados quando os seus irmãos legítimos tinham esse direito. Resolução de 12 de maio de 1818.

– Espada bastarda. Espada de lâmina larga que servia para o combate, tanto de estoque como de plancha, isto é, meio espada e meio sabre. Existiram diversos tipos de espada com esse nome desde o século XV ao XVII.

– Vários canhões tiveram o nome ou o adjetivo de bastardo. Houve colubrina bastarda e bastardela; em geral era um canhão de calibre intermediário entre os tipos mais comuns, ou, com a bolada maior ou menor que a do padrão normal.

– Vide Cadete.

BASTIÃO, s. m. – (Fortificação) – Obra avançada no ângulo saliente de um forte ou de uma praça.

– O termo é empregado não somente para identificar uma pequena fortificação, ou obra avançada como, principalmente, a construção em forma de pentágono com faces, golas demigolas e flancos, nos ângulos das cortinas. Começa a ser construída nas praças a partir dos fins do século XV e substituiu os torreões ou obras retangulares; pequenos os primeiros, foram aumentados depois. Existe bastião casamatado, bastião cheio, destacado, regular ou irregular, superior ou inferior. Diz-se que foram inventados por Achmed-Pancha, quando fortificou Otranto em 1480.

– Grandes arquitetos militares italianos e franceses se dedicaram aos problemas da fortificação com bastiões ou baluartes nos ângulos, desde o Renascimento até Vauban, que estabeleceu o seu sistema na segunda metade do século XVII.

BASTIDA, s. f. – (Fortificação) – Trincheira de paus muito unidos e fincados; paliçada. – (Antigo) – Máquina de madeira assente sobre rodas, mais altas que as muralhas do inimigo, e na qual os sitiados, a coberto do fogo da fortaleza, as atacavam e entravam lançando pontes para as muralhas. (Formação francesa *Bastide*)

BASTILHA, s. f. – (Antigo) – Fortaleza, castelo. (Formação francesa *Bastille*)

BATALHA, s. f. – Combate entre dois exércitos ou duas armadas: Batalha campal. Batalha naval. Campo de batalha, lugar, sítio, terreno em que se dá. Cavalos de batalha, cavalos próprios para ser montados por um general em dia de batalha. (Formação latina *Batualia*)

– Batalha é a ação geral entre os exércitos inimigos, empenhando-se toda ou maior parte da força de que os generais em chefe dispõem. Ordem de batalha é a disposição escolhida, de acordo com as circunstâncias, para combater. Distingue-se a primitiva e a acidental. A parte dos conhecimentos de guerra, que ensina como as forças devem formar as suas ordens de batalha e como devem combater, chama-se tática, e divide-se em tática elementar e grande tática; esta, relativa aos exércitos, e a primeira em referência só aos corpos que formam o exército. (E. P. volume 1).

– "Em batalha" ou "formação de batalha", se dizia do regimento que estando em coluna girava seus pelotões para a direita ou esquerda apresentando uma frente unida e extensa.

– "Fileira da batalha é a do meio quando a tropa acha postada a três de fundo" diz Cunha Matos, e que: "Na antiga Milícia dava-se este nome (Batalha) ao que agora chamamos Brigada ou Divisão".

– Vide Sargento-mor de Batalha.

BATALHÃO, s. m. – (Militar) – Unidade tática de infantaria ligeira em quase todos os exércitos. Fração de um regimento.

– O nome – batalhão – variou de significado, pois, em Portugal, na época da Restauração designou a unidade da cavalaria enquanto – esquadrão – era o nome da fração do terço de infantaria, conforme o conde de Ericeira, "que foi um muito bom militar dos exércitos do Senhor D. João IV", no dizer de Cunha Matos.

– No século XVII, os regimentos franceses de infantaria passam a ser formados de diversos batalhões em 1635. O exemplo só foi seguido por Portugal um século depois, quando, em 1735, compôs seus regimentos de infantaria com dois batalhões; contudo, a unidade de infantaria continuou denominada indiferentemente de batalhão ou regimento, o que se nota em diversos autores, como no Regulamento de Infantaria de 1763, do Conde de Lippe. A palavra regimento tomou em Portugal o sentido definitivo de grande unidade composta de dois ou três batalhões a partir de 1796.

– Os batalhões de infantaria tinham no século XVIII, geralmente sete companhias. Era de uso então que a 1ª Companhia fosse comandada pelo coronel; a 2ª, pelo tenente-coronel; a 3ª, pelo major, e as outras por capitães. Pelo Regulamento de 1763, a unidade formava 821 homens distribuídos entre o Estado-Maior e as 7 companhias. Cada companhia com dois tambores e somente a primeira com dois pífanos (e o tambor-mor), a quarta, era de granadeiros e tinha, a mais, seis portas-machados.

– A 1º de agosto de 1796 todas as companhias passaram a ser comandadas por capitães, outrossim, passaram a ter somente duas bandeiras, anexas à primeira e à segunda companhia de fuzileiros. Os regimentos foram aumentados, para dois batalhões, num total de 1.200 homens divididos cada um em oito companhias de fuzileiros, uma de Granadeiros e uma de Caçadores.

– Pela reorganização de 14 de outubro de 1808, são criados em Portugal os primeiros seis batalhões de caçadores independentes, com 13 oficiais de estado-maior, quatro companhias de caçadores e uma de atiradores, num total de 678 homens, cada batalhão. A 28 de abril de 1818 as especialidades foram, no Rio de Janeiro, separadas, formando-se batalhões distintos de fuzileiros, de caçadores e de granadeiros; reduzidos cada um, para 569 homens, em 6 companhias e Estado-Maior.

– Depois da Independência, a 18 de novembro de 1822, aumentaram-se os batalhões de caçadores para 717 homens, o grande e o pequeno estado-maior. Continuam eles durante o Império com esta formação variando pouco o número de suas praças e companhias. Pela Lei 167, de 9 de maio de 1842, tem a unidade, estado-maior, estado-menor e 6 companhias, num total de 670 praças; em 1847 são reduzidos de novo para 558 homens.

– Os fuzileiros, recém restabelecidos (1842), têm em 1843, 8 companhias com 882 homens, e, 786 em 1847.

- Os batalhões de infantaria, pela reforma do Decreto 10.015 de 1888, são pequenos; têm apenas 4 companhias divididas em 3 pelotões de 2 seções de 2 esquadras, de 1 cabo e 5 praças, cada uma, formando um total de 218 homens sem contar os oficiais e inferiores. A 4 de junho de 1908, com a formação das grandes unidades e com o restabelecimento de Regimentos de Infantaria, de 3 batalhões; dos batalhões de caçadores; e criação de companhias independentes; seções de metralhadoras, etc., cada batalhão tem três companhias.

- Pelo Decreto 12.739 de 1917, vê-se que as companhias continuam com as mesmas subdivisões de 1888, isto é: 3 pelotões de 2 seções de 2 esquadras.

- Em 1921, grandes alterações são feitas devido à introdução de metralhadoras nos regimentos e batalhões. São criados também três batalhões de infantaria montada pelo Decreto 15.235 do mesmo ano. Cada regimento de infantaria é aumentado com uma companhia de metralhadoras pesadas, e cada batalhão, com uma companhia de metralhadoras leves. Em cada batalhão de caçadores; uma companhia de metralhadoras mistas (2 seções leves, 1 pesada e 1 de petrechos). Em cada batalhão de infantaria montada: três companhias de infantaria e 1 seção de metralhadoras pesadas (menos petrechos).

- Os batalhões de artilharia a pé e os de engenheiros acompanharam durante o Império, a evolução havida na infantaria, observando naturalmente as diferenças consequentes das suas especialidades. A partir da República, com as transformações havidas, adquirem estas armas organizações próprias.

- Vide Regimento, Artilharia, Engenharia, Engenheiros, Infantaria, Caçadores.

♦ **Batalhão Acadêmico.** Pelo Decreto 242, de 4 de março de 1890, foi criado na Capital Federal um batalhão de infantaria com esta denominação composto de alunos das escolas superiores, civis, a fim de auxiliar o exército na manutenção da forma do governo republicano. Foi inicialmente composto de 400 praças, comandados por 21 oficiais do exército.

- O seu 1º uniforme compunha-se de boné de pano azul ferrete com cinta de veludo azul ultramar, vivos de cordão de ouro, pala, cordão de ouro e emblema composto de duas carabinas cercadas de tabaco e café e encimadas por um barrete frígio, tudo bordado a ouro; dólma de elasticotina ou flanela azul ferrete, de transpasse com duas ordens de oito botões dourados, gola, passadeiras e faixa nos canhões, de veludo azul ultramar; calça do mesmo pano do dólma; charlateiras de veludo ultramar enfeitadas de cordão de ouro; alamares de cordão de seda azul ultramar. Espada, fiador, talim, calçado, etc. Tinham um 2º e 3º uniformes. Este regulamento foi modificado pelo Decreto 697, de 17 de dezembro de 1891.

- Em 1894, o Decreto 1.729 de 11 de junho, trouxe nova alteração. Ficou constituído de 25 oficiais, 26 inferiores, 380 cabos e soldados. Um mestre, 16 músicos, uma corneta-mor e 16 cornetas e tambores.

– Seu uniforme ficou sendo: boné com 0,085m de altura na frente e 0,105m na parte posterior, com cinto de veludo azul da Prússia, os quartos guarnecidos de três tranças de ouro. O emblema: louro e carvalho, uma estrela e duas carabinas, à fio de ouro sobre veludo. Dólmã idêntico ao anterior mudando-se o veludo e acrescentando-se cancelas. O resto como anteriormente.

– Batalhão de Caçadores do Imperador. Vide Caçadores.

– Batalhão-Escola. Instruções para a sua organização. Boletim do Exército 96, 115 e 133 de 1932.

– Batalhão de Guardas. Vide Guardas.

– Batalhões Patrióticos. O Batalhão Tiradentes foi formado de vários associados do Clube Tiradentes. Aviso de 29 de dezembro de 1889.

– Por ocasião da Revolta da Armada em 1893, atendendo à falta de tropa, pois quase toda se achava no Sul, onde estalara a revolução, foi permitida a organização de batalhões patrióticos formados de voluntários civis e que prestaram grandes serviços na defesa do governo legal. Foram os seguintes: Republicano, Municipal, Franco Atiradores, Operário, Silva Teles, 23 de Novembro, (Rio, São Paulo, Paraná), Francisco Glicério, Gustavo Sampaio, Benjamin Constant, 6 de Março, Floriano Peixoto, Tiradentes, e Frei Caneca. Companhias: Sena Madureira, Silva Jardim, e Defensores da República. Em São Paulo, Além dos da Guarda Nacional e Polícia, o Batalhão Alfredo Allis e Batalhão Acadêmico (1).

BATEDOR, s. m. – O que bate. Batedor de moeda, o que a cunha. Batedor de caça, o que a levanta e persegue para que vá ter ao lugar onde estão as esperas. Soldado que vai só ou com outros adiante de um corpo de tropas para abrir caminho ou explorar terreno. Soldado ou criado de farda montado, que só, ou com outros, cavalga a certa distância adiante das carruagens em que vão as pessoas reais ou grandes dignatários, para abrir caminho ou unicamente por aparato.

– Aos soldados de cavalaria que iam à frente das equipagens da família Real ou Imperial dava-se o nome de batedores ou descobridores. Eram destinados meramente a desembaraçar o caminho por onde haviam de passar as carruagens, sem que devessem dirigir-se às pessoas que encontrassem a pé, em carruagem ou a cavalo, obrigando-as a parar ou apeiar-se. Ofício de 23 de dezembro de 1815.

BATEL, s. m. – Pequeno barco, canoa. Pequena embarcação de proa e popa estreitas, utilizada como suporte de tabuleiros de pontes militares. (Formação latina Batellus)

BATENTE, s. m. – Peça em que bate a porta quando se fecha, oposta ou contraposta a coiceira. Peça de madeira de explanada de canhão ou bateria, no pé do

talude interior, para defender seu revestimento do choque das rodas. Peça metálica que limita o movimento da alavanca dos fuzis.

BATER, v. tr. – Dar uma ou mais pancadas em: Bater um prego. Bater moeda, imprimir-lhe o cunho ou cunhá-la. – (Militar) – Bater uma praça, uma obra qualquer de fortificação, atacá-las com tiro de artilharia. Atacar, reconhecer, vencer, derrotar, percorrer em muitos sentidos, explorar: Bater uma tropa derrotá-la; Bater o campo, explorá-lo; Bater em retirada, fugir. Bater o estandarte, despregá-lo, soltá-lo ao vento. – v. int. – Dar uma ou mais pancadas. Bater com um pau em alguém. – (Artilharia) – Chegar com seu projétil, alcançar. – v. pr. – Lutar corpo-a-corpo: Bateram-se à espada. Bater em bricola, atirar contra uma parte da obra de sorte que a bala toque outra após ricochete. Bater de escarpa, atirar obliquamente sobre uma obra quando a linha de fogo forma com a frente da obra, um ângulo de 20º e menos. Bater em brecha, atirar com a artilharia bem de perto para fazer brecha. Bater em rodagem, bater uma bateria de flanco, ou de revés, para desmontar as peças. Bater em sapa, bater uma obra pelo pé do seu revestimento. (Formação latina *Battuere*)

BATERIA, s. f. – Ação de bater. Barulho. – (Artilharia) – Lugar onde as bocas de fogo estão prontas para fazer fogo, assentes em plataformas e abrigadas do fogo inimigo. Em geral uma fileira de bocas de fogo dispostas a fazer fogo. Fração de um regimento ou batalhão de artilharia, correspondente à companhia nas outras armas. Bateria de cozinha: o vasilhame respectivo. Bateria elétrica, conjunto de pilhas elétricas se comunicando entre si e produzindo eletricidade. (Formação francesa *Batterie*)

– Em fortificação é abertura em parapeito ou obra destinada a canhão. O mais simples consta de um espaldão e terrapleno, tendo diversos nomes segundo a espécie dos seus canhões: de canhões, de obuses, de morteiros, antigamente de pedreiros; há também de metralhadores. Pode ser de sítio, de costa, de campanha, de praça. A ambulante é de pesados canhões montados em viaturas-vagões. Podem ser também: elevada, enterrada, de nível, blindada, oculta ou mascarada. (M. F. A.)

– Os batalhões ou regimentos de artilharia eram antigamente em companhias, e passaram a partir de 18 de abril de 1874, a ser divididos em baterias. Cada Regimento de Artilharia a cavalo teve então 4 baterias de 6 canhões cada uma (o 1º Regimento com 6 baterias de três parelhas de muares para cada boca de fogo), e cada Batalhão de Artilharia a pé, 6 baterias, com 82 homens cada. Em 1888, pelo Decreto 10.015 que reorganizou e aumentou o Exército, cada um dos quatro Regimentos de Artilharia Montada teve 6 baterias, de 6 peças; e cada Batalhão a pé, 4 baterias de 3 divisões; cada divisão com duas seções, cada seção de um canhão, ou seja, 24 peças por batalhão.

– Na criação das grandes unidades, em 1908, os Regimentos de Artilharia Montada passam a ter 4 peças por bateria (cada Regimento 3 grupos de 3 baterias). A mesma

disposição para os Obuses, Montanha, Posição e Baterias isoladas. Em 1917 foram criados 5 Distritos de Costa e reorganizadas as baterias isoladas.

– Vide Artilharia, Canhão, Fortificação.

BATISMO, s. m. – O primeiro dos sete sacramentos da igreja que apaga o pecado original e consiste em derramar água por cima da cabeça do neófito, acompanhado este ato de bênçãos e fórmulas solenes. Batismo de fogo, a primeira ação de guerra em que se entra, o primeiro ferimento na guerra. (Formação latina *Baptisma*)

BAULEIRO, s. m. – Fabricante ou vendedor de baús. Nome que seu deu a indivíduo que acompanhava as viaturas e bagagens do Exército e lhes fazia guarda (M. F. A.)

BEBEDEIRA, s. f. – Bebedice; estado ou vício de embriaguez.

– Vide Embriaguez.

BECA, s. f. – Veste, túnica preta e talar, apertada com um cinto, usada pelos magistrados judiciais. (Formação italiana *Becca*)

– Os membros togados do Supremo Tribunal de Justiça usam capa sobre a beca. Lei de 18 de setembro de 1828; e os Desembargadores das Relações que tiveram título de Conselho. Regulamento de 3 de janeiro de 1833. Vide Alvará de 13 de maio de 1812.

– Usaram os lentes catedráticos e substitutos nos cursos jurídicos do Império. Resolução e Estatuto de 7 de novembro de 1831. Aviso de 4 de dezembro de 1843.

BEIJA-MÃO, s. m. – O ato de beijar a mão a alguém em sinal de respeito e submissão. Cerimônia usada em algumas côrtes, e que consiste em se beijar a mão do soberano e das pessoas de sua família.

– Diz Debret, com relação a estampa 19 de sua obra, que D. Pedro I manteve o costume do beija-mão. "O que explica esta expressão portuguesa é que a honra de beijar a mão do soberano, tradição oriental da mais alta antiguidade transmitida pelos portugueses ao Brasil, degenerou em obrigação para todo o indivíduo que se aproxima do seu protetor, de sujeitar-se a esse sinal de escravidão. Por isso, diariamente e por hábito, o Imperador dá sua mão a beijar a todos os que o esperam à sua passagem; e se, por exceção muito rara, ele a recusa, isso se torna um sinal público de repulsa para o súdito desprezado. Essa demonstração de favor readquire toda a sua dignidade primitiva nos dias de recepção na Côrte, em que cada pessoa admitida se aproxima do soberano, cumprimenta com uma ligeira genuflexão e se retira beijando-lhe a mão. Esse cerimonial deu às grandes recepções dos dias solenes, de grande gala ou de pequena gala, o nome de beija-mão".

– Foi o beija-mão abolido pela Circular de 27 de abril de 1872.

– Vide Feriado.

BÉLICO, adj – Pertencente ou relativo à guerra: Preparativos bélicos. Que serve na guerra. Instrumentos bélicos, os que compõem as músicas marciais. (Formação latina Bellicus)

BELIGERÂNCIA, s. f. – Estado, qualidade ou caráter de beligerante: direito a ser reconhecido como fazendo a guerra militarmente.

– É declarado no Brasil o estado de beligerância. Decreto 10.358, de 1942.

BELIGERANTE, adj – Que está em guerra. (Diz-se das nações, dos exércitos). Que está em luta, adverso, contrário. – s. m. pl. – Nações ou governos que se guerreiam, que estão em guerra. (Formação latina Belligerans)

– Todo o indivíduo de força beligerante é um beligerante e como tal deve ser tratado, razão pela qual o fuzilamento de prisioneiros, o seu mau trato, a pretexto de serem rebeldes, é ação covarde e infame. Aos beligerantes assiste o dever de inteiro respeito à soberania dos Estados neutros (M. F. A.)

BENESSE, s. m. – Rendimento paroquial; pé de altar. Lucro gratuito. (Formação latina Bene esse)

– A Resolução de 18 de março de 1812 declara quais eles eram, sem incorrer em simonia. (Col. Nab.)

BENGALA, s. f. – Bastão de cana da Índia ou de Bengala, de junco, de madeira ou de outra matéria, sobre a qual apoiamos a mão quando andamos. Insígnia militar.

– A insígnia do oficialato era antigamente a bengala (ou bastão), por cujo castão distinguia-se a graduação do oficial. Esta atribuição passou para as dragonas a partir do Plano de 1806, continuando, porém o uso da bengala com fiador e castão simbólico por algum tempo.

– O alferes levava bengala com castão de coquilho; o tenente, com castão de marfim; o capitão conhecia-se pelo castão de prata lisa; o major, pelo castão de prata lavrada; o tenente-coronel, pelo castão de ouro liso; finalmente, o coronel pelo castão de ouro lavrado. Os generais tinham bengala com castão de ouro lavrado alto e esmalte, sendo que o general em chefe distinguia-se pelo bastão curto. Os governadores gerais e os capitães gerais também tiveram bengala.

– O uso desta insígnia de posto é muito antigo e tem origem no bastão dos grandes chefes, na Idade Média, sendo que no século XVI já estava consagrado. Na petição que o sargento-mor Manoel Lopes fez em 1674 no Recife, declara que "veio provido na bengala de sargento-mor comendo sempre seu soldo". (Inventário, 191).

– Em formatura os oficiais se utilizavam da bengala para dirigir os movimentos do regimento, e com ela prestavam continência, apresentando-a. Estando o oficial com a espada na mão ficava a bengala pendente pelo fiador em um dos botões da casaca à direita. Nos fins do século XVIII deixou de ser levada nas formaturas, sendo usada apenas a espada para o comando.

– A bengala foi também usada pelos oficiais montados, pendente do pulso ou apoiada no estribo direito.

– O Decreto de 17 de dezembro de 1881, permitiu aos oficiais-generais o uso da bengala, em passeio, mesmo fardado, porém sem banda. (Foi permitido do mesmo modo, o guarda-chuva e o chapéu redondo).

– Os oficiais brasileiros combatentes na guerra européia de 1914–1918, ao voltarem para o Brasil, introduziram aqui o uso de bengala quando fardados, uso então em moda entre os oficiais na Europa.

– Vide Bastão, Insígnia.

BENZER, v. tr. – Fazer o sinal da cruz, recitando certas fórmulas litúrgicas, para consagrar algum objeto ao culto divino ou para chamar sobre ele o favor do céu; Benzer uma bandeira. Abençoar. – v. int. – Fazer benzeduras. Benzer-se. (Formação latina Benedicere)

– Benzer com espada que matou homem ou que passou o Douro, o Minho, é abusão que se castiga. Ordenações Filipinas, Livro V, 3.

– Cunha Matos lembra o uso antigo de se benzer as bandeiras militares e resume a cerimônia da seguinte maneira: "Benzer as bandeiras e estandartes novos, antes de se entregarem solenemente aos corpos é costume muito antigo, e sempre foi praticado com pompa e veneração religiosa pelas forças portuguesas e brasileiras. O capelão do corpo faz esta cerimônia em um templo, e às vezes em uma barraca de campanha onde se levanta o altar. O corpo todo assiste a este ato; e depois de benzidas as bandeiras sem lhes fazerem continências são levadas ao quartel e ali, ou em outro lugar se presta o juramento determinado nos Regulamentos. No tempo em que cada companhia de infantaria tinha a sua bandeira, praticava-se este mesmo ato religioso" (1).

– M. J. de Bulhões Dias, no Repertório da Guarda Nacional, é mais explícito ao tratar deste ato. Transcrevemos na íntegra o que diz: "Como não tenho visto escrito a maneira de se proceder a esta cerimônia na Guarda Nacional, direi a respeito algumas palavras referindo o que tenho visto praticar. Em um dos mais festivos dias do lugar e que por essa razão ordinariamente se forma o corpo (a que tem de entregar-se a nova bandeira) para, como guarda de honra ao sacramento postar-se à porta do templo até acompanhar depois a procissão, é quando se julga mais azada ocasião para a cerimônia. Estando presente o comandante superior com o seu estado-maior, a bandeira dobrada e em grande bandeja ou salva de prata, é depositada sobre uma credência ao lado do altar,

ao pé da qual estará também a competente haste. Durante a celebração da festividade a que assiste o dito comandante, o batalhão se forma em frente à porta principal da igreja, em linha e em ordem, aberta, ou nesta mesma ordem, na posição mais conveniente segundo a comodidade do lugar. Terminada a festividade, um dos oficiais do estado-maior coloca a bandeira com seus pertences na haste, o celebrante a benze na conformidade do ritual, e dela faz entrega ao comandante superior, que desce até a porta principal acompanhado do seu estado-maior. Aqui a transmite ao comandante do corpo, acompanhando este ato de breve, mas significativas expressões a respeito do objeto de que se trata. Logo que o comandante do corpo se dirige para este com a bandeira, o oficial seu imediato manda apresentar armas, a música toca e os oficiais fazem as continências de espada; depois o comandante mandando – "ombro-armas!", – ainda empunhando a bandeira endereça ao corpo uma alocução apropriada e animadora terminando-a com os vivas do estilo, passando então a insígnia ao competente oficial, que já estará com o novo porte. Assim, se dá por concluída esta formalidade, tomando o corpo a posição precisa para o fim a que for ainda destinado ou retirando-se".

– **Benzer Espadas**. Modernamente, instituiu-se entre nós a cerimônia da bênção das espadas, o que é feito com solenidade sendo elas depois entregues pela autoridade militar, ou pelas madrinhas aos novos oficiais que terminaram seus estudos, seja nas Escolas Militares, Naval ou de Aviação.

– Alguns colégios civis realizam a cerimônia da bênção das espadas dos alunos oficiais dos respectivos batalhões. Não sabemos se tal ato é permitido ou tolerado pelo Governo, em todo o caso é estranhável. Evidentemente pode-se mandar benzer o que quer que seja, mas neste caso toma o ato um significado que vai além do tolerável em se tratando de batalhões escolares, mesmo que aos alunos de idade militar seja reconhecida a instrução recebida para efeito de certificado de reservista. Do mesmo modo é necessário estabelecer-se uma regulamentação quanto ao uso da Bandeira Nacional nestes batalhões para evitar abusos (2).

BERÇO, s. m. – Pequeno leito para criança de colo. – (Artilharia, Antigo) Boca de fogo curta. Reparo de berço é um sistema de reparo elástico ou deformável. No berço, que repousa sobre o corpo de reparo está assente o canhão, cujo recuo é atenuado pelo freio de recuperação. (Formação baixo latim *Berseolum*)

– Teve este nome em Portugal, um falconete de pequeno calibre, em cuja culatra, em forma de berço, carregava-se a carga e a bala, sendo depois fechada hermeticamente por uma câmara conforme se vê em exemplar do tempo de D. Manoel, no Museu de Artilharia de Lisboa (1).

BERIBÉRI, s. m. – (Patologia) – Doença particular em alguns pontos da Índia e do Brasil e que se manifesta por paralisia, hidropisia ou convulsões.

– Os oficiais e praças do Exército que nas Províncias forem atacados de beribéri, devem, verificada a moléstia por uma junta de saúde, ser remetidos para a Côrte, por conta do Ministério da Guerra. Circular de 19 de novembro de 1878, às Presidências das Províncias. Portaria de 24 de dezembro de 1880, ao Ajudante General.

– Foi autorizada a criação de uma enfermaria de beribéricos na Fortaleza da Ilha das Cobras; uma outra para convalescentes do mesmo mal em Barbacena, as quais, depois foram transferidas para a enfermaria da Copacabana para dali, seguirem para os Estados do Sul. Portaria de 18 de abril de 1894 e 20 de dezembro de 1895. Vide Aviso de 22 de novembro de 1898; Aviso de 4 de maio de 1906 (1).

BESTA, s. f. – Animal irracional; quadrúpede. Besta de tiro, a que puxa ou tira um carro, arado, etc. Besta de carga, a que serve de transportar cargas. – (Figurado) – Pessoa ignorante. (Formação latina *Bestia*)

– Pelo Decreto de 24 de agosto de 1821 ficou estabelecida a Tabela para o vencimento de cavalgaduras e forragens, a que tinham direito os oficiais brasileiros para o transporte de suas bagagens em serviço ativo de campanha ou em marchas, a exemplo do que sucedia em Portugal.

– A tabela regulando o número de bestas foi a seguinte, que damos resumida:

- ♦ Ao General Comandante em chefe, 16;
- ♦ Cada Tenente-General, 4;
- ♦ Marechal de Campo, Secretário Militar, Ajudante General e Quartel Mestre General, 3 para cada um;
- ♦ Brigadeiro, Coronéis de Cavalaria, 2;
- ♦ Outros oficiais do Estado-Maior do Exército, uma para cada.
- ♦ Tesouraria, 4; Auditoria, 5; Comissariado de víveres, 6;
- ♦ Regimento de Cavalaria: Oficiais, 11; Botica, uma; Artífices, 4; Reserva de bolacha (farinha), 10; Forragem, 60 (no sul do Brasil os mueres andam a pasto e não necessitam de forragem, diz o Decreto); Reserva de pólvora, 4; Forjas volantes, 4.
- ♦ Batalhões de Caçadores, total 61;
- ♦ Infantaria de Milícias, total 44.

– Observa Cunha Matos, que os mueres carregam de 8 a 12 arrobas em marchas vagarosas, que ordinariamente são de 4 léguas, mais ou menos. Alguns cavalos carregam 6 arrobas e as éguas raras vezes mais de 4. Como em alguns lugares é difícil abastecer-se de mueres aconselha o uso de carro de bois, tanto por ser mais fácil o seu sustento e menos frequentes a fuga, como pela vantagem de poderem ser consumidos os bois em rações. Diz ainda: Os carros das Províncias de Minas Gerais, São Pedro e São Paulo, puxados a 3 ou 4 juntas de bois, transportam de 100 a 150 arrobas de carga. Os de Santa Catarina são tão pequenos que não acomodam metade da carga dos primeiros.

– Estabeleceu o Decreto de 10 de janeiro de 1843, no art. 49, que aos oficiais com direito a cavalgadura se abonará por uma vez somente a quantia de 40\$ para a compra de cada cavalo que lhe competir, com vencimento de sete anos, e em que condições. As bestas de bagagens seriam pagas em dinheiro abonando-se aos oficiais que a elas tiverem direito, a quantia de 30\$000 para a compra de cada uma, com o vencimento de sete anos, etc.

– O Decreto 1.878, de 31 de janeiro de 1857 fixou o valor e o tempo de duração das cavalgaduras de pessoa e bestas de bagagens dos oficiais do Exército.

BESTA, s. f. – Arma antiga de arremesso, consistente de um arco de aço ou de madeira, cuja corda se retesava e que disparava pelouros ou setas. (Formação contr. do latim *Ballista*)

– Arma antiga de arremesso, foi a besta uma transformação racional do arco. Existiram em diversos tamanhos: manuais, grandes e pequenas, e de posição, sobre base, para a defesa ou ataque das muralhas, podendo ser transportada. Lançava com tiro possante de 150 a 400 metros, mais ou menos, virotas, virotões ou flechas pelouros e mesmo projéteis incandescentes, conforme o seu sistema e tamanho.

– A besta, que já era conhecida pelos chineses em tempos remotos, aparece na Europa no século XII. Entretanto, conforme Angelucci, baseado em texto de Vegezio (1), já é mencionada antes do século XI. Usada em começos na caça passou em seguida a ser utilizada nas forças armadas.

– Seu uso foi logo condenado pelo Concílio de Latrão, decisão confirmada pelo Papa Inocêncio II em 1139, que prescreveu-a em guerra entre cristãos por ser arma excessivamente mortífera. Abandonada temporariamente voltou ao uso no tempo da terceira Cruzada, por volta de 1198, sob Ricardo Coração de Leão, que com ela armou poderosamente sua infantaria.

– Sobre sua origem, diz Melo de Matos (2), que a besta em uso na Idade Média derivava da romana; "até as suas designações, *armbrust* em alemão, *arbalete* em francês, *balesta* em espanhol, são nitidamente provindas do latim *balista* e *arculista*".

– Era composta de suas peças principais: o arco de madeira, de chifre ou mais comumente de aço, com sua corda, cruzado sobre uma coronha ou haste de madeira na qual uma ranhura ou tubo em sua extensão servia de guia à seta ou virota; outras peças eram a noz e o gatilho.

– Com relação ao sistema do mecanismo houve diversos, sendo imprecisos e confusos alguns dele, havendo por isso controvérsia entre autores devido à divergência em textos antigos o que suscita dúvidas quanto a certos característicos.

– Diz ainda Melo de Matos, que "o general Köhler, na sua obra *Die Entwicklung des Kriegswesens*, dá-nos notícias das seguintes expressões francesas: *arbalète à cric*, *arbalète à croc*, *arbalète à deux pieds*, *arbalète a l'estriff*, *arbalète a hausse pied*, *arbalète*

à pied de biche, arbalète à tour, arbalète a tyoles, arbalète d'un pied, arbalète à vis, arbalète d'acier e não as identifica todas; por nossa parte, podemos acrescentar as designações espanholas de balesta de gancho, de cranequim, de armatoste e de gafa, e as portuguesas de besta de polé e besta de garrucha".

– Na França houve ainda as seguintes designações: arbalète à jalet, com fuste em forma de tubo, e a de passe, em grandes dimensões com arco de 4 a 5 metros, que já era uma máquina.

– A besta não sobrepujava o arco em rapidez de manejo, nem atirava à distância alcançada por este, e tinha o defeito de ser pesada, incômoda, lenta e sujeita aos inconvenientes da umidade. Na batalha de Crecy, em 1346, dispunha a França de 15.000 besteiros, sendo os Genoveses os mais hábeis. Foram, porém batidos pelos flecheiros ingleses – por estarem as bestas com as cordas destemperadas pela chuva, dizem alguns autores; por estarem cansados pela caminhada, afirmam outros. Tinham eles chapéus de ferro, jaquetas compridas, braçadeiras e perneiras de ferro e eram protegidos pelos paveseiros com seus grandes escudos.

– Em Portugal, no tempo de D. Sancho (1185–1211), a besta era a arma das tropas concelhiais, em vários modelos: de garrucha, de polé, e de bodoque. As virotas farpadas ou lisas, em regra envenenadas com helóboro, "planta por isso chamada erva dos besteiros."

– O peso da besta e a qualidade das virotas foram declarados em Portugal pelo Regimento de 18 de setembro de 1468.

– A besta entra em decadência no século XVI devido ao predomínio do arcabuz. Foi suprimida em Portugal por D. Manuel I, e na França em 1535, sendo conservada como arma de caça até o século XVII, e para o tiro ao alvo, em países de língua alemã até recentemente.

– Os principais tipos de besta são:

♦ A besta de mão, que era a mais simples e primitiva, armando-se a corda com as mãos.

♦ A besta de alavanca ou pé-de-cabra, que tinha uma alavanca de ferro composta de duas partes articuladas e terminadas em duas pontas ou pé-de-cabra, que, quando acionadas, agarravam a corda e punha-a sobre o dente retentivo. Chamava-se também de garra ou garrucha. (Século XV e começos do XVI).

♦ A besta de torno ou polé, que era acionada por um jogo de roldanas fixado na extremidade e na corda de suporte. O soldado firmava a besta no chão, punha o pé esquerdo em um estribo de ferro e com as duas mãos movia duas manivelas de cada lado da roldana, puxando assim a corda do arco, armando-o. Feito isto, retirava o jogo de roldanas e punha-o na cintura.

♦ A besta à cric, que se armava por meio de uma roda dentada dentro de um tambor e que movida por uma manivela acionava uma régua com dentes (cremalheira) e

um gancho na extremidade, o qual puxava a corda enganchando-a no dente da noz. Note-se que a caixa da roda com manivela e cremalheira era retirada da besta quando convinha. (Usada no século XV ao XVII).

♦ A besta grande, que era montada sobre base fixa, com arco até de 10 metros de envergadura, e movida à roldana ou polé, servia nos cercos das praças tanto para a defesa como para o ataque.

♦ A besta dos cavaleiros, com mecanismo à cric ou cremalheira, era uma arma aperfeiçoada e prática para os cavaleiros. Foi usada nos séculos XV e XVI.

♦ A besta de pelota ou badoque (francês arbalète à galet), era a que atirava pelouros de barro cozido, balas de chumbo ou de pedra. Tinha duas cordas no arco mantidas afastadas por uma bolsa no centro onde se colocava o projétil. A coronha era arqueada para baixo no terço final junto ao arco, para que as cordas não molestassem a mão do atirador. Foi muito usada pelas damas e caçadores.

– Houve também besta gêmea que atirava duas virotas, e na China, a besta de repetição com caixa para 20 virotas.

– Besta de trincheira foi usada pelos franceses na 1ª Grande Guerra para lançar granadas de mão.

BESTARIA, s. f. – Companhia de besteiros. Exercício de atirar bestas, de as manejar na guerra.

BESTEIRO, s. m. – (Antigo) – Soldado armado de besta. Besteiros de conto ou do número, os que cada cidade ou vila era obrigada a sustentar. Oficial que fazia besta.

– Besteiro era o soldado que combatia com a besta e que, com os flecheiros, formaram a grande massa de soldados a pé nas forças armadas da Idade Média. Houve épocas em que os besteiros formaram confrarias, dispendo de grandes regalias.

– Na França, os besteiros do rei, gozavam de considerações entre os homens de armas, pois eram fornecidos pelas câmaras do reino. Crennequinier à cheval era o besteiro montado armado do crennequin, besta à cric. O mais antigo Grão-mestre dos besteiros foi Thibeault de Montléart, no reinado de Luis IX (1226-1270). O posto foi um dos mais altos do exército, quase igual ao de condestável.

– Foram célebres os besteiros genoveses, os ingleses e os gascões. O besteiro era armado de um escudo grande, espada, carcás com 16 virotas e a besta. Vestia uma cota tachonada e com chapas de ferro, fralda de couro, braçais, joelheiras e capacete.

– Em Portugal, o Anadel-mor dos besteiros, superintendente dos besteiros, e o Anadel dos besteiros em cada conselho, foram criados por D. Sancho I (1185-1211). Os besteiros eram equiparados em privilégios à cavalaria. Data do governo de D. Dinis (1279-1325) a criação dos besteiros do conto, milícia municipal, chamada do conto por ser formada de um número certo de besteiros fornecidos obrigatoriamente em cada

conselho e recrutados entre os lavradores e mesteirais. Concorriam juntamente com cavaleiros-vilões, a cavalaria dos nobres acontiadados e os cavaleiros das ordens religiosas, para a formação da força armada do país. Compunha-se de homens armados de bestas de garrucha, com ou sem armadura, e de besteiros a pé armados de bestas de polé, usando em geral a fraldilha de couro. Havia também os besteiros de monte, "que empregavam a besta na caça pelos montes".

- Com D. Manuel I foram extintos "os besteiros do conto e os acontiadados das câmaras, mantendo-se apenas os besteiros do monte.

- Em razão dos progressos nas armas de fogo portáteis, os besteiros foram sendo suprimidos, desaparecendo totalmente no correr do século XVI e em certas regiões nos começos do XVII.

BIBLIOTECA, s. f. – Coleção de livros. Armários, estantes em que os livros estão colocados ordenadamente. Lugar, sala, edifício onde se conservam e guardam os livros. (Formação grega *Bibliothēke*)

- Por carta datada de Hagenburgo de 20 de setembro de 1773, recomendou o Conde de Lippe a criação de uma biblioteca militar em cada guarnição. Essa carta se acha junta aos Regulamentos de 18 de fevereiro de 1763, com título de Memórias sobre os Exercícios de Meditação Militar. Vide 22 de outubro de 1833. (Rep. C. Mat.).

- A Biblioteca Pública de Lisboa foi estabelecida e regulamentada pelo Alvará de 29 de fevereiro de 1796. Em seu favor se mandou conservar as peças de antiguidade, como mármore, cipós, etc., conforme se havia determinado por Alvará de 20 de agosto de 1721, em benefício da Academia Real de História Portuguesa. Para ela se deve remeter de todas as oficinas tipográficas um exemplar de todas as obras que se imprimem. Alvará de 12 de setembro de 1805.

- Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, mandou-se acomodar no lugar das catacumbas da Ordem 3ª do Carmo, Decreto de 29 de outubro de 1810 (Col. Nab.) (1).

- **Biblioteca do Exército**. Estabeleceu-se na Côrte uma Biblioteca do Exército e deu-se-lhe Regulamento pelo Decreto 8.336, de 17 de dezembro de 1881. Foi inaugurada no dia 4 de janeiro de 1822. Possuía em 1893 cerca de 15.600 volumes, notando-se entre eles algumas obras de sabido valor, informa o tenente Olivério no "O Exame Prático", 4º volume. Foi dissolvida em 1926, pelo General Setembrino de Carvalho, quando Ministro da Guerra, e fechada sob pretexto de ser convenientemente instalada, conforme declara o Aviso de 6 de maio de 1925. Data de então a sua dispersão e desaparecimento. A 26 de junho de 1937 foi criada de novo a Biblioteca Militar do Exército no Palácio da Guerra à Rua Marcílio Dias.

BICICLETA, s. f. – Velocípede de duas rodas iguais.

- A bicicleta, como meio de locomoção econômica, começou a ser praticável somente depois de 1890, com a adoção definitiva das duas rodas iguais, desenvolvendo-se e generalizando-se então o seu uso e tomando com isso o turismo enorme incremento.

- Nas forças armadas o seu emprego iniciou-se individualmente para estafetas e correios. Surge em seguida a possibilidade do seu uso na infantaria, tendo, na França, o capitão Gerard em 1891, inventado a bicicleta de dobrar (pliante), substituída depois de melhorada, por outra, em 1926.

- Na Itália, onde o capitão Carraro realizou em 1908, um modelo leve, sólido e prático de bicicleta pliante, diversos outros tipos foram também postos em uso no exército, sendo usadas pelas companhias de bersaglieri e carabinieri ciclistas.

- Em 1911, foram organizados batalhões de bersaglieri e cavaleiros ciclistas com a bicicleta Bianchi. Em 1923, entrou em uso novo tipo mais aperfeiçoado.

- A bicicleta foi adotada na Guarda Cívica de São Paulo por volta de 1914, para o policiamento urbano, sendo usada também em formaturas, em grande gala.

- Vide Velocípede.

BIGODE, s. m. - Parte da barba que se deixa crescer por cima do lábio superior. (Formação castelhana Bigote)

- Os militares no século XVIII usavam, em geral, o bigode raspado, com exceção dos granadeiros e os de alguns corpos de cavalaria.

- Os cadetes (como os oficiais) foram disso dispensados pelo Aviso de 16 de março de 1757.

- Foi proibido na Guarda Real da Polícia a 31 de janeiro de 1822.

- Declarou-se proibido o seu uso pelos oficiais do Exército pelo Aviso de 6 de dezembro de 1831.

- Aos oficiais engenheiros foi permitido usá-los sem serem, contudo obrigados a isso. Aviso de 4 de julho de 1837; estendendo-se esta ordem aos demais oficiais arregimentados. (Jornal nº 150) (F. M. diz "praças", a Sinopsis de 1879 diz "oficiais").

- Nenhum oficial ou praça poderá raspar o bigode sem permissão prévia do Ministério da Guerra, visto constituir um dos sinais característicos do Exército. Aviso de 3 de março de 1910.

- Revogado; não procede a obrigação de ser o bigode um característico fisionômico indispensável. Aviso de 12 de julho e 4 de agosto de 1916.

BILBOTE, s. m. - (Militar) - Confusão; fogo de bilbote, diz-se quando as espingardas se disparam umas após outras, independentemente, sem voz de comando. (Chama-se também fogo da alegria).

- Vide Fogo.

BIMBARRETA, s. f. – Pequena bimbarra que serve para conduzir as grandes bombas.

– Na artilharia antiga, haste de madeira levada por dois soldados, com dois ganchos móveis no centro, nos quais prendiam as asas das grades bombas para facilitar o seu transporte. Modernamente são usadas com ganchos para auxiliar o transporte dos projéteis de grande calibre.

BINÓCULO, s. m. – Óculos duplo portátil, espécie de telescópio dióptrico com dois tubos, muito usado em campanhas e manobras, para reconhecimento; em pequeno formato é usado também pelos espectadores nos teatros.

– Instruções para o uso do binóculo Zeiss, modelo 1935. Boletim do Exército 38, de 1938.

BISAGUDO, s. m. – Arma de haste usada na Idade Média, com origem em instrumento agrícola.

– Vide Garfo.

BISARMA, s. f. – Antiga arma de guerra, semelhante a uma alabarda e que feria de gume e de ponta. (Também se pode escrever Visarma) (Formação baixo latim *Gisarma*)

– A bisarma é uma arma de haste que foi usada por infantes na Idade Média, ou mais exatamente, do século XII ao XV (francês *quisarme*). O seu ferro, em geral, apresenta uma ponta longa e aguda tendo de um lado um prolongamento em forma de machado e, às vezes do lado oposto um gancho ou espigão, o que a faz confundível com a partasana e a alabarda que afinal, são quase a mesma coisa. O que a distingue das outras armas é o carácter gótico dos seus recortes e ornatos. A alabarda tem em geral a ponta em lâmina mais larga. Todas estas armas tiveram um princípio comum: uma haste com ferro na ponta. Aos poucos, formas diversas foram sendo criadas, e que, conforme o seu aspecto, tomaram nomes diversos: bisarma, partasana, alabarda, etc. Da mesma forma, instrumentos de lavoura utilizados como armas agressivas transformaram-se em armas de haste, conservando os nomes primitivos: fouchinho, garfo, forcado, gancho, vougue, etc.

BISCAINHO, s. m. – Natural de Biscaia. Espécie de mosquete que atirava mais longe que os fuzis comuns. Pequena bala de ferro batido.

– Nome dado a um mosquete de grande calibre do século XVII com fechos de mosquetele (pederneira) cujo tiro tinha o alcance de 300 passos. A mesma denominação se dava também ao seu projétil que era uma bala de ferro ou chumbo, esférica, com 0,03m de diâmetro. No século XVIII, espécie de arma de fortaleza; o nome foi também adotado para os projéteis com que se enchiam a cápsula da metralha.

- Descrevendo as lutas na guerra holandesa diz frei Calado (1) que "os nossos mosquetes por serem Biscainhos levaram maiores balas e cursavam mais que os seus (dos holandeses), todas as vezes que dávamos carga se abria e desconcertava o seu esquadrão". E ainda: "os biscainhos davam tão grande coice nos peitos dos índios que a primeira vista julgou Camarão que lhe caíam os seus soldados mortos em terra, mas cobrou alento quando viu que se levantavam e brigavam de novo e com coragem. Os índios metiam duas ou três balas nos mosquetes para mais dano do inimigo e as armas se esquentavam".

- No "Inventário" de 1654 constam 79 mosquetes biscainhos deixados pelos holandeses no Recife.

- Vide Mosquete.

BISCOITO, s. m. – Pão muito duro, seco e pouco levedado, e que por isso se pode conservar muito tempo. Bolacha. Doce feito com farinha, ovos e açúcar, muito torrado. (Formação latina *Biscoctus*)

- Diz Tolozano no "Governador de Praças", de 1708, que "o provimento de biscoito é a melhor munição de boca porque se conserva por muito tempo, e dispensa fornos, lenha, moendas, etc. O biscoito está sempre pronto e somente tem o inconveniente que, no cabo de dois anos é necessário consumi-lo, porque não conservam mais tempo."

BISONHO, adj. – Inexperiente nos misteres da guerra, ou em qualquer arte ou ofício; inábil. – s. m. – Soldado novel, não adestrado, recruta.

BISPO, s. m. – (Eclesiástico) – Prelado que tem a seu cargo a direção espiritual de uma circunscrição territorial chamada diocese. (Formação latina *Episcopus*)

- Tem o título de conselho e o tratamento de Dom, Excelência Reverendíssima. Concórdia 1ª do Rei Afonso III de 1245, art. 13, e de D. João I, de 1247, art. 67. Lei de 3 de janeiro de 1611 e de 29 de janeiro de 1739.

- Continência aos Arcebispos e Bispos nas suas dioceses, eram as mesmas que à Família Real: durante o dia, armas apresentadas, espadas, bandeiras, e estandartes abatidos, marcha grave. Carta Régia de 28 de fevereiro de 1743; Ordem do Conde de Lippe de 29 de novembro de 1763, cuja execução foi recomendada pelo Aviso de 28 de junho de 1777; Vide 1º de julho de 1824.

- Era juiz das Ordens Militares na sua diocese, conforme o Alvará de 11 de outubro de 1786, § 9. Alvará de 22 de abril de 1808.

- O Bispo Diocesano do Rio de Janeiro era Capelão-mor da Casa imperial. Carta Régia de 3 de junho de 1808.

BISSEXTO, adj. – Unicamente usado na locução ano bissexto, ano composto de 366 dias em lugar de 365, que vem de quatro em quatro anos, e tem por fim corrigir, o erro de, aproximadamente 6 horas que se comete dando ao ano civil 365 dias solares. Este dia acrescenta-se ao mês de fevereiro que só tem 28 dias comuns. (Formação latina Bissextus)

– O mês de fevereiro, tanto nos anos comuns, como nos bissextos são iguais relativamente aos vencimentos de soldos e gratificações dos oficiais; não acontece o mesmo a respeito das etapas, e forragens, as quais têm vencimento diário (Rep. C. Mat.)

BIVAQUE, s. m. – Acampamento provisório ao ar livre. (Formação francesa Bivac)

– Antigamente esta palavra significava uma guarda extraordinária à noite e ao relento; presentemente, estabelecimento passageiro de tropas em campos desabrigados do rigor do tempo, para tomar repouso, pelo que deve ser em terreno seco e coberto e se devem fazer os chamados abrigos de bivaque. (M. F. A.)

– Conforme o "Exame Prático", vol. 4, a disposição dos bivaques é muito semelhante a dos acampamentos, ocupando na linha da frente de bandeira um espaço igual à sua linha de batalha, mas muito menor fundo. Os meios de vigilância e de polícia são os mesmos prescritos para os acampamentos. A infantaria ensarilha armas e tira mochilas mesmo na linha de batalha; depois retira 15 a 20 passos e mete em coluna aberta de companhias para a retaguarda, frente à direita. No lugar que fica então cada companhia, faz-se uma linha de fogueiras, na razão de 8 a 10 homens para cada uma, e deitam-se à roda destas fogueiras com os pés voltados para elas. Os oficiais das companhias ficam junto de outras fogueiras alinhadas à direita das respectivas companhias; os indivíduos do estado-maior e menor, junto de fogueiras também alinhadas à direita destas e seguindo os lugares que lhes correspondem na coluna; o comandante ainda mais à direita, correspondendo ao centro da coluna.

– Na cavalaria, depois da linha se ter retirado 80 a 100 passos, mete em coluna aberta por meios esquadrões à direita, e cada meio esquadrão entra em uma só fileira, e põe pé em terra. Nesta mesma posição e em frente das cabeças dos cavalos, cravam-se as estacas a que se hão de atar as cordas de piquetes ou de manjedouras, se as há. À esquerda de cada linha de cavalos, e no seu prolongamento estabelece-se uma linha de fogueira, nas mesmas proporções que para a infantaria; as da extrema da esquerda são para os oficiais inferiores. À direita da fileira de cavalos de cada meio esquadrão colocam-se as forragens, e à direita destas os oficiais que também acendem fogueiras. O comandante e estado-maior à direita, conforme o estabelecido para a infantaria. Se há receio de ser surpreendido ou atacado de improviso, em consequência da muita proximidade do inimigo, os cavalos ficam selados durante a noite e os soldados completamente armados, tendo junto de si os freios dos seus cavalos; mas se não há tal receio desaparecem-se os cavalos, colocam-se os arreios seis a oito passos à retaguarda

dos respectivos cavalos e junto deles o armamento dos cavaleiros. Se o bivaque tem lugar no verão, ou se as circunstâncias não permitem que se acenda lume, a disposição é exatamente a mesma, sem as fogueiras. A disposição das cozinhas, latrinas, guardas e polícia do campo é a mesma que nos acampamentos.

– Para a limpeza do armamento e arreios, é ela feita sucessivamente por esquadrões ou companhias para que nunca estejam todos impossibilitados de pegar prontamente em armas.

– Quando o bivaque dura muito tempo, nos lugares em que se deitam os homens constroem-se abrigos ou alpendres de madeira e mato ou ramos de árvores, e o mesmo se faz aos cavalos, principalmente no inverno, porém é preciso dar-lhe a maior regularidade possível.

– O bivaque da artilharia e das tropas de engenharia é análogo ao usado para a cavalaria ou infantaria.

BLAFONEIRA, s. f. – Peça de armadura que cobria a parte superior dos braços; também eram armaduras ou cobertas para cavalos.

– Blafoneiras são os braçais ou as peças da armadura que protegem os braços e eram compostas do canhão do braço e o do antebraço ligados pela cotoveleira. (Alguns autores dão este nome apenas ao canhão do braço, isto é, à parte da armadura que fica junto da espaldeira, outros à cotoveleira.)

Vide Cotoveleira.

BLASFEMAR, v. intr. – Proferir blasfêmias. Dizer palavras indecorosas e ofensivas contra alguém ou alguma coisa. Praguejar, insultar, caluniar.

– Aquele que o fazia era castigado em conformidade das leis civis, estabelece o artigo de Guerra XXIX dos Regulamentos de 1763 e 1764. Regimento de 1708 e Alvará de 1710. Isto mesmo se estendia a respeito dos juramentos falsos, imprecações, pragajamentos, profanações e incontinências escandalosas. (Rep. C. Mat.)

– Contra Deus, os santos e culto religioso católico, por meio de imprensa ou por palavras e escritos não impressos, como era punido. Provisão de 2 de outubro de 1823, etc. Antigo Código Criminal, art. 277 e 278.

BLINDAR, v. tr. – Cobrir com blindagem: revestir um navio com chapas de aço para resistir ao choque das balas. Proteger uma obra por meio de peças de madeira, chapas de ferro, faxinas, etc. (Formação alemã Blenden)

BLOCAUSSE, s. m. – (Militar.) – Obra de fortificações passageira, consistindo em um fortim construído de grossas madeiras para defender uma obra importante ou para se guardar um posto avançado sujeito a ataque violento. (Formação alemã Blok e haus)

– O blocausse foi muito usado na África em guerras contra os árabes, e pelos norte-americanos, em suas guerras contra os índios, e que o chamam, como os ingleses, block-house. Os turcos foram os primeiros que se serviram do blocausse com o nome de palanque. (M. F. A.)

BLUSA, s. f. – Vestuário leve e folgado usado pelos operários e camponeses, e que os militares usam em serviço interno. (Formação francesa *Blouse*)

– Primitivamente, em seu feitiço originário, sem talho na cintura e vestida pela cabeça, confundia-se a blusa com a camisola ou gandola. Hoje, a blusa é vestida como a túnica e é abotoada na frente por uma ordem de botões, não tem cancelas nas traseiras e geralmente não têm vivos.

– Peça com este nome aparece no Exército, pela primeira vez, em brim pardo, para o 5º Regimento de Cavalaria em 1854. Em 1857, por Aviso de 16 de maio, foram distribuídas blusas de baeta vermelha, e de outras cores, aos corpos estacionados na Província de São Pedro do Rio Grande, em lugar da fardeta de brim. Distinguiam elas os corpos da seguinte maneira: 1º Regimento de Artilharia a cavalo, blusa vermelha, gola e canhões e vivo pretos; 2º Regimento de Cavalaria, blusa vermelha, gola, canhões e vivo azul ferrete; 3º Regimento de Cavalaria, blusa vermelha, gola e vivo azul ferrete, canhões azul claro; 4º Regimento de Cavalaria, blusa vermelha, gola e vivo azul ferrete, canhões amarelos; 5º Regimento de Cavalaria, blusa vermelha, gola e vivo azul ferrete, com canhões verdes; 3º, 4º e 5º Batalhões de Fuzileiros, blusa cor de rosa, gola, canhões e vivos amarelos; 12º e 13º Batalhões de Caçadores, blusa cor de rosa, gola, vivo e canhões verdes; Companhia de Inválidos, blusa azul ferrete, canhões e gola cor de rosa, vivo branco; Companhia de Transporte, blusa azul ferrete, gola canhões e vivo vermelhos; Guarda Nacional: blusa azul ferrete, gola e vivo vermelho, canhão amarelo; Piquete Presidencial: blusa vermelha, gola e canhões azul ferrete, peito azul claro e vivo branco; na gola duas pistolas cruzadas de metal amarelo. As blusas de baeta eram para o inverno, e as de ganga, para o verão, todos os botões eram pretos, com exceção dos do Piquete que eram de metal amarelo.

– É evidente a influência regional das margens do Prata na aceitação oficial das blusas vermelhas. Com efeito, este gênero de vestuário e esta cor foram sempre do gosto dos soldados de Rosas, de Urquiza e de outros chefes platinos. Foi comum na campanha Farroupilha, o que é confirmado pelos retratos de Garibaldi, sempre de blusa ou camisa vermelha. Os soldados paraguaios também usaram, quase que na generalidade, blusas ou camisas vermelhas, na guerra contra o Brasil.

– Durante esta campanha foi a blusa muito usada em variado feitiço e cores pelos Voluntários da Pátria e Corpos da Guarda Nacional. No Exército, porém, conservou-se a sobrecasaca de pano ou de brim pardo (Plano de 1866), sendo a blusa (ou camisola) de brim ou de baeta usada apenas nos corpos montados.

– A blusa de pano começa a ser distribuída a todas as armas do Exército a partir da Tabela de 18 de outubro de 1871. A Engenharia recebe uma blusa de brim e uma de algodão mescla; às praças do 1º Regimento de Cavalaria é distribuída uma blusa de algodão mescla para o serviço de cavalaria.

– A 31 de dezembro de 1875, as sobrecasacas de brim pardo de que usam as praças do Exército, são substituídas por blusas do mesmo tecido com os respectivos vivos e vistas. A partir de 28 de outubro de 1880, passam os oficiais a usar blusas de brim pardo com divisas. A blusa e a sobrecasaca foram substituídas modernamente pela túnica – uma simples mudança de nome.

Vide Camisola, Sobrecasaca, Túnica.

BOCA, s. f. – Cavidade situada na face entre as duas maxilas (é a primeira parte do aparelho digestivo, e uma das que compõe, não só o aparelho respiratório, mas também os órgãos da voz, principalmente para a articulação da palavra). – (Artilharia) – Boca da peça, do obus, do morteiro, do cano da espingarda, a entrada da abertura cilíndrica chamada alma. Boca de fogo, nome genérico das peças, obuses e morteiros. (Formação latina Bucca)

– Boca de Fogo. Nome genérico que se dá à arma de guerra não portátil destinada a lançar diversas espécies de projéteis por meio da pólvora, exigindo o seu serviço o emprego de máquinas e o concurso de alguns homens. São consideradas sob três modos: 1º, em relação ao serviço a que são destinadas, quer nas ações navais, quer nas terrestres; 2º, em relação aos projéteis que lançam ou ao efeito que produzem; 3º, em relação à alma. São classificadas, portanto por suas espécies e calibres.

– Dividem-se em duas espécies: bocas de fogo de mar (bocas de fogo de bordo, e bocas de fogo de costa) e bocas de fogo de terra (de sítio, de praça, de campanha e de montanha).

– Quanto ao calibre, são elas classificadas em: canhões ou peças, obuses, canhões-obuses, morteiros; antigamente: pedreiros, e coronadas. Distinguem-se ainda as bocas de fogo de alma lisa e as bocas de fogo de alma estriada ou raiada. (Outras bocas de fogo existem atualmente e são as antiaéreas e as antitanques).

– Boca de lobo ou cova de lobo, é um poço cônico para defesa acessória e passiva também chamada cova militar, fojo e poço militar; modernamente sua importância defensiva diminuiu depois do emprego das minas terrestres. Com quatro ou cinco palmos de profundidade e sete ou oito de diâmetro na boca, no seu fundo cravava-se uma estaca menor que a altura e com ponta aguçada, sendo a superfície coberta com ramagem ou mato. Abriam-se a pouca distância umas das outras.

– Vide Artilharia, Canhão.

BOCADO, s. m. – Porção de qualquer alimento que se pode meter na boca de uma vez. – (Equitação) – Parte do freio que entra na boca do cavalo.

BOCAL, s. m. – Boca de vaso, de um frasco. – (Artilharia) – Reforço de metal que as peças de bronze tem próximo da boca; jóia. Embocadura de instrumentos de vento, como cornetas, clarins, etc. Peça de metal que circunda o loro na parte inferior imediata ao estribo. Cabeção de couro cru que serve para prender o animal a trato.

BOCEL, s. m. – (Arquitetura) – Moldura redonda na base das colunas, também chamada toro. – (Artilharia) – Moldura em meia cana, que as peças de bronze (antigas) tem no primeiro reforço. (Formação francesa *Bosse*)

BODOQUE, s. m. – (Antigo) – Bala de barro que se atirava com besta. Arco para atirar bolas de barro endurecidas ao sol ou ao fogo.

BOFETADA, s. f. – Pancada no rosto com a palma da mão aberta. Insulto ou desfeita grave.

– Quem a dá comete crime atroz e dele se tira devassa. Lei de 15 de janeiro de 1652 (Leis Extravagantes).

BOIADEIRO, s. m. – Tocador de boiada; capataz de gado. Comprador de gado para revender.

– Declara que os boiadeiros e tropeiros estão isentos do recrutamento. Portaria de 14 de outubro de 1822. E os mestres de ofícios, diretores de obras, pescadores, condutores de porcos e bolieiros. Portaria de 7 de janeiro de 1824.

– São dispensados do serviço na Guarda Nacional na Côrte os criadores e boiadeiros que trouxerem e como o seu gado ao corte. Decreto 2.946, de 9 de dezembro de 1857.

BOLA, s. f. – Esfera, corpo redondo por todas as partes. – pl – Espécie de funda composta de bolas esféricas em número de três, revestidas de couro cru, das quais, se usa no campo, atiradas às pernas do animal que se quer deter na carreira, para o que se imprime às bolas movimento de rotação. Entre os hispano-americanos é também terrível arma ofensiva de arremesso. (Formação latina *Bulla*)

– "Arma de apreensão de que se servem, não só os camponeses desta província (Rio Grande do Sul) como os de outras partes da América para deter o cavalo ou o boi que foge a correr. Consiste ela em três guascas (tiras de couro) de pouco mais de 66 cm de comprimento, presas entre si por uma das extremidades e as outras terminam por pedras esféricas retovadas (fornadas) de couro, sendo uma delas de menor dimensão, e é

chamada manica. É nesta que pega o boleador para bolear o animal, atirando-o de modo que se enroscuem todas nas pernas dele, e o impeçam de se mover". (Beaurepaire Rohan, Dicionário de Vocábulo Brasileiro).

– Os soldados gaúchos usavam antigamente de bolas, apesar de não constar do equipamento.

– O general argentino Paz estando em luta contra Rosas teve o seu cavalo boleado, caindo prisioneiro deste ditador que o encarcerou por muitos anos em Lujan.

– Para se defender das bolas havia o seguinte processo: no momento em que o soldado perseguidor atirava as bolas, o soldado perseguido estendia a lança para trás, protegendo a retaguarda de tal modo que as bolas atiradas enrolavam-se nela e não nas pernas traseiras do cavalo.

BOLACHA, s. f. – Bolo de farinha cozido no forno, pouco levedada e geralmente em forma de disco.

– Fazia parte da bagagem dos corpos. Na Tabela que Cunha Matos dá em seu Repertório, sob o título – Bestas, encontra-se a seguinte informação: cada regimento de cavalaria levava 34 bestas sendo 10 para a reserva de bolacha (farinha); a infantaria 43.

– Vide Biscoito.

BOLADA, s. f. – Arremesso da bola (no jogo da bola); pancada com bola. – (Artilharia) – Parte da peça desde o bocal até aos munhões; o terceiro reforço da peça. Tiro a toda bolada, o que se faz pelo máximo ângulo acima do horizonte.

BOLDRIÉ, s. f. – (Militar) – Correia que se traz à tiracolo, e que se prende à espada ou outra arma ou que serve para descanso da haste da bandeira ou estandarte. (Formação francesa Baudrier)

– Significou esta palavra, em tempos passados, o que chamamos hoje talabartes, isto é, correia a tiracolo para sustentar a espada, o porte para bandeira, etc. Passou depois a denominar a correia da cintura que hoje chamamos talim. No Plano de Uniformes de 1806, a palavra boldrié já vem com este sentido, isto é: uma correia de cintura com guias para sustentar a espada (oficiais), ou o sabre (soldados de cavalaria). Na Tabela de 1824, encontra-se para a infantaria: "Boldrié ou cinturão"; a de 23 de abril de 1833, diz "talim ou boldrié". O Decreto de 1852 não emprega mais este termo, mas sim, apenas talim, desaparecendo ele, portanto da nossa nomenclatura militar.

– Vide Talabarte, Talim.

BOLEIRO, s. m. – O que dirige as boleias cavalgando a besta da sela, e conduzindo a da mão.

– A Portaria de 10 de junho de 1822, dando instruções ao Decreto de 30 de janeiro do mesmo ano, sobre o sistema de recrutamento, ordenou em seu artigo 10, que em cada cocheira pública não poderia haver mais de oito boleiros, conforme o número de seges que tivessem. Nas casas particulares que tivessem mais de duas seges, dois; e um nas que tivessem uma ou duas. Os moços das cocheiras de cavalos de aluguel não estavam compreendidos nesta isenção.

BOLEIA, s. f. – Parte anterior da viatura onde se assenta o condutor ou cocheiro. Boleia mestra, travessa que se fixa na lança das carruagens ou nos coches de gala, donde partem os tirantes das bestas do tronco.

BOLETIM, s. m. – Escrito breve pelo qual se dá conta do estado de uma coisa que interessa o público. Notícia breve de uma batalha de uma operação militar. Publicação periódica de documentos oficiais. (Formação francesa *Bulletin*)

– O Boletim do Exército é publicado no Gabinete do Departamento da Guerra. Regulamento de 30 de outubro de 1909 (1).

– Determinações para a Imprensa Militar do Estado-Maior do Exército, quanto à organização, confecção, material, etc., do Boletim do Exército, Boletim do Exército 19, do D. P. E., 1983.

– Sobre boletim dos corpos. Regulamento, Decreto 14.085, de 3 de março de 1920, artigos 297 a 300 (2).

BOLETO, s. m. – Cédula em que os juizes ou oficiais das câmaras lançavam os nomes dos habitantes que haviam de alojar em suas casas oficiais ou soldados em trânsito.

– O boleto era uma ordem escrita ao morador de determinada casa para alojar o seu portador.

– Pelo Alvará de 21 de outubro de 1763, em que deu Regimento aos auditores, foi determinado que nos lugares onde não houvessem quartéis estabelecidos, deviam os oficiais e soldados ser alojados nas casas particulares. Aos juizes e oficiais das câmaras pertencia fazer os boletos procedendo neles de sorte que houvesse a maior igualdade e menor opressão aos povos, não devendo os oficiais ou soldados se intrometer nos supraditos alojamentos com jurisdição alguma. Os juizes e oficiais das câmaras eram avisados antecipadamente pelos comandantes dos corpos.

– Boletos foram lançados pelos castelhanos e portugueses nos campos opostos, diz Mirales, como na campanha de 1735, por D. Miguel Salcedo, convidando os soldados a se passarem para o outro lado, com promessas, etc.

– Vide Aboletar.

BOLSA, s. f. – Saquinho onde se mete o dinheiro e que se traz na algibeira. Qualquer saco que se fecha por meio de cordões. Saco de qualquer estofado ou cabedal e mais ou menos semelhante a uma bolsa. Saco de couro, retangular, com tampa e correias de suspensão, servindo para conduzir munições ou utensílios de asseio (geralmente usada pelos oficiais). (Formação latina *Bursa*)

– As bolsas das bandeiras e estandartes são de pano oleado, e pelo Decreto de 30 de setembro de 1824 receberam o nome de capas. No Regimento da Guerra de D. Afonso V, tem o nome de fundas e só se podiam desenrolar quando se estendia o estandarte real. As bandeiras e estandartes sempre vão enrolados e cobertos para os exercícios, guardas e paradas, exceto quando as tropas têm de aparecer ao monarca ou nas grandes festividades. Ordem do Conde de Lippe de 20 de julho de 1764. (Rep. C. Mat.)

– Bolsa de Sola de Bateria. Espécie de caixa de couro com tampa, correias com fivelas para suspensão. Era levada por um soldado durante o fogo das baterias de campanha, servindo para guardar ou transportar os cartuchos.

– Bolsa de Couro para Oficiais. Bolsa com tampa, correia e presilhas para uso dos oficiais em campanha (levada à tiracolo). Já em uso durante a Guerra do Paraguai, o Alvará de 10 de outubro de 1881, dá-lhe o prazo de 10 anos de duração. Continuou em uso na República tanto para oficiais como para sargentos do estado-menor, até adoção do equipamento de lona verde-oliva.

BOMBA, s. f. – Máquina para elevar a água. Bomba de incêndios, bomba aspirante-premente guarnecida de um tubo comprido de couro ou de borracha.

– Bomba de fogo, nome que antigamente se dava à bomba de incêndio.

– Para apagar incêndios na Córte, mandaram-se numerar e distribuir, e como; determinaram-se as praças que a cada uma tocariam. Alvará de 18 de outubro de 1831. (Col. Nab.).

BOMBA, s. f. – Projétil esférico de ferro, oco, contendo pólvora o qual geralmente lançado por um morteiro rebenta a certa distância quando o fogo da espoleta ou mecha se comunica à pólvora. Projétil oco que se lança à mão e rebenta quando cai no chão ou quando o fogo da mecha atinge a pólvora. Artefato pirotécnico. (Formação latina *Bombus*)

– Há dúvidas quanto ao local ou ocasião em que foram empregadas as primeiras bombas, isto é, balas ocas cheias de pólvora, o que as tornava explosivas. Dizem alguns autores que foi inventada por Jean Bureau, mestre de artilharia em 1452, no sítio de Bordéus; outros a atribuem-na a Vanloo, por volta de 1588. Consta, contudo, que foi empregada em Nápoles no ano de 1435; assim como em Constantinopla, em 1453. Cita-se também seu uso no cerco de Mezières, em 1521, e no Rodes, em 1522. A França adotou-a, em definitivo, somente em 1634.

- Projétil esférico de grande peso, de ferro fundido, com duas asas, câmara, vazio, ouvido e calota, foi usado no morteiro e atirado por elevação, que podia ir até 60 graus, sendo seu efeito considerável.

- O vazio destinava-se à carga de pólvora ou matéria incendiária; o ouvido recebia a espoleta; a calota era a parte oposta ao ouvido e mais espessa da bomba. Pelas asas era transportada por meio de bimarreta. Ainda no século XVII a bomba era atirada por meio de dois fogos: primeiro acendia-se o da espoleta, depois o da carga. O processo sempre representou grande perigo e foi causa de não poucos desastres devido à explosão prematura da bomba. No século XVIII, a bomba passou a ser lançada com um só fogo, o da carga, pois a espoleta empregada se inflamava espontaneamente pela ação da deflagração da carga do morteiro, e comunicava o fogo à pólvora do projétil. Em começos do seu emprego a bomba era separada da carga por uma camada de palha.

- Para a fundição da bomba foram usadas diversos processos engenhosos, seja em duas formas, seja em esfera oca. Os calibres mais usados foram 8, 10 e 12 polegadas, pesando de 30 a 90 quilos.

- Nota curiosa: em diversas campanhas ou cercos foram usadas as bombas para atirar aos inimigos documentos, informações ou notícias, como no assédio de Reus, em 1581. Em 1747, a espoleta ficou sendo um tubo de madeira envolvido noutro de latão cheio de pólvora, que depois foi substituída por uma composição mista queimando regulamente, graduando-se o tubo em segundos, furando-o por meio de uma verruma na divisão desejada.

- As bombas do Museu General Osório, em Porto Alegre, têm as seguintes características:

DIÂMETRO		PESO
0,320m	(12,8 polegadas)	83,400 Kg
0,300m	(11,12 polegadas)	61,500 Kg
0,270m	(10,10 polegadas)	49,550 Kg
0,220m	(8,10 polegadas)	22,290 Kg
0,200m	(7,14 polegadas)	21,000 Kg
0,150m	(5,14 polegadas)	7,260 Kg
0,120m	(4,12 polegadas)	3,000 Kg
0,085m	(3,6 polegadas)	0,900 Kg
0,070m	(2,12 polegadas)	0,700 Kg

- O restabelecimento do uso dos morteiros pelos alemães, na guerra de 1914, obrigou os aliados a criar armas e munições idênticas. As bombas dos morteiros de trincheiras postas então em uso são em variados tipos e calibres, sendo mais usadas as

150mm de diâmetro, de percussão e carregadas de explosivo. Sua forma é, em geral cilíndrica com ponta cônica ou ogival, guarnecida no extremo oposto de 4 ou 6 lâminas em forma de asas para estabilizar a trajetória.

- Bomba de avião. Com o início do emprego do aeroplano, na Guerra de 1914, criou-se nova série de projéteis para serem atirados do alto sobre concentrações, trincheiras e fortificações inimigas. Definem-se estes novos projéteis em forma semelhante aos dos morteiros: cilíndrico-ogivais, com percussão na ponta e com 4 lâminas no fundo para garantir a queda em ponta. Seu peso variou então de 10 a 1.000 quilos; na Segunda Grande Guerra, porém, foram usadas bombas de várias toneladas e carregadas de explosivos ultra potentes, algumas incendiárias. Bombas para diversos fins foram inventadas, como, luminosas; munidas de pára-quedas; de gás mortífero ou lacrimogêneo; de fumaça, etc.

- As bombas são transportadas, seja no bojo da fuselagem, assim sendo por uma abertura automática, seja exteriormente, presas sob as asas ou sob fuselagem, em qualquer caso desprendem-se por meio de aparelhos de precisão.

- Bombas de pequeno calibre, com dispositivos especiais são atiradas por meio do fuzil na defesa à pequena distância.

- Bomba voadora. Nos fins da Segunda Grande Guerra, a Alemanha usou com grande sucesso, nos ataques ao território inglês, da bomba voadora, arma secreta hoje em poder dos norte-americanos. Impulsionada por motor de explosão de ar comprimido, com uma tonelada de carga explosiva de grande ação destruidora, posta na ponta do corpo, era lançada de uma base por meio de catapulta ou pela ação de um foguete. Tinha de comprimento 8,25m e nas asas 5,28m, de ponta a ponta; velocidade de 560 quilômetros por hora, altura de vôo de 300 a 900m, controlada por um piloto giroscópico, segundo uma altura e um curso pré-determinados.

- Bomba ou granada em chamas, representada em metal ou bordada, tem sido tradicionalmente o emblema dos granadeiros e da artilharia, particularmente da artilharia montada.

- Vide Artilharia, Bimbarreta, Distintivo, Granada.

BOMBACHA, s. f. - Calças bem largas, franzidas na cintura, enfeitada nos lados com babados ou filas de botões, e com as extremidades inferiores apertadas. É peça característica do Estado do Rio Grande do Sul, onde é usada pelos peões, vaqueiros e em geral pelos homens do campo. O seu uso estende-se pelos países vizinhos do rio da Prata.

- Na relação das roupas e mais alfaias que se deram aos índios do povo de Santa Cruz, conforme consta em documento de 22 de dezembro de 1771, figuram "monbaxas de riscado de São Paulo". Em carta de março de 1777, diz Martins Lopes Lobo, Governador de São Paulo, ao Vice-Rei Marquês do Lavradio, a propósito de enviar

socorro a Santa Catarina: "Devo dizer a Vossa Excelência que tenho mais de 200 recrutas disciplinados e mais hábeis para marcharem se estivessem fardados, o que lhes falta, porque todos estão unicamente com umas calças a que chamam bombachas e uma camisa de algodão" (1).

- O uso da bombacha no Sul com os característicos que ainda conserva, deve ser posterior a campanha Farroupilha, pois até então só se constata a existência do chiripá. Na Guerra do Paraguai alguns Corpos de Voluntários da Guarda Nacional sob o comando de Andrade Neves vestiram-se à gaúcha, com bombachas e outras peças peculiares informa Dionísio Cerqueira.

- Pelo Plano de Uniformes de 1894, o Exército adotou a bombacha para 1º uniforme em todas as Armas, tanto para oficiais como para os soldados. Abolida pelos Decretos 1.830 e 1.903 do mesmo ano, foi substituída, contudo, por calças largas e apertadas nos pés, que foram mantidas até 1910 mais ou menos. Na Campanha de Canudos a bombacha foi muito usada, até mesmo pela cavalaria do Pará, em tecido de xadrezinho, como se vê em fotografias da época.

BOMBARDA, s. f. – Máquina de guerra usada na Idade Média e que servia para lançar grandes pedras. Boca de fogo que se começou a usar logo depois do descobrimento da pólvora, destinada a lançar grandes pedras.

- A origem da palavra é incerta e segundo alguns autores vem do latim bombus – barulho. Como máquina de guerra foi engenho medieval, movido por molas e cordas, que atirava pedras volumosas. (Em Paul Lacroix Les A. M. A et R. bombos grego).

- Na artilharia de fogo, o seu nome consta já em crônicas bolonhesas do ano 1216 (1). Em começos do emprego da pólvora, os nomes usados não têm ainda um sentido definido, e o nome bombardarda figura ao lado de tron, cannon, e tuyeau à tonnerre, todos significando boca de fogo. A primitiva arma de fogo portátil chamou-se, logo que apareceu, bombarda-de-mão ou colubrina-de-mão.

- As primeiras bombardas, cilíndricas ou cônicas, eram feitas de lâminas de ferro ou mesmo de madeira ligadas e reforçadas fortemente entre si por aros ou anéis de ferro postos a quente; houve também curtas, em forma de sino, em ferro forjado. No geral possuíam na culatra um prolongamento fino a que chamavam cauda. As que carregavam pela boca tinham ouvido na culatra ao qual se introduzia um arame candente para provocar a explosão da pólvora. As de carregar pela culatra eram formadas de dois tubos: o menor era carregado com a pólvora e a bala e depois atarraxado ao maior a bolada. No século XV consagra-se a bombardarda com culatra retangular aberta na face superior ou atrás, e na qual se introduzia um estojo carregado com a carga e a bala, o qual era travado por meio de cunhas ou trancado por uma lingueta de ferro.

- Em começo a bombardarda era presa em armação de madeira ao nível do chão e fixada por paus e cordas, ou em cavaletes de madeira. A graduação era feita por meio de

travessas que levantavam a peça ao ponto desejado. As grossas bombardas eram em geral protegidas por mantas contra as setas e virotões e que só as descobriam no momento do tiro, girando sobre eixo horizontal e movidas por uma corda. O transporte era realizado com grandes trabalhos em carros ou armações com rodas. Atiravam balas de pedra e depois de 1450, de ferro, que pesavam em geral, de 25 a 150 quilos. Algumas, de peso extraordinário, lançavam balas de 1.200 libras, necessitando para o seu transporte 50 juntas de bois (2).

– O nome bombardas começa a ser substituído por outros, conforme seu tamanho e o calibre. Na Itália, em 1450, distinguiram-se: a bombarda com 5 a 7 metros, atirando balas de 100 a 300 libras; a mediana, de 4 a 5 metros, para balas de 50 libras; a cortana, bombardas grossa e curta, de 3 a 5 metros; a espingarda, que era longa e fina, com projéteis de 10 a 15 libras, e a bombardela. Havia também a bombarda-de-mão, já citada.

– No início do século XVI as diversas bocas de fogo vão tomando nomes definitivos, segundo seus característicos, havendo então a bombardas longa e a curta, o canhão, a colubrina, a sarbatana, o falcão, etc., cada uma com suas graduações. São então de ferro fundido ou forjado e tendem para o afilamento da bolada em contraposição à culatra; o cascavel esboça sua forma em lugar da cauda, e as asas substituem as argolas e arganéis, vindo mais tarde os golfinhos.

– No correr do século, a palavra passa a significar uma boca de fogo curta e grossa. Na artilharia de Carlos V são curtas, com 2 palmos de boca por 10 de comprimento. Algumas são ainda tronco-cônicas e atiram em altura dando assim origem aos morteiros que se consagram dos meados daquele século em diante.

– Com o desenvolvimento da fundição de bocas de fogo em bronze e o aperfeiçoamento dos reparos e carretas, a denominação bombardas desaparece, substituída por colubrina, canhão, morteiro, etc.

– Vide Artilharia, Canhão, Morteiro.

BOMBARDÃO, s. m. – Instrumento musical de metal.

BOMBARDEAR, v. tr. – Atacar arremessando bombas. Atacar com artilharia uma praça de guerra, uma cidade. Atacar por meio de aviões de bombardeio.

BOMBARDEIO, s. m. – Ação de atirar bombas, de bombardear; violento canhoneio de uma praça de guerra ou cidade, constituindo um modo de ataque expedito capaz dos mais positivos resultados, pelo emprego, principalmente, de artilharia de grosso calibre.

BOMBARDEIRO, adj. – Que pertence à bombardas. – s. m. – Soldado que servia uma bombardas.

- No século XVI, os bombardeiros, ou seja, os artilheiros, formavam uma classe à parte entre os combatentes. Recrutados principalmente entre estrangeiros, tinham seus oficiais próprios – os condestáveis – e recebiam maiores vencimentos que os outros homens de armas. Grandes privilégios lhes foram concedidos por D. Manoel I.

- Depois da restauração de Portugal o corpo de bombardeiros foi estabelecido com suas antigas regalias, sendo-lhes ministrados os exercícios de artilharia e manipulação dos artificios de guerra pelo condestável. "Os bombardeiros praticavam o tiro ao alvo (então chamado de barreira), e o cosmógrafo-mor – geômetra oficial – fazia-lhes lições de artilharia e de esquadria. Mais tarde criaram-se os troços de artilharia (1675) para os serviços de terra e de mar, e os pés de castelo, artilheiros alistados, sem caráter militar, para o serviço das praças e fortalezas". (General Ferreira Martins.)

- Vide Artilheiro.

BOMBEIRO, s. m. – Designação dada antigamente aos artilheiros exercitados no lançamento das bombas. Os regimentos de artilharia no tempo da colônia tinham cada um sua companhia de bombeiros. Soldado de corpo especial destinado a extinção de incêndios e que trabalha com as bombas de incêndios.

- Também chama-se bombeiro, no Rio Grande do Sul, o soldado ou vaqueano encarregado de explorar o campo inimigo ou espionar a sua coluna. "Não é mais que a corruptela de Pompeiro, pelo metaplasmo ou P por B", diz Beaurepaire Rohan, e informa ainda que sob a forma Bombero é vocábulo usual nas repúblicas platinas, "e é probabilíssimo, que se introduzisse ali, quando nossas tropas guarneciam o território que constitui hoje a República Oriental do Uruguai". (B. Rohan, Dicionário de Vocábulo Brasileiros).

♦ **Corpo de Bombeiros.** O Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro foi criado pelo Decreto 1.775, de 2 de julho de 1856, sendo formado de várias classes de operários militares, das obras públicas e da casa da correção, alistados e devidamente exercitados.

- Antes da sua organização oficial, os socorros aos incêndios eram feitos de forma irregular e precária, por seções existentes nos Arsenais, Obras Públicas e na Casa da Correção que se compunham de 130 homens, possuíam 15 bombas manuais, 73 mangueiras, 190 baldes e 13 escadas.

- O sinal de incêndio era dado por um tiro de peça colocada no Morro do Castelo e pelo sino grande da igreja de São Francisco de Paula, assim como pelo sino maior da igreja Matriz da Freguesia onde ocorresse o sinistro. As freguesias eram Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita, Santana, Engenho Velho, Santo Antônio, Glória e Lagoa. "A pessoa que primeiro desse aviso de incêndio à autoridade, posto de bomba ou corpo de guarda mais próximo tinha direito a uma gratificação pecuniária.

- "Na hora do sinistro fazia-se requisição de veículos, pipas d'água, archotes, e ferramentas necessárias para o serviço. De tudo a polícia depois indenizava os

respectivos proprietários. Cada morador das ruas por onde tivesse de andar os bombeiros em serviço noturno era obrigado a por luzes às janelas para clarear o trânsito. O dono da primeira pipa d'água que se apresentava ao lugar do incêndio era premiado com 20\$ pelo cofre da câmara" (1).

– A 30 de abril de 1860 foi aprovado um Regulamento pelo qual o corpo formou duas seções e 10 postos auxiliares. Em 1861 passou para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1865 recebeu a primeira bomba a vapor, e em 1866 iniciou-se a tração das viaturas por muares, sendo as ordens de ataque ao fogo dadas por meio de toques de corneta em vez de apito.

– Em 1878 instalou-se o primeiro circuito de avisadores de incêndio com 12 aparelhos, vindo a seguir o segundo circuito.

– Os seus oficiais tiveram graduações militares pelo Decreto 7.766, de 10 de julho de 1880, sendo o Corpo elevado a 300 homens.

– Pelo Regulamento de 17 de dezembro de 1881, alterado pelo de número 3.169 de 1883, os oficiais do Exército empregados no Corpo de Bombeiros passaram a contar o tempo para todos os efeitos como se estivessem em comissão do Ministério da Guerra.

– Em 1892 voltou de novo o Corpo à jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a que pertencera na sua fundação.

– Pelo Regulamento 2.224, de 2 de janeiro de 1896 foi decidido que o governo, em caso de guerra, podia empregar o Corpo de Bombeiros da Capital Federal como corpo de sapadores e pontoneiros, tomando-se as devidas providências.

– Em 1912 o serviço de tração animal das viaturas foi substituído por automóveis adquiridos na Inglaterra e foi também criada a Escola Regimental.

– Seu efetivo, sempre aumentado acompanha o desenvolvimento da cidade e atinge pelo Regulamento de 31 de dezembro de 1921, 1.064 homens.

– Antigos uniformes e distintivos. O uniforme em 1856 era simples, diz o decreto de sua fundação. O diretor geral, em ato de serviço, usava de um penacho vermelho no capacete e uma faixa a tiracolo, amarela no centro e vermelha dos lados; o ajudante, quando não fizesse às vezes do diretor, de faixa metade amarela e metade vermelha; os comandantes, de um cinto largo vermelho, e os chefes de turma de um ângulo vermelho no braço.

– Em 1860 o fardamento compunha-se de jaqueta de pano azul com vivos encarnados, calças de pano azul ou de brim branco, gravata de couro envernizado, boné, capacete, capote, sapatos, etc., no capacete e boné, – C. B. – e o número nos dos auxiliares. Armamento: espada, pistola, cinturão e cartucheira.

– Em 1862 foi adotado o cinto ginástico e um porta-pistola. Pelo Decreto 8.304 de 29 de outubro de 1881, surgiu o primeiro grande Plano de Uniformes, sendo então adotado o capacete de couro da Rússia com duas palas tendo na frente um semicírculo de couro branco com o dístico – Corpo de Bombeiros – em relevo, e mais o emblema do

corpo, tudo de metal dourado, capacete que veio até há pouco tempo. Oficiais, sobrecasaca, e para o serviço de incêndio, botas altas. Em 1894 o uniforme dos oficiais foi completado, em grande gala, com as dragonas e chapéu armado; em 2º uniforme, dólmã com pestanas e gola de veludo azul e quepe. O distintivo é composto de machados, tocha e mangueiras; os ferradores, maquinistas, telegrafistas, cocheiros e corneta-mor, seus distintivos próprios. Em 1896 o quepe é usado com penacho e entra em moda as polainas brancas.

– Em São Paulo, o serviço de bombeiros teve início em 10 de março de 1880, data em que foi organizada uma seção de bombeiros anexa à companhia de urbanos da capital.

– Companhia de Bombeiros na Artilharia, vide Artilharia.

BOMBO, s. m. – Instrumento de música (pancadaria). Tambor muito grande de som baixo. (Também chamado zabumba).

– O bombo foi introduzido na Europa pelos turcos no século XVIII. Primitivamente fazia parte da banda de tambores. Ainda hoje em alguns exércitos da Europa é ele usado com os tambores.

– Figura na Tabela do Instrumental de 3 de setembro de 1824, para a infantaria e a artilharia a pé, junto com as caixas de rufo e os pífanos; na de 1873, "bombo pronto com coroa imperial".

– Um bombo de forma cilíndrica, posto horizontalmente, aparece na estampa de Debret (nº 38) que representa a Aclamação de D. João VI; o mesmo tipo de instrumento se vê em um leque do tempo de Dom Pedro I, com cena militar. (Col. Galeno Martins, Rio).

BONÉ, s. m. – Cobertura da cabeça para homem. Peça do fardamento; cobertura redonda e baixa com ou sem pala, ou alta e quadrada: boné redondo. (Formação francesa *Bonnet*)

– A partir dos meados do governo de D. Pedro I entra em uso a palavra – bonet – para classificar especialmente o barrete redondo e também algumas vezes o típico barrete quadrado ou comprido, como se lê no Livro-Mestre do 7º Batalhão de Caçadores de São Paulo, 1826, existente na Biblioteca Nacional. (Vide Barrete.)

– Boné Redondo com ou sem Pala. Entre as variantes do boné redondo, nota-se o de copa com armação; copa que ficava pendente de lado (1). O boné redondo não era então novidade, pois estava em uso na Prússia desde o começo do século. Entre os bonés redondos com pala alguns se aproximam do boné modernamente estabelecido sob o nome de "boné americano".

– O uso do boné redondo foi mantido por longos anos, tanto para oficiais como para soldados. Os Guardas Municipais Permanentes adotaram-no em 1831. No Exército os

batalhões de caçadores e os corpos fixos tiveram-no, de 1842 em diante. Para os soldados dos corpos a pé, a jugular de couro passava sobre a copa. Os oficiais do Estado-Maior e os Engenheiros usaram esta cobertura contornada de um vivo branco e de um galão.

- Com um galão largo foi peculiar dos oficiais da Guarda Nacional. Na Tabela de 1848 consta para o 1º Regimento de Cavalaria (juntamente com o boné de oleado). Em 1852 passou a ser usado pelos soldados da Artilharia a cavalo.

- Boné Quadrado ou Comprido. É o boné de polícia, conhecido na França, no século XVIII, sob o nome de *pokalem*.

- Em Portugal e no Brasil entra em uso desde os últimos anos do século XVIII, sob o nome de barrete; foi peça de serviço nos corpos a pé e na artilharia em geral. No Decreto de 7 de agosto de 1852, sob o nome de "bonete", tem ele, para os fuzileiros os seguintes característicos: de pano da cor e qualidade da sobrecasaca debruado de oleado na parte inferior. Altura 7 ½ polegadas. Talhado de forma que, posto na cabeça e visto de lado, se apresenta proximamente quadrado pelo que terá a proporção em cada lado de 10 polegadas na parte inferior e 8 na superior. Saco triangular pendente ao lado direito, com 3 polegadas. Borla de lã com 2 ½ polegadas de comprimento. A lista sem recortes e a ¾ da altura do boné será de pano da cor da gola ou canhão, de uma polegada de largura. Os vivos de cordão de lã, e o número do corpo na frente. É ele então reservado para a artilharia a pé e fuzileiros. Tanto o redondo como o quadrado fora substituídos pelo boné cônico em 1856.

- Pelo Plano de Uniforme aprovado a 28 de fevereiro de 1866 volta ao uso com o nome de boné de pano, formando dois bicos e tendo a borla na frente. Para a Artilharia é de cor carmesim com abas azul ferrete, vivos e borla pretos e na frente uma granada de pano amarelo. Para a Infantaria é todo azul ferrete com borla da mesma cor e vivos vermelhos, estrela de pano amarelo na frente. Para os caçadores (a pé), todo azul ferrete, borla da mesma cor e vivos amarelos, corneta e pano amarelo. Toma o nome de gorro pelo Aviso de 29 de maio de 1871 que adotou para ele a capa de brim branco. (vide Gorro).

- Boné cônico. Entra este gênero de boné em nossos usos por volta de 1850. Dele houve uma grande variedade não só nas medidas e forma como nas cores. Foi adotado para o pequeno uniforme pelos oficiais de fuzileiros; na artilharia em geral; nos 1º, 2º e 3º Regimento de Cavalaria (oficiais e soldados); pelos caçadores e pelos músicos. Sua descrição no Decreto de 7 de agosto de 1852 é a seguinte - para os oficiais de fuzileiros: de pano da cor e qualidade da sobrecasaca e avivado de encarnado. De forma cônica, a pala horizontal de couro envernizado de duas polegadas, com sua virola de metal dourado. Copa circular, regulando aproximadamente o seu diâmetro 1/3 menos da roda da cabeça. Altura 4 polegadas. Listra de pano da cor, conforme o corpo, de uma polegada de largura. Correia de couro envernizado de branco com uma passadeira de metal

dourado, presa por dois botões pequenos do uniforme. O número do corpo entre duas palmas sustentando uma coroa, sobre a listra. Em 1855 foi determinado o seu uso no Batalhão de Engenheiros, então criado. Em 8 de março de 1856 foi determinado que todos os bonés de antigos modelos ainda existente no Exército fossem substituídos pelo cônico, passando então os dos oficiais a ter um galão de polegada na cinta.

– Pelo Álbum Lécór, de 1858, e figurinos avulsos da Biblioteca Nacional, vê-se que os músicos usaram então um boné cônico de fantasia, para pequeno uniforme, com lira, de galão e virola de prata, tampo de cor vermelha e de cada lado uma listra vertical que se alargava para cima.

– O boné cônico foi muito usado na Guarda Nacional, nos Corpos de Voluntários da Pátria, Escola Militar e polícias provinciais. Durante a Guerra do Paraguai foi-lhe aplicado, por alguns corpos, uma capa branca. Durante esta campanha os oficiais-generais adotaram o boné cônico com bordados dourados na cinta e trança nos quartos. Depois de 1870 toma o boné cônico uma forma mais baixa, entrando então em moda o boné à cavaignac.

– Boné de oleado ou de couro envernizado. A Cavalaria teve em tempos passados predileção por boné de couro, já a Lei Portuguesa de 19 de maio de 1806 determinara para ela "um barrete de carneira com uma pequena chapa amarela com nº da companhia".

– O 1º Regimento de Cavalaria do Exército usou de um boné cônico de oleado ou couro envernizado, com escamas, virola na pala, número e coroa, uso que teve início, provavelmente na Maioridade e que foi mantido pelos seus oficiais até o fim do Império e pelos soldados até 1875, quando, adotou o novo padrão de boné de couro determinado para todo Exército. O Aviso de 28 de março de 1878 recomenda que os oficiais de 1º Regimento de Cavalaria continuem usando o boné de oleado.

– Boné deste mesmo tipo (de oleado com escamas e virola na pala) foi usado pelos oficiais do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da Côrte, conforme figurinos de 1852.

– Um boné de oleado com vivos encarnados, da mesma matéria, foi adotado para as praças da Polícia Militar de São Paulo, na reorganização de 1892, em substituição ao antigo boné de couro.

– Boné de Gorra. Teve este nome um boné de antiga origem, cilíndrico e de gorra comprida pendente à direita. Usou-o os 2º, 3º e 4º Regimentos de Cavalaria, passando a ser mantido somente para o 4º, no Plano Geral de 7 de agosto de 1852, que o descreve da seguinte maneira: de couro envernizado e forma cilíndrica, de 5 polegadas de altura. A gorra pendente do lado direito de pano encarnado, terminando pontiagudo sem frisos, nem pregas na extremidade à qual será presa uma borla de couro, que não descerá da linha do ombro; vivo de cordão de ouro; correia posta em diagonal sobre a copa na frente, abotoada ali por um pequeno botão. Na frente o número do corpo. Os soldados tinham a borla e os vivos amarelos. Para o 5º Regimento de Cavalaria, criado a 30 de

dezembro de 1852, foi determinando, em 15 de junho de 1854, o uso deste boné sendo a gorra e os vivos encarnados.

- O 11º de Voluntários da Pátria, de Pernambuco, que marchou para a campanha em 1865, levou um boné deste tipo, com pala, a gorra formada de listas verdes e amarelas e a borla das mesmas cores, boné que foi mudado no ano seguinte por outro tipo (2). A banda de música da Escola Militar adotou em 1881 este mesmo gênero de boné para as formaturas: todo encarnado, com listra amarela e sem pala. Não foram, porém os únicos, pois o Corpo Policial da Província do Paraná teve em certa época um boné parecido com o do 11º de Voluntários (3).

- Boné à Cavaignac. A denominação - à cavaignac - para o boné cônico de pouca altura entra em uso, provavelmente, por lembrar o tipo de boné usado pelo general francês Louis Eugène Cavaignac, grande militar na campanha da Argélia e depois chefe do executivo francês nos agitados dias de 1848; o que não é para admirar, pois Cavaignac, falecido em 1857, deixara um nome de ressonância universal pelas paixões que a política criara.

- Esta denominação surge pela primeira vez no Plano de 12 de março de 1859 para a Guarda Nacional; no Exército ela passa a indicar especialmente os bonés cônicos com trancelins dourados, na cinta, indicativos do posto (um para alferes ou 2º tenente, dois para tenente ou 1º tenente, três para capitão, etc.) Estes trancelins foram depois estabelecidos oficialmente para Artilharia em 28 de agosto de 1872 e para todas as Armas a 22 de fevereiro de 1873.

- A descrição do boné à cavaignac foi feita pela primeira vez no Exército pelo Decreto de 2 de maio de 1874, para os oficiais dos Corpos Especiais, da seguinte forma: "Boné à cavaignac de pano azul ferrete escuro, com 0,065m de altura na frente, e pala sem virola com 0,025m de comprimento no centro; a cinta será circulado de tantos trancelins de ouro de 0,004m de largura quantos forem necessários para indicar as patentes, como já se acha adotado; o barbicacho de cordão de ouro com 0,002m de diâmetro; uma esfera bordada de 0,003m de diâmetro e colocada na frente a cima da cinta". Em 1881 é descrito também para os oficiais-generais e Escola Militar (que já usavam). Note-se que na última década do regime imperial o boné já não é tão baixo e nem tão curta a pala. Em 1880 foi permitido usá-lo com capa branca ou de oleado.

- Em 1883 passa a ser, nos corpos, peça de formatura em vista da supressão de todas as barretinas de gala. Para os oficiais honorários o uso do boné à cavaignac foi mantido no Decreto de 11 de junho de 1894. Nos últimos anos do Império surge um novo boné: o boné de formatura. Para os oficiais é todo azul ferrete com trancelim dourado nos quartos e os da graduação na listra. O emblema compõe-se de dois ramos e uma coroa, e no centro armas cruzadas e número. Acompanha um uniforme todo azul ferrete, sem um vivo sequer, exagero que demonstra uma nova mentalidade ou decadência nos uniformes. O interessante do caso é que o boné com vivos e listra de cor

e o uniforme avivado, são destinados ao uso diário, serviços de quartel, campanha, etc., o que não deixa de ser um contra-senso. Para os soldados, em todas as armas, o boné de formatura é inteiramente azul ferrete, com o mesmo emblema dos oficiais, porém, ladeado de duas bandeiras pequenas. Em pequeno uniforme continuam usando o boné de couro. Proclamada a República, foi o boné de formatura substituído em 1890 por um capacete, e o do pequeno uniforme, pelo quepe.

- Boné de Couro. Por Decisão de 29 de novembro de 1875, assinada pelo Duque de Caxias, é criado, para uso dos soldados de todas as Armas do Exército um boné de couro, que substitui no uso diário e serviço, todos os bonés de pano existentes. Tem a forma cônica, com um respiradouro de cada lado e um na parte posterior, pala reta guarnecida de virola, jugular de couro preto, número, emblema e uma coroa na frente. Este boné foi provavelmente inspirado num dos bonés de couro usados pelos soldados paraguaios. Sobre ele diz o tenente Mello de Oliveira na Revista do Exército, de 1882: "o atual boné de sola, além de feio, brutal, é anti-higiênico por excelência, não é mais do que um arremedo em miniatura do boné de couro do Paraguai, e um anacronismo a juntar à gravata de sola".

- Foi substituído pelo gorro de dois bicos em 28 de novembro de 1889, mantendo-se ainda em algumas forças policiais por alguns anos.

- Um boné de couro, de forma especial, foi usado pelos oficiais dos corpos a pé da Guarda Nacional pelo Plano de 1852. De forma cônica invertida, tinha 4 botões pequenos de cada lado.

- Boné Americano. Pelo Decreto 11.803, de 1º de dezembro de 1915 é criado um novo boné para os oficiais da Brigada Policial do Distrito Federal. Trata-se boné então em evidência devido a Grande Guerra e que começa a se difundir na América do Sul, conforme o modelo inglês ou americano do norte. Originário da Europa Central e Oriental, não é mais do que a modernização do "boné redondo com pala" usado entre nós até 1856.

- O modelo estabelecido pela Polícia do Distrito Federal, tem cinta garança contornada de dois galões estreitos, copa azul mescla, pala de couro preto, jugular branca, tope nacional, emblema da arma em metal branco. Em 1916 seu uso foi estendido aos soldados da polícia e, para os oficiais surge mais um, com a copa azul natier, para acompanhar um uniforme desta cor então criado para o serviço.

- O Exército, por sua vez, cuida da sua adoção, substituindo, a 19 de janeiro de 1916 o gorro com pala de 1908, pela nova cobertura que recebe o nome de "boné americano". Para os oficiais-generais: copa de brim branco ou flanela cáqui e cinta bordada a ouro; em pequeno uniforme, copa de brim cáqui, cinta de gorgorão castanho e sem bordados. A pala e jugular são de couro cor natural; na frente as estrelas de graduação e acima delas as armas federais em metal oxidado. Para os oficiais dos corpos arregimentados têm eles as mesmas copas e a cinta de gorgorão castanho, com as armas

federais. Para os soldados a copa é de brim cáqui e o emblema é o da arma. Na formatura de 7 de setembro de 1917, toda a tropa apresentou-se de boné americano de cinta garança e copa de brim branco, ajustando-se nele o penacho – numa evidente impropriedade.

– Em 1919, no Plano de Uniforme dos oficiais aviadores o boné tem cinta castanha escura e copa verde-oliva. Para o uniforme facultativo dos oficiais (casaca) foi adotado em 1920 um boné com copa preta e cinta azul ferrete em lugar do antigo chapéu armado.

– Pelo Decreto 15.501 de 1922, a cinta gorgorão do boné dos soldados é substituída por outra de pano da cor verde do capote e a pala passa a ser de oleado castanho em lugar de couro. Em novo Plano Geral aprovado pelo Decreto 16.085 de 1923, é estabelecido para ao 1º, 2º e 4º uniformes dos oficiais um boné com cinta de veludo preto guarnecida de dois galões estreitos, pala e jugular pretas, copa de flanela branca com vivo preto, emblema da arma dourado. Para o 3º uniforme tem ele copa da cor da túnica com vivo garança. Para o 5º a copa é de flanela cáqui, continuando no 6º, o boné em uso.

– Por volta de 1925 novas modificações são introduzidas nos bonés dos 4º, 5º e 6º uniformes dos oficiais. O da Infantaria passa a ter cinta azul ferrete; o da Artilharia, ultramar; o da Engenharia, preta, o do Corpo de Saúde, vinho. Todos com copa de flanela cáqui, tope nacional, jugular dourada, emblema da arma em prata e a pala preta. Faz exceção o da Cavalaria no seguinte: a copa é de pano mescla e a cinta de celulóide branco, e jugular também branca.

– Pelo Plano Geral de 1931, que renovou totalmente os uniformes, distintivos, cores, etc., o boné passa a ter a copa de garbadine cinza escura, cinta de veludo cinza claro, pala de fibra de jugular de celulóide, pretos. Alguns anos depois a cinta passou a ser também de celulóide voltando mais tarde à garbadine; a pala e a jugular tomam a cor cinza. Para os uniformes verdes criou-se também o boné de pano desta cor. Como emblema foi criado um cocar elíptico, que mais tarde é contornado de ramagem em metal, e atualmente, ramagem bordada. A arma é indicada pela cor de um tope, etc.

– Vide Barretina, Gorro, Quepe.

BONECA, s. f. – Brinquedo de criança com forma humana. Tampa de madeira que se põe na boca das armas de fogo para evitar a umidade no interior do cano. Parte recurva do rabicho, por onde passa a calda do animal.

BORDADO, s. m. – Obra de bordadura. Ornato ou lavor feito à agulha sobre o pano ou outro tecido, com fios geralmente de seda, ouro ou prata.

– É também designado nas leis militares sob o nome de bordadura. Somente aos oficiais-generais o uso determina bordados à ouro como distintivo de classe e de posto e que são as ramagens de carvalho. Pelo Plano de 1823, os oficiais de Estado-Maior e Engenheiros tiveram também distintivos de classe e de especialidade bordados à ouro na

gola e canhões das fardas, uso que perdurou até 1858; os oficiais arregimentados e os não combatentes nunca tiveram enfeites bordados, mas apenas os seus galões e os emblemas das armas ou serviços, em respeito ao princípio de que dentro de um corpo o uniforme do oficial deve ser igual ao do soldado, diferenciando-se na qualidade do pano e nos distintivos de postos.

– Pelo Decreto 22.817, de 12 de julho de 1933, que completou o de 1931, foi aprovado o 1º uniforme dos oficiais do Exército, no qual a gola e os canhões são guarnecidos de bordados; e para os oficiais-generais e oficiais superiores, pala de pano no boné com ramagens bordados a ouro.

– Guarda Nacional. Os oficiais dos Comandos Superiores tiveram ramagens de cafeeiro e tabaco bordados nos canhões e golas do 1º uniforme. Tabela de 14 de agosto de 1851; figurinos do Decreto 868 de 19 de novembro de 1851; Decreto 957 e 1034, de 1852.

– Abolidos pelo Plano de 12 de fevereiro de 1906.

– Vide Estado-Maior, General.

BORDADURA, s. f. – Ação de bordar. Ornato ou cercadura bordada.

BORQUINHOTA, s. f. – Capacete sem viseira, usado até o século XVII. (Formação francesa *Bourguignotte*)

– A borquinhota (diz-se também norguinhona e borgonhesa) é uma espécie de celada criada pelos borgonheses no século XV e usada até o século XVII, porém, tendo o rosto descoberto. Não tem viseira movediça e é munida de duas faceiras presas por dobradiças que protegem os lados do rosto; o casco protegia também a nuca e algumas tinham o nasal – tira de ferro vertical preservando o nariz. Foi muito usada em Portugal no século XV. Foi cobertura própria dos homens a pé e tornou-se, com o morrião, o casco preferido dos piqueiros no século XVII.

BORLA, s. f. – Ornamento de passamanaria, composto geralmente de uma pêra com botão e remate, de onde pende franjas de seda, algodão, lã, ouro ou prata. O barrete doutoral que tem a forma de uma borla.

– É usado na indumentária militar rematando os cordões dos fiadores; antigamente, nos cordões das barretinas e nas bandas, assim como nas gorras, bonés quadrados e nos cordões da bandeira. Acompanham sempre na qualidade ou na cor as características de posto ou do corpo.

– Borla doutoral. A borla, cobertura que acompanha a beca e o capelo no traje solene dos doutores em direito, nos dos de medicina, etc., tem origem no barrete rematado por uma borla usado na Idade Média. Na sua forma atual a borla desenvolveu suas franjas, cobrindo inteiramente o barrete. Nesta forma é usada na Península Ibérica,

com ligeiras diferenças entre o modelo português, seguido no Brasil, e o modelo espanhol mantido em países de língua espanhola.

– Vide Banda, Fiador.

BORNAL, s. m. – Peça do equipamento militar. Espécie de saco de brim servindo para conduzir, à tiracolo, munição de boca. Compõe-se de aba com duas casas para botões, fundo, lados, e tira de pano presa pelas extremidades aos lados do saco. Modernamente é usado bernal de lona verde claro preso ao suspensório, no equipamento militar.

– Bernal para milho, peça do arreamento para a Cavalaria. Decreto de 21 de fevereiro de 1902.

BORNEAR, v. tr. – (Artilharia, Antigo) – Mover horizontalmente (a peça) para a por em pontaria.

BORRAINA, s. f. – O enchimento dos arções dianteiros e traseiros das selas pela parte interior.

BORZEGUIM, s. m. – Calçado antigo que cobria o pé e metade da perna. Calçado moderno que vai até o tornozelo e preso com cordões; botina. (Formação antigo flamenco Brozekim)

– Borzeguins brancos foram adotados no Exército, para o 4º uniforme (branco), pelo Plano 7.201, de 1908.

– Borzeguins de couro preto lustroso, sem enfeites estão em uso no Exército desde 1918, mais ou menos, quando se generalizou o uso das perneiras pretas.

– Borzeguins de bezerro preto, sistema napolitano, com sola dupla, ponteados, tendo duas ordens de pregos salientes no salto e amarrados com cordões de couro, foram adotados na Força Pública de São Paulo, por Decreto de 27 de janeiro de 1914, sendo que para a Cavalaria e Bombeiros, não tinham pregos (1).

BOTA s. f. – Calçado ordinariamente de cabedal que cobre o pé e parte da perna. Botas de água, impermeáveis, cujo cano cobre a coxa. (Formação baixo latim Botta)

– No século XVI, foram as botas, em geral, altas e colantes. A partir de 1600 inúmeros tipos de botas entraram em moda, desde a bota alta, rígida e pesada até a bota caída de canhão largo guarnecido de renda. Eram geralmente de cor clara, cinzenta, amarelas, etc. No século XVIII, a elegância do traje e as boas maneiras acabaram com os exageros nesta parte do vestuário, e as botas grossas e rígidas foram abolidas em 1750. Usou-se ainda na Cavalaria, modelos de botas com grandes canhões, mas depois de 1760 tomam forma discreta e antes colantes e flexíveis que pesadas. Nos fins do século

entra em uso a bota preta com um pequeno canhão revirado, por vezes de couro cor natural.

– A portaria de 23 de outubro de 1753, mandou dar, em Portugal, "botas de água" aos Regimentos de Dragões do Exército.

– No século XIX, no Brasil, foram suprimidas dos corpos montados a partir de 1815, mais ou menos, continuando, contudo, a serem usadas pelos oficiais, que, na Regência, as deixaram inteiramente. Não constam em figurinos ou planos de uniforme até a Guerra do Paraguai. O Plano Geral de 1852 é categórico nesse particular, não figurando nem para os oficiais-generais, nem para os oficiais e praças montados, pois as calças têm presilhas e as esporas estão presas às botinas. Contudo, em campanha, como na de Rosas e na do Uruguai foram as botas toleradas, extra-oficialmente.

– O Regimento de Artilharia a cavalo aquartelado no Rio Grande do Sul, por ter usado botas em campanha, foi apelidado "Boi de botas". Na Guerra do Paraguai seu uso foi permitido pelo Plano de 1866.

– Depois de 1870 foram adotados para as praças de pré montadas dos corpos do Sul, canos de botas com presilhas laterais. Em 1876, este tipo de perneira tornou-se extensivo a todos os Corpos de Cavalaria, tendo os oficiais botas; sendo que em 1881, todos os oficiais montados dos corpos a pé passaram a usá-las também. Em 1883, foi resolvido novamente que só a Cavalaria do Rio Grande do Sul usasse perneiras.

– Em 1884 suprimiram-se as botas no grande uniforme dos oficiais de Cavalaria, decisão revogada em 1885.

– Na República tem se usado botas, meias-botas, perneiras e canos de botas.

– As meias-botas de que tratam os Planos de Uniformes baixados pelos Decretos 21, de 28 de novembro de 1889 e 1.729-A, de 1894, foram substituídos por botinas inteiriças de bezerro ou verniz. Decreto 1.903, de 1894.

– Antiga pragmática militar determina que somente oficiais dos corpos montados, capitães e oficiais superiores dos corpos a pé, podem usar botas e esporas.

– Botas tipo Intendência da Guerra. Aviso 770, de 1935.

BOTAFOGO, s. m. – (Artigo) – Pau ou haste que tem na ponta um pedaço de morrão para lançar fogo à espoleta no ouvido da peça.

– Os foguetes de guerra eram acesos por meio de cabos de vela, serpentina e morrão, contudo para o foguete de cauda central foi usado o bota-fogo Faustin, aparelho composto de um tubo longo e fino contendo no seu interior uma longa agulha rugosa que, impelida por uma mola, depois de disparar um gatilho, ia ferir a espoleta fulminante determinando a inflamação do foguete.

– Vide Porta-Morrão, Vela.

BOTÃO, s. m. – Pequeno corpo proeminente ovóide ou cônico que rebenta na axila, nas folhas ou na extremidade dos ramos de uma planta, contendo os rudimentos das hastes, das folhas ou dos órgãos da frutificação. Pequena peça de qualquer matéria, ordinariamente arredondada que serve para prender duas partes de uma veste, entrando em abertura especial, chamada botoeira ou casa, ou em uma azelha (os botões também se empregam como ornatos). (Formação raiz sânscrita *Bhut*)

– Regulando o fornecimento de materiais para os uniformes, recomenda o Alvará de 24 de março de 1764 que os botões não sejam "de casquinha, nem de estanho mole, mas sim de metal duro, que competir ao uniforme; chatos e fundidos de sorte que os pés deles sejam sempre seguros; formando um anel pelo qual possa passar sem impedimento um cordão, que os segure todos juntamente de modo que possam durar não só os dois anos que tem por termo o grande fardamento, mas até mudar de um uniforme vencido para outro que se seguir, se necessário for."

– Até 1806, cada regimento ou unidade tinha os botões de seus uniformes conforme o metal nele adotado, assim eram eles brancos ou amarelos. Conforme a qualidade era chamada "botões de metal de caroço" e "botões de marca de osso engrolados."

– A partir do Plano Geral de Uniformes de 1806, ficaram assentados botões de metal amarelo para 1ª Linha e Ordenanças, e de metal branco para as Milícias, acompanhando assim os respectivos metais, fazendo exceção, nesta linha, os Henriques que usavam metal e botões amarelos, por terem a farda branca.

– Para os oficiais eram os botões de metal dourado ou prateado, e para os soldados, de metal amarelo ou branco, polidos. Renovavam-se pela terça parte em cada fardamento conforme a Tabela de 29 de março de 1810.

– Depois da Independência os botões para os oficiais firmaram-se, os grandes em 7 linhas de diâmetro, e os pequenos em 5, convexos, dourados, com fundo fosco e orla brumida; os dos oficiais-generais coroa imperial no centro e orla com estrelas. Para os outros oficiais a orla era lisa, tendo os do Estado-Maior, uma coroa no centro; os do Corpo de Engenheiros, castelo e coroa (o que também foi usado mais tarde no Batalhão de Engenheiros). A Artilharia tinha nos botões uma granada em chamas e com o número ordinal. Os fuzileiros, artífices, cavalaria, corpos fixos e pedestres, botões com o número, simplesmente. Para o Depósito da Côrte, eram lisos. Os caçadores tiveram botões pretos, de massa, desde o Reino Unido até 1842 mais ou menos, quando passaram a usar, até 1866, botões de bronze com o número do corpo em metal amarelo.

– Nas jaquetas e fardetas usou-se no primeiro reinado botões minúsculos de bronze, latão, chamados "botão de guizo", "botão de unha," assim como em massa preta ou "marca de osso".

– Nas fardetas, blusas e camisolas de brim dos soldados, eram os botões pretos, de massa, ou brancos, de osso. Os botões de latão com número foram substituídos por botões lisos, convexos e polidos por Aviso de 24 de fevereiro de 1862.

– Os músicos tiveram desde o segundo reinado botões de metal branco com o número do corpo em metal amarelo, o qual foi substituído depois pela lira.

– Depois da Proclamação da República os botões dos oficiais se fixaram nas medidas seguintes: 0,020m de diâmetro os grandes; 0,014 os médios e 0,010, os pequenos; todos com fundo fosco granitado e orla com 21 estrelas tendo no centro o emblema da arma ou serviço; os oficiais-generais as armas federais. Para as praças continuam em latão, inteiramente lisos.

– Em 1908 foi generalizado o uso de botões pretos para os uniformes cáqui e mescla. O da flanela cáqui dos oficiais passou a tê-los dourados em 1909.

– Pelo Decreto de 4 de dezembro de 1931, os botões grandes passam a ter 22mm de diâmetro e os pequenos 15, sendo mantido o uso das 21 estrelas distintivo da arma, etc. Para os sargentos, cabos e soldados, são os botões do mesmo modelo dos oficiais, porém oxidados ou de bacalite. Alterado, de convexo para chato com o Cruzeiro do Sul rodeado de uma cercadura com 21 estrelas para todas as praças, e sargentos, inclusive. Boletim do Exército 114, de 1932.

– Os oficiais da Guarda Nacional tiveram, durante o Império, botões com a cifra P. 2º I, e coroa.

BOTA-SELA, s. f. – (Militar) – Ordem em sinal transmitido pelo clarim para a Cavalaria selar e arreiar os cavalos.

– Toque de Cavalaria para a por pronta a montar. Instruções Geral de 1762, art. 7º.

BOTICA, s. f. – (Antigo) – Estabelecimento de preparo e venda de medicamentos. Farmácia. (Formação latina *Apotteca*)

– A botica do Hospital Militar do Rio de Janeiro foi criada por Decreto de 21 de maio de 1808. Depois de 1850 as boticas tomaram o nome de farmácias (1).

BOTICÁRIO, s. m. – O que administra uma botica; o que prepara os remédios e avia as receitas; farmacêutico.

– Tinham os boticários civis, antigamente, seus estatutos nos Regimentos do Físico-mor do Reino, e os boticários dos hospitais militares nos do Físico-mor do Exército.

– O Alvará de 7 de agosto de 1797 que estabeleceu o regulamento econômico para os Hospitais Militares, determinou, nos títulos XII e XIII, que os boticários das diferentes classes, empregados no Exército, recebessem e executassem as ordens do Físico-mor não somente para o serviço das boticas como para o depósito, e que os boticários de qualquer hospital volante não se separassem jamais senão no caso de uma subdivisão necessária, acompanhando sempre nas marchas os caixões em que se transportarem os remédios e mais pertences da botica volante. Deviam fazer colheita e secagem de plantas em tempo próprio, para o que faziam digressão botânica nas estações mais favoráveis. Nenhum

farmacêutico poderia aspirar ao lugar de primeiro boticário de hospital fixo, sem ter um estabelecimento no lugar da sua residência. (Posteriormente foi proibido ter estabelecimento ou botica). Pelo mesmo Alvará foi criado o primeiro Boticário do Exército para fazer às vezes do Físico-mor em sua ausência.

– O Alvará de 27 de março de 1805, deu novo Regulamento aos Hospitais Militares tratando dos Boticários e praticantes de Farmácia no Título VI, marcando seus estatutos, deveres, etc. O Artigo I determinou que haveria duas classes de praticantes de farmácia, ou praticantes ordinários e voluntários, todos debaixo das ordens imediatas do Físico-Mor do Exército. Os praticantes tomaram o nome de ajudante de botica pelo Alvará de 16 de junho de 1816, não tendo os boticários graduação militar (2).

– A denominação de boticário foi substituída pela de farmacêutico no Regimento para o Corpo de Saúde do Exército aprovado pelo Decreto 1.900, de 7 de março de 1857.

– Vide Farmacêutico, Físico.

BOTIFARRA, s. f. – Bota curta e justa, usada pelos oficiais nos tempos de D. Maria I e de D. João VI. Alguns léxicos dão-na como sendo bota alta.

– Calçado característico dos hussardos húngaros e alemães do século XVIII e que entrou em moda na Europa, sobretudo nos corpos montados dos exércitos de Napoleão I.

– Consistia a botifarra numa bota curta, colante com uma borla pendente do recorte da frente. A Lei de 19 de maio de 1806 oficializou-a em Portugal para os oficiais em geral e tambores-mores.

BOTIM, s. m. – Bota de cano baixo. Calçado inteiriço que vai até o tornozelo e ordinariamente com elástico (usado geralmente no plural).

– Foi o calçado usado no Brasil durante o Império pelos oficiais-generais e outros oficiais montados, ficando sob a calça de presilhas e com espora ou salteira.

BOTINA, s. f. – Calçado mais alto que o sapato e preso por botões ou cordões. (Botina e borzeguim indicam hoje um mesmo tipo de calçado) (Formação francesa Bottine)

– O uso de "um novo tipo de calçado" foi introduzido no Exército em 1861, dispensando o uso das polainas; trata-se, provavelmente de botinas de elástico, que mais tarde, em 1881, foram distribuídas a todos os corpos. Pelas Tabelas posteriores a 1890, os alunos da Escola Militar, oficiais inferiores e outros, recebem botinas lisas de couro de bezerro.

– Botinas de couro amarelo e de verniz preto foram distribuídas no Colégio Militar, conforme o Decreto 750 de 1892. De couro amarelo, passou a ser obrigatória para os oficiais em 5º uniforme, pelo Plano de 1908, continuando o seu uso com o uniforme

cáqui, com ou sem perneira da mesma cor, pelo Aviso de 30 de setembro de 1914, sendo também permitido na Escola Militar.

– Botinas e sapatos de verniz preto são usados hoje pelos oficiais nos primeiros uniformes.

– Vide Sapato.

BOX, s. m. – O jogo do murro, à inglesa. Armadura de metal que se enfia nos dedos e serve para dar socos. Cada um dos repartimentos de uma cavalaria. (Sua formação é palavra inglesa).

BRAÇADEIRA, s. f. – Correia que se usava pela parte interior do escudo para enfiar o braço. Virola de metal que segura o cano da espingarda a coronha. Em geral todo o anilha ou qualquer chapa metálica que abraça duas ou mais peças para as conservar juntas. Tira de pano usada em torno do braço, servindo de distintivo.

– As do serviço sanitário é uma faixa amarela, tendo a cruz vermelha em fundo branco, conforme a Convenção de Genebra. (M. F. A.)

– Na Força Pública de São Paulo, pelo Plano de 1906 (Missão Francesa) foi adotada uma braçadeira no braço esquerdo para os oficiais do Estado-Maior e ajudantes. Era de seda vermelha contornada de galão fino dourado e com uma esfera dentro de um círculo, bordados a ouro.

– Em 1908, pelo Decreto 7.201, ficou estabelecido o uso das seguintes braçadeiras de seda para os oficiais dos diversos Quartéis-Generais, em uniforme cáqui e quando sem alamares (no braço esquerdo): verde e amarelo para o Quartel-General do Exército; azul e verde com número romano em preto para os Quartéis-Generais dos exércitos; verde com número romano para o Quartel-General das Divisões e amarelo com os mesmos números para os Quartéis-Generais das Brigadas Estratégicas.

BRAÇAL, adj. – Pertencente ou relativo ao braço; feito a braços. – s. m. – Peça de armadura antiga que defendia o braço. (Também se dizia bracelone ou mangote; a do antebraço, cubiteira).

BRAGA, s. f. – Argola de ferro que cingia a parte inferior da perna do condenado a trabalhos forçados, prendendo a uma corrente de ferro atada à cintura do mesmo ou à argola de outro condenado. Cabo que serve para sustar o recuo de um canhão. Fortificação antiga semelhante à barbacã; caminho coberto em torno da escarpa para o lado da praça; falsa braga, segunda circunvalação junto à cortina, porém de menor altura e apoiada à contra-escarpa. (Formação latina *Bracca*)

– Na fortificação tinha por fim defender o fosso e o caminho coberto por fogos mais rasantes.

BRAGADO, adj. – Diz-se do animal que tem o pêlo das pernas de cor diferente da do resto do corpo.

BRAGAS, s. f. pl. – (Antigo) – Calças largas curtas ou compridas usadas pelos germanos, gauleses e outros povos bárbaros; Adotada pelos romanos, curta e colante (depois de Cesar). Calças largas e curtas. (Formação latina *Bracca*)

BRAGUILHA, s. f. – (Formação de Bragas) – Parte dianteira das bragas, calças, calções ou ceroulas em que se abotoam estas peças do vestuário. (Formação de *Bragas*)

– A braguilha era, no século XV, um reforço de pano no baixo ventre, postição e preso por cordões às calças colantes de tecido de malha; esta peça, já inútil no século XVI, devido ao aparecimento dos calções folgados, manteve-se, contudo, por força do hábito, e ainda mais, desenvolveu-se exageradamente tomando forma indecente, desaparecendo aos poucos na 2ª metade daquele século. Sem serventia real, era utilizada como bolsa. E visível nas estampas antigas representando civis ou *landsquenets*, e outros soldados do século XVI.

– Como peça da armadura, era uma chapa em bossa que cobria o baixo ventre e geralmente ficava coberta pela malha sendo presa a guarnição interna; raramente era usada à cavalo.

BRANCO, adj. – Que tem a cor da neve, da cal, do leite, etc.; alvo, cândido. Armas brancas. Vide *Armas*. Pálido, lívido. – s. m. – A cor branca, uma menina vertida de branco. (Formação alemã *Blank*)

– Uniformes de pano branco tiveram nos fins do século XVIII alguns corpos de auxiliares como o do Pará e os dos pretos forros, chamado de *Henriques*, e na 3ª Linha, o corpo de ordenanças de Cabo Frio. Muitos regimentos pagos ou de outras linhas usaram a cor branca como distintivo, nas golas, canhões, bandas, forros e véstias. No primeiro reinado é bastante conhecido o uniforme branco da Imperial Guarda de Honra.

– Durante o Império, até 1880, tiveram forros e vivos brancos os uniformes dos oficiais-generais (menos marechais), e até 1874, os dos oficiais do Corpo de Engenharia e do Estado-Maior de 1ª e 2ª classe (uso, aliás, vindo do Plano de 1806).

– As Milícias ou 2ª linha, também se distinguiram, depois de 1806 pelos galões e metais brancos; o que também ficou assentado para os oficiais honorários no começo do Império e mais tarde para as bandas de músicas.

– O branco como cor, nas golas e cancelas, distinguiu particularmente os 1º e 2º batalhões de fuzileiros, logo que foram criados em 1842; e, de 1842 até 1866, o 1º, na gola, e o 7º nos canhões e cancelas; todos os fuzileiros tinham forro branco nas abas das casacas, e os soldados, a franja das dragonas e os cordões da barretina.

– O Batalhão de Engenheiros, criado em 1856, usou durante muito tempo vivo branco nas platinas e no boné.

– A Escola Militar teve durante nove anos, de 1881 a 1890, o boné à cavaignac, guarnecido de vivo branco.

– Onde, porém, o vivo branco tem se conservado por mais tempo, sendo mesmo uma tradição de tanta solidez que o próprio Plano de 1931 não conseguiu eliminar é na arma da Cavalaria. O figurino de 1817, para o Corpo de Cavalaria do Pará, é o mais antigo exemplo da aplicação do vivo branco em unidade desta arma; trata-se, porém, de um caso isolado, pois, ainda não se havia fixado vivos como distintivos de armas. Na verdade, só depois da Regência é que o vivo branco na Cavalaria passa a ser um distintivo, o que se firma no Plano de 1852. Contudo, o 5º Regimento, criado em 1854 não acompanhou tal praxe. Em 1866, porém, foi o vivo branco igualado para os Regimentos de Cavalaria.

– Pouco antes de 1930 foi adotada nesta arma uma cinta branca, lustrosa, porém, para o boné.

BRASÃO, s. m. – Distintivo e insígnia das famílias nobres ou das pessoas a quem é conferido, em regra, por merecimento distintos e altos feitos. – (Figurado) – Honra, glória. A arte que trata da composição e interpretação das armas e distintivos de nobreza. (Formação francesa Blason)

– É o escudo d'armas, e é também a arte que dá as regras necessárias para se explicar as cores e as figuras de um escudo, e que ensina a decifrar as armas de uma pessoa e a conhecer, pelos diferentes esquartelados do escudo quais são as suas alianças, etc.

– A ninguém é permitido estampar escudos d'armas, imprimir livros de armas, de linhagem ou de nobreza, sem licença do Rei d'Armas. Alvará de 8 de abril de 1605.

– Diz Vilasboas Sampaio que "no exercício das armas se adquiriam mais ordinariamente os brasões, e divisas das famílias nobres, e estes são, sem dúvida, os mais gloriosos, e de nobreza mais avantajada: e entre todos tem o primeiro lugar aqueles que se alcançaram pelejando contra os inimigos da Fé e pela defesa da Pátria. Não negamos a sua prerrogativa às letras, também elas em muitas ocasiões lograram esta felicidade".

– Tratando dos fidalgos de cota d'armas, diz o Conselheiro José Antônio da Silva Maia nos Apontamentos de Legislação, que brasão, ou brasão, vem da palavra grega – blax – que significa fanfarrão, gorgeador, ou melhor, blasonador; de que se diz ter nascido o verbo blatirare: Do que resultou chamarem os primeiros espanhóis aos escudos d'armas – Blasões – pela vaidade de vanglória, e de fanfarronice, com que os homens sem falar parece que blasonavam quando assoalhavam nos reposteiros, e sobre vistas das armas, nas janelas e portais aquelas insígnias dos seus avoengos.

- Em lugar de palavras, blasonavam os cavaleiros ornando aquelas insígnias e escudos de armas com elmos assombrados de penachos versudos, rodeados de muita folhetaria de paquifes de diversas cores, com seus timbres e orlas de diversos animais, ou lavores, significando seus altos ou vãos pensamentos, ou feitos notáveis. "Cumpre, porém tomar os brasões no sentido e significação um que são tomados pela Ordenação, Livro V, tit. 92, principal, e havê-los por certos sinais, e provas de nobreza, e honra daqueles a que forem dados, porque os ganharam por seus honrosos feitos; e dos que deles descendem.

- Resumindo o autor: os brasões devem ser ordenados e expedidos pelo Rei d'Armas que os manda registrar no respectivo Livro do Registro dos Brasões e Armas da Nobreza e Fidalguia, com as suas cores e metais, para servirem de norma, pois que, uma vez concedido, eles se perpetuam na família.

- Para obter um brasão, organizado pelo Rei d'Armas, é preciso que o candidato descendente de fidalgo, se habilite, justificando judicialmente, com testemunhas e documentos, a sua filiação e domicílio, e o de seus pais e avós, provando que todos foram notoriamente nobres, funções que exerceram, etc. Concedida a Carta de Brasão d'Armas, podia o habilitado entrar com seu escudo d'Armas em batalha e campos; e trazê-lo em anéis, sinetes e divisas; pô-lo em suas casas e capelas, e gozando de todas as franquias, honras, privilégios, isenção, etc., que tinham os fidalgos e nobres de antiga linhagem. O chefe de linhagem é obrigado a trazer as armas direitas, sem diferença nem mistura com outras. E sendo chefe de mais de uma linhagem, trará as armas direitas de todas aquelas linhagens s sem mistura em seus quartéis. Os que não são chefes de linhagem devem trazê-las com a diferença que lhe ordenar o Rei d'Armas, podendo trazer até quatro armas, se quiserem, daqueles de quem descendem esquarteladas.

- Os filhos podem trazer estremes as armas do pai ou as da mãe, ou de ambos simultaneamente. Os bastardos trazem as armas da família com quebra de bastardia. As filhas também usam as armas da família e é costume trazê-las em escudo em lisonja, partindo em pala, com as armas da sua família na parte esquerda e vazia a direita para nela se porem as do marido; e as viúvas conservam suas armas na esquerda e as do marido na direita, como quando casadas. Os espúrios não podem usar as armas da família, porque, na comum opinião não gozam da nobreza dos pais.

- Ninguém pode trazer as Armas Reais (ou as Imperiais) direitas, como armas de família, posto que sejam misturadas com outras, mas só as poderá trazer como lhe pertencer, segundo as regras da Armaria, e com as respectivas diferenças; Ordenações, Livro V, tit. 92 § 5.

- Os que tomavam armas que de direito lhes não pertenciam, acrescentavam ou diminuíaam nas que tivessem, seriam compreendidos nas disposições dos art. 301 e 302 do Código Criminal (do Império).

– O Decreto 499, de 31 de janeiro de 1847, dá as providências sobre a concessão de brasões d'armas, e sobre a expedição dos despachos, tanto para a nomeação dos oficiais mecânicos da Casa Imperial, e provimento de todos os oficiais dela cuja apresentação, na forma das leis em vigor, pertença ao Mordomo-mor, como para o levantamento d'Armas Imperiais na frente de alguma morada. Vide o Alvará de 3 de junho de 1572 e a Provisão de 3 de julho de 1807.

– Vide Heráldica.

BRAVURA, s. f. – Qualidade do que é bravo. Coragem, valentia.

– É das virtudes militares a mais recomendada. Decreto de 20 de outubro de 1824.

– Este predicado essencialmente militar consiste na arte difícil de manter, debaixo do fogo inimigo, toda impassibilidade, serenidade e sangue frio. Como qualidade e dever do militar, é o mais absoluto e o de definição menos fácil e menos suspeito a restrições; sem ela de nada valem as outras qualidades. É um sentimento inato, surge na hora do perigo, se fortalece pela noção do dever e da disciplina e difere na coragem, da intrepidez e do valor; ela varia com o temperamento, é uma feição psicológica, e seus atos são ordinariamente refletidos. (M. F. A.)

– Os atos de bravura, como a antiguidade e o merecimento sempre foram tidos em conta para as promoções. Assim, o Decreto 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, estabelece em seu art. 13, que: "Atos de bravura, assim considerados pelo comandante em chefe do Exército, em operações ativas, dão direito à promoção, que será feita pelo mesmo comandante em chefe, independentemente dos princípios acima estabelecidos".

– Vide Promoção.

BRECHA, s. f. – Abertura feita no muro de uma fortaleza e pela qual se pode penetrar. Rotura ou fenda larga em uma vedação qualquer. Lacuna, espaço, vazio. Abrir brecha, romper, por meio de tiros de artilharia, a muralha. (Formação alemã *Brechen*)

– Os antigos abriam brechas nas muralhas das cidades ou castelos que sitiavam por meio de peças neurobalísticas. Na Idade Média outras máquinas foram usadas como o ariete, o carcamusa, etc. Com a utilização da pólvora as brechas passaram a ser feitas por meio de minas ou de artilharia. As primeiras brechas feitas pelo canhão o foram de 1376 a 1378.

– Havendo brecha nas muralhas tentavam os sitiados o assalto. Os sitiados, não podendo repará-la punham ao pé uma estacada ou uma paliçada; interiormente faziam-se as cortaduras ou remediava-se o desmonte por meio de sacos de terra, cestões, tábuas com pregos, correntes, etc. A defesa era feita com forninhos, minas, fogos de artifícios, painéis de granadas, mosqueteria de grande calibre, e pedreiros carregados com ferro velho.

– A 12 de dezembro de 1633, tendo a artilharia holandesa aberto brecha no Forte dos Reis Magos (Rio Grande do Norte), capitulou sua pequena guarnição por não poder defendê-lo. (Efemérides de Rio Branco).

BREVIDADE, s. f. – Pouca duração. Pequena extensão. (Formação latina *Brevitas*)

– Brevidade deve haver no despacho das causas, principalmente dos crimes. Carta de 12 de janeiro de 1639. Aviso de 31 de março de 1742. No castigo dos delitos é a de que mais se satisfaz à República. Decreto de 23 de novembro de 1622.

BRIAL, s. m. – (Antigo) – Espécie de camisola que os cavaleiros vestiam sobre as armas, e por cima da qual apertavam o cinto da espada. Também a vestiam sobre a roupa interior, quando andavam desarmados. O dicionário Morais afirma que o brial era o manto dos cavaleiros: é um dos bastos destemperos d'aquela babel da língua portuguesa. (Herculano) (Dicionário Aulete).

BRÍCOLA, s. m. – Parte de arnez de cavalo que se prende ao peitoril; arnez de artilheiro para arrastar canhão, com espaldar de couro; espécie de grande funda de couro. Choque indireto de bala, após haver ricochetado; é um gênero de ricochete a que se dá o nome de brícola balística.

BRIDA, s. f. – Sistema de equitação em que o cavaleiro montava com os estribos compridos, no bico do pé, a perna estendida, e em uma sela apropriada. (Opunha-se à gineta). Rédea; correr a toda brida, à desfilada, com a maior velocidade, largando a rédea toda. (Formação francesa *Bride*)

BRIDÃO, s. m. – Cavaleiro que montava pelo sistema da brida. Freio que consta apenas do bocado, articulado no meio.

BRIGA, s. f. – Peleja, luta. Disputa, desavença. (Formação baixo latim *Briga*)

– Devem os ministros (juizes) acudir a elas e os alcaides dos bairros, tirando devassa ainda que não haja ferimentos. Alvará de 25 de dezembro de 1608.

– Os que desafiavam, eram castigados com pena de polê, assim como os que não se separavam à ordem dos oficiais. Regulamento de 1708; de 7 de maio de 1710, e Portaria de 27 de setembro de 1824. (Rep. C. Mat.)

BRIGADA, s. f. – Corpo de tropas composto de dois ou mais regimentos: Brigada de Infantaria. Brigada de Cavalaria. General de Brigada. – (Artilharia) – Reunião de duas ou três baterias de campanha. (Formação francesa *Brigade*)

- A reunião de dois batalhões em brigada, data de 1630 e foi empregada por Gustavo Adolfo em combate. Turenne tornou-a permanente e criou em 1667, para comandá-la, o posto de brigadeiro. Ficou sendo, assim, a maior unidade em tempo de paz até 1748, quando o Marechal de Saxe constituiu as divisões.

- Em Portugal, pelo Regimento de 1708, cap. 92, foi determinado que a brigada da infantaria fosse composta de cinco ou seis regimentos e a de cavalaria de dois regimentos (1). Pela Carta Régia de 6 de abril de 1757, organizou-se uma brigada com os regimentos de Lisboa e vizinhanças.

- Pelo Decreto de 19 de maio de 1806 foram criados em Portugal 12 brigadas de infantaria de dois batalhões cada uma, sendo de notar que, no ano seguinte, as unidades de infantaria foram elevadas a regimentos com dois batalhões cada um.

- No Rio, em 1815, as Milícias foram agrupadas em 6 brigadas de 3 batalhões cada uma.

- Por ocasião da guerra contra a Argentina, em 1825, os batalhões estavam agrupados em brigadas, de três em três. As tropas reunidas no Sul sob o comando de Barbacena, apresentaram-se na batalha do Passo do Rosário, em fevereiro de 1827, dispostas em duas Divisões, ficando à parte a artilharia e mais elementos avulsos. As divisões eram compostas de brigadas de infantaria e de cavalaria; assim, a 1ª Divisão do brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, compunha-se da 1ª Brigada de Infantaria (3º, 4º e 27º Batalhões de Caçadores), da 1ª de Cavalaria (1º e 24º Regimentos) e 2ª de Cavalaria (4º Regimento; Lanceiros Alemães e o Regimento de Lunarejo). A 2ª Divisão, sob o comando do general Crisóstomo Calado era formada da 2ª Brigada de Infantaria (13º e 18º de Caçadores), da 3ª Brigada de Cavalaria (6º Regimento, Esquadrão da Bahia e 20º Regimento de Milícias), e a 4ª Brigada de Cavalaria (3º e 5º Regimentos).

- Na campanha de 1851-52, procedeu-se do mesmo modo: Divisões divididas em brigadas e estas compostas de 2 ou 3 corpos ou Regimentos.

- A Decisão 165, de 27 de julho de 1855, mandou dividir em duas brigadas a Divisão Auxiliadora: na 1ª, o Corpo de Cavalaria e a Companhia a Transporte, e na 2ª, o Corpo de Infantaria e a Bateria de Artilharia.

- Durante a Guerra do Paraguai as brigadas variaram em tamanho de acordo com as circunstâncias, os efetivos ou as necessidades momentâneas, assim, existiram durante o curso da campanha, brigadas com dois, três, quatro e até cinco ou mais corpos, tanto na infantaria como na cavalaria. Misturando-se na sua formação tropas de linha com Batalhões de Voluntários e de Guardas Nacionais; Regimentos de Cavalaria com Corpos Provisórios, etc.

- A Decisão 28, de 16 de abril de 1888, criou duas brigadas com as forças da guarnição da Côrte: 1ª Brigada: 1º, 7º e 10º Batalhões de Infantaria; 2ª Brigada: 1º Regimento de Cavalaria, 2º Regimento de Artilharia e Batalhão de Engenheiros. Uma 3ª Brigada, criada no Estado de Paraná foi extinta em 1890.

– Em 1906, por Aviso de 27 de novembro, foi determinada a organização de um projeto para a criação de brigadas e divisões. Este projeto só foi realizado pelo Decreto 6.971, de 7 de junho de 1908 que remodelou todo o Exército modernizando-o e criando as Grandes Unidades, as Grandes Brigadas Estratégicas, as Brigadas de Cavalaria e as Divisões do Exército.

– Pelo Decreto 7.054 do mesmo ano e Instruções de 28 de novembro, foram estabelecidas 5 brigadas estratégicas. A 1ª, composta dos 1º, 2º e 3º Regimentos de Infantaria, 1º Regimento de Artilharia montada, 13º Regimento de Cavalaria e 1º Batalhão de Engenharia.

– A 1ª na Capital Federal, a 2ª em Curitiba, a 3ª em Santa Maria, a 4ª em São Gabriel e a 5ª em Aquidauana.

– Eram três as brigadas de cavalaria. A 1ª, formada dos 4º, 5º e 6º Regimentos de Cavalaria e 16º Grupo de Artilharia a cavalo, ficava em São Luís (Rio Grande do Sul); a 2ª, em Rosário, e a 3ª, em Bagé. Foram-lhes agregados Esquadrões de Trem. Outros corpos e pequenas unidades ficaram independentes.

– Por Decreto de 28 de dezembro de 1910 foi criada uma brigada mista provisória na Capital Federal. Compunha-se dos 52º e 56º Batalhões de Caçadores, do 1º Regimento de Cavalaria e do 2º Grupo de Artilharia.

– Pelo Decreto 11.540 de 1914, foi aprovado o Regulamento para os grandes comandos, comandos das brigadas e de circunscrição militar. Em 1918, foi extinta a 4ª Brigada de Cavalaria.

– Em 1919, foram criadas duas Brigadas de 2ª linha (2), porém o Decreto 13.916, de 11 de dezembro do mesmo ano, que reorganizou inteiramente o Exército, criando também as Grandes Divisões, anulou todos os decretos anteriores (3). Foram criadas cinco Divisões, uma Brigada Independente de Cavalaria e uma Circunscrição.

– Neste Plano a 1ª Brigada de Infantaria compunha-se do Quartel-General, 1º e 2º Regimentos de Infantaria e 1ª e 2ª Companhias de Metralhadoras.

– Em 1921, pelo Decreto 15.235, nova alteração é feita no Plano Geral, e criam-se duas Circunscrições Militares, com uma brigada mista na de Mato Grosso. Continuam, contudo existindo unidades, adidas, além da Artilharia de Costa.

– As Divisões seguem a mesma numeração das Regiões Militares fazendo parte delas elementos da Aviação. A 1ª Brigada de Infantaria passa a ser formada do Quartel-General e dos 1º e 2º Regimentos de Infantaria, na Vila Militar. Existem tropas adidas e tropas especiais. A 1ª Brigada de Cavalaria compõe-se do Quartel-General e dos 1º e 2º Regimentos de Cavalaria Independentes, e assim as outras.

– Restabelecimento integral dos comandos de Brigadas e organizações territorial militar. Aviso 565, de 1932.

– Vide Divisão, Escolta.

BRIGADEIRO, s. m. – Oficial que comandava uma brigada. Na antiga organização do exército português e do brasileiro, oficial superior de graduação entre coronel e general que comandava uma brigada. (Equivale ao atual general de brigada).

– Na França, o título de *Brigadier des Armées du Roi*, equivalente ao de brigadeiro (comandante de brigada), foi criado por Luis XIV em 1668, por proposta de Turenne, e abolido pouco antes da revolução. Segundo Waygand, o posto foi criado em 1627, na cavalaria, posto intermediário entre o marechal de campo e o mestre de campo. O nome *brigadier* foi conservado na *gendarmérie* e nos corpos montados para o posto equivalente ao cabo de esquadra nos corpos a pé.

– Em Portugal, o brigadeiro foi criado pelo Regimento de 15 de novembro de 1707, porém não pertencendo à classe dos generais, como vieram a ser mais tarde. A 28 de abril do ano seguinte foram nomeados os primeiros brigadeiros.

– Extintos como oficiais efetivos pelo Alvará de 15 de dezembro de 1790, ficou o posto reservado para a reforma dos coronéis. Restabelecidos como oficiais efetivos pelo Alvará de 11 de outubro de 1796 passaram a formar a 4ª classe dos oficiais-generais, servindo de escala para o acesso dos coronéis.

– O Alvará de 27 de fevereiro de 1801 tirou-lhes a categoria de oficiais-generais e destinou-os para as quatro armas, das quais passariam ao generalato. Foi então regulado o seu número: doze brigadeiros efetivos de infantaria; seis brigadeiros efetivos de cavalaria; dois de artilharia e três do Real Corpo de Engenheiros. Cada brigada de infantaria era composta de dois regimentos, ou seja, de quatro batalhões.

– Até 1822 o brigadeiro teve, em realidade, uma situação especial, pois, o seu posto era intermediário entre os oficiais-generais e os oficiais superiores. Podia pertencer a uma arma, e tinha o mesmo uniforme dos generais, guarnecido com o galão próprio da patente.

– Diz Cunha Matos que a Portaria de 24 de março de 1831, declarou abuso o comando de batalhão por um brigadeiro graduado, que "pela Portaria dos Governadores do Reino de Portugal datada de 13 de setembro de 1813 proibiu-se o exercício de comando de regimentos aos brigadeiros efetivos; excetuou-se a Guarda da Polícia. À semelhança desta disposição é que os corpos do Brasil desde o ano de 1822, não têm tido comandantes de patente superior a coronel efetivo. Mas um brigadeiro graduado equivale a um coronel efetivo e sempre comandou um regimento ou batalhão, do mesmo modo que um major graduado comanda uma companhia."

– Tratamento, Senhoria; entre militares, Excelência, Alvará de 24 de abril de 1821 e Decreto 2.779 de 20 de abril de 1861. Continências conforme a Provisão de 1843: Armas apresentadas, continências de espada e um rufo ou um floreio; as salvas das fortalezas serão de onze tiros.

- Pela Tabela de Precedência da Carta Régia de 26 de maio de 1786, constante em Cunha Matos, o brigadeiro pertencia ao oitavo grupo de correspondências; "8º Brigadeiro-Coronel do Mar – Desembargador do Paço."

- Em 1890, pelo Decreto 350, que deu nova denominação aos generais, o brigadeiro passou a ser general de brigada.

- Uniformes e distintivos vide General.

BRIGANDINA, s. f. – (Antigo) – Couraça ligeira usada do século XIII ao XVI, espécie de colete de lâminas de ferro ou aço dispostas como telhas verticalmente, forrada de tela ou couro e coberta por seda ou veludo.

- A brigandina ligava-se às primeiras armaduras, abandonadas pela cota de malha, e era composta de tiras de aço ou de ferro dispostas sobre forte tecido ou couro, como escamas. Foi defesa peculiar dos arqueiros e besteiros.

BRIM, s. m. – Tecido forte de linho ou de algodão. (Há brim cru, grosso e brim branco e fino). (Formação castelhana Brin)

- O brim branco de linho ou de algodão foi muito usado para as calças dos oficiais e praças dos corpos a pé em formatura ou passeio; faziam exceção os caçadores que somente depois de 1870, adotaram também esta norma. Os oficiais montados e os oficiais e praças dos corpos montados e os oficiais e praças dos corpos montados formavam sempre com calças de pano e jamais de calças brancas.

- Depois de 1889 o brim branco passou também a ser usado pelos oficiais em dólãs e túnicas de serviço interno. Em 1908, surgiu o uniforme completo de brim branco para os oficiais (4º uniforme) e em 1920 para os sargentos. A partir de 1924, entrou em uso a túnica branca nas formaturas de 1º uniforme nos corpos a pé (com dragonas, vistas postiças, e outros elementos privativos de uniforme de pano) assim como calções de brim branco para os corpos montados.

- O brim pardo foi sempre usado para o serviço de quartel e campanha; nos tempos coloniais em calções e véstias ("véstias de lavar"); a partir de 1800 em calças, fardetas, camisolas e, depois de 1860, em túnicas. Foi substituído pelo brim cáqui a 18 de abril de 1905 (distribuído em 1906).

- Camisola de brim mescla foi dada só aos Batalhões de Engenharia em 1855. Uniforme de brim mescla, para as praças de pré, em serviço interno, foi posto em uso em 1908 (6º uniforme) e para os oficiais de artilharia e engenharia, com a mesma finalidade, pelo Decreto 9.595, de 1912.

- O brim cáqui, usado durante 26 anos no Exército, e ainda em uso na Polícia do Distrito Federal e nas Estaduais, foi substituído em 1931 pelo brim verde cinzento ou verde oliva para as túnicas, e de um tom mais escuro, para as golas, platinas, canhões, calções e calças (oficiais e praças).

– Vide Uniforme.

BROCA, s. f. – Instrumento à moda de uma grande verruma, ou trado, com que se fura, dando-lhe movimento de rotação e escariando, seja por máquina ou a mão: broca de minerador, para abrir minas; broca de espingardeiro, para vaziar o cano das armas de fogo; também se emprega a broca para brocar os canhões. Cavidade ou falha na alma de uma boca de fogo. (Formação latina Broca)

– Máquina de guerra usada pelos Romanos para furar muralhas, a que chamavam Tenebra. Na Idade Média foi também empregada na França sob o nome de Tarière.

BRONEIO, s. m. – Movimento circular horizontal para acertar a pontaria da peça, arma de fogo ou lança em justa. Lança de justar, de ponta romba.

BRONZE, s. m. – Liga de cobre e estanho. A proporção destes metais varia segundo o fim a que se destina a liga. Nesta também entram quase sempre outros metais como zinco, ferro, chumbo, etc. (Formação italiana Bronzo)

– A mais antiga fusão de metais conhecida pelo homem, e a primeira empregada, já em tempos remotos, para a produção das armas como gládio, achas, escudos e couraças. Aliança muito dura de cobre e estanho à qual se ajuntam algumas vezes zinco e chumbo em quantidades variáveis, e mesmo ferro. Sua composição nada tem de fixa; varia conforme a natureza e o uso dos objetos a que se destina; muda de uma fundição para outra, e mesmo de uma ocasião para outra. Contudo certos cuidados e preceitos determinam a qualidade do produto. Os irmãos Keller na fundição da estátua de Luis XIV, que tornou-os justamente célebres, e em outras obras, usaram a seguinte composição: cobre 91,40; estanho 1,70; zinco 5,53; e chumbo 1,37.

– A mistura mais conveniente para as medalhas que devem ser estampadas é: cobre 88 a 90; estanho 8 a 10; zinco 2 a 3. A aliança antiga empregada geralmente nos canhões era: cobre 90 a 91, estanho 9 a 10. Para melhor mistura e devido ao seu volume eram os canhões fundidos em pé. Os canhões de campanha e em geral os de baixo calibre eram de bronze, fusão adotada desde o século XVI até a consagração dos sistemas de retrocarga, na segunda metade do século XIX, quando passaram a ser em ferro forjado ou aço. Os canhões das fortalezas e dos navios eram na quase totalidade de ferro.

– Os bronzes mais modernos usados pela Alemanha, Áustria e Itália, compostos de 92 partes de cobre e 8 de estanho, foram chamados bronze duro, bronze aço, bronze mandriné e bronze Uchatius (nome do general austríaco que o compôs). Eram corridos em formas de ferro em lugar das de argila, o que impedia a separação dos metais e esfriava mais depressa, sendo o canhão brocado.

BROQUEL, s. m. – (Antigo) – Escudo redondo e pequeno; rodela.

– O uso do broquel foi sendo abandonado à medida da progressão do emprego da pólvora. Palavra essencialmente espanhola significa escudo de infantaria, ou de piqueiro.

– Vide Rodela.

BRUSSA, s. f. – Escova grossa para limpar cavalgadura. (Formação francesa Brosse)

BUÇALETE, s. m. – Peça do arreamento da cabeça e pescoço do cavalo; compõe-se de focinheira, cabeçada, fiador e cadeira.

– De couro de anta com argolas, bombas e meias-bombas de metal branco. De couro cru com botões de louça, sem discos, para a montaria das praças de pré. Decreto 1.729-A, de 1894.

BUCHA, s. f. – Porção de estopa, trapo, ou papel amarrotado que se mete no cano das armas de fogo de antecarga para sustentar e comprimir a carga. Bocado de pão. Peça de bronze, de forma cilíndrica ou de cone truncado, vazia, que entra no cubo da roda, e onde se introduz a extremidade ou manga do eixo, para evitar que esta, roçando na madeira a vá gastando.

BUSCA, s. f. – Ação de buscar, de procurar. Exame, revista, investigação, pesquisa. Dar busca a uma casa, percorrê-la para ver se lá existe pessoa ou objeto escondido.

– De contrabando. Podem os oficiais da Fazenda e Justiça fazer dentro dos quartéis, e fortalezas. Alvará de 14 de novembro de 1757. Para proceder à busca há de fazer-se participação ao comandante do quartel ou fortaleza, o qual não se oporá a ela, antes pelo contrário, é obrigado a auxiliá-la. Aviso de 22 de abril de 1796.

– As autoridades militares, à requisição dos conselhos de investigações e de guerra, ou ex-ofício, antes da convocação destes, ao tempo em que estiver procedendo as averiguações policiais poderão expedir mandatos de busca. Vide art. de 101 a 113, do Regulamento Processual Criminal Militar.

– Da busca e apreensão. Código da Justiça Militar de 1938, artigos 121 a 131.

BUSCA-VIDAS, s. m. – (Artilharia) – Instrumento de ferro de forma de estrela com 4, 6 ou 8 pontas fixas a um cabo de madeira, e antigamente usado para conhecer se a alma de uma peça de carregar pela boca tinha brocas, escaravinhos ou outras cavidades que a inutilizassem (foi substituída pela estrela móvel).

NOTAS

Bagageiro

- (1) Os que não tiverem direito a ordenança terão um bagageiro pela Unidade em que servirem. Art. 392, do Regulamento de 29 de março de 1916.
 - Vide Regulamento aprovado pelo Decreto 14.085, de 3 de março de 1920, art. 392 a 395.
 - Não devem os recrutas ser designados para o serviço de bagageiros dos oficiais. Aviso de 3 de fevereiro de 1920.

Baixa

- (1) Condenado o abuso que praticavam os Governadores do Brasil dando baixas a soldados com pretextos supérfluos. Provisão do Conselho do Ultramar, de 22 de abril de 1720. Vide Portaria de 20 de setembro de 1720. Vide Portaria de 20 de setembro de 1758.
- (2) Vide Decreto 52, de 13 de julho de 1892; Lei 5.884, de 1875; Decreto 7.670, de 1880; Instruções de 4 de abril de 1913; Decreto 12.008, de 1916 e Aviso de 25 de outubro de 1927.

Bala

- (1) Frei Manoel Calado, "O Valoroso Lucideno", II volume, edição Cultura, páginas 13 e 210.
- (2)
- (3) Ajudante José Correia Rangel de Bulhões – Coleção de Planos feito por ordem do Conde de Resende, Vice-Rei do Estado do Brasil, 1794; in Boletim do Círculo de Técnicos Militares nº 23, 1945.
- (4) Antônio Francisco Duarte (General). Manual do Aprendiz Artilheiro.
- (5) Frei Manoel Calado, op. cit. II, 13.

Balística

- (1) P. Lacombe. *Les Armes e Les Armures*.

Banda

- (1) Racinet., vol. V, marca B. F.
- (2) Retrato pertencente ao Sr. Bento L. de Almeida Prado, São Paulo.
- (3) Decreto 1.354, de 6 de abril de 1854 e figurinos no Arquivo Nacional.

Bandeira

- (1) "A insígnia da Ordem Militar de Cristo foi criada pela bula – Ad Exquibus Cultus Augenatur Divinus, em 14 de março de 1329, tendo como emblema a mesma cruz vermelha dos templários, porém com uma outra incrustada de prata e sem as legendas." Pereira Lessa, Bandeiras Históricas do Brasil, Nação Armada nº 6, 1940.
- (2) Diz a Carta Régia: "Dom João, por Graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves", etc. Que tendo sido Servido Unir os meus Reinos de Portugal, Brasil e Algarves, para que juntos constituíssem, como efetivamente constituem um só e mesmo Reino; é regular e consequentemente a incorporação em um só escudo real as armas de todos os três Reinos, assim e da mesma forma que o Senhor Rei Dom Afonso Terceiro, de gloriosa memória, unindo outrora o Reino dos Algarves ao de Portugal, uniu também as suas armas respectivas: e ocorrendo que para este feito o meu reino do Brasil ainda não tem armas que caracterizem a bem merecida preeminência a que me aprouve exaltá-lo: hei por bem, e me praz ordenar o seguinte:
 - I – Que o Reino do Brasil tenha por armas uma esfera armilar de ouro em campo azul.
 - II – Que o escudo real português inscrito na dita esfera armilar de ouro em campo azul, com uma coroa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as armas do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, e das mais partes integrantes da minha monarquia.
 - III – Que estas novas armas sejam, por conseguinte as que uniformemente se hajam de empregar em todos os estandartes, bandeiras, selos reais e cunhos de moedas, assim como, em tudo o mais, em que até agora se tenha feito uso das armas precedentes.
- (3) Pereira Lessa, em Bandeiras Históricas do Brasil, apresenta uma bandeira toda verde com as Armas Imperiais no centro, como sendo a bandeira do Imperador, e outra toda amarela, com as mesmas armas, como sendo da Imperatriz. Damos esta informação à título de curiosidade pois o autor não apresenta qualquer documento comprovativo, citação ou fundamento para tal afirmação.
- (4) Teixeira Mendes, Benjamim Constant, Rio de Janeiro, 1892, Tomo I; e A Bandeira Nacional (Opúsculo 110 do Apostolado Positivista do Brasil).
 - Publicação sobre a bandeira nacional pelo D. N. P. com a carta de Teixeira Mendes, na qual se declara autor da bandeira.
- (5) Vide Regulamento aprovado pelo Decreto 13.753, de 10 de setembro de 1919.

- Regulamento para Inspeções, Revistas e Desfiles. Decreto de 5 de maio de 1921.
- Instruções para o hasteamento. Aviso 633, de 1935; Decreto 763, de 1936.
- Da Bandeira Nacional, sua apresentação, proibição, etc. Decreto-Lei 4.545, de 31 de julho de 1942; art. 4, 12 a 18, 23, etc.; 5.235, de 1943.
- (6) Alguns autores como Chagas Franco e João Soares dão esta bandeira como sendo de D. João I, Mestre de Avis; outros, dizem que a bandeira da empresa de Nuno Álvares era verde com a imagem da Nossa Senhora da Conceição e o lema Por nossa terra e por nossas damas.
 - Na coleção Piquet (Museu Histórico Nacional) existe a reprodução de uma bandeira de guerra holandesa, vermelha com um braço armado saindo de uma nuvem empunhando uma espada.
- (7) Como se vê nas bandeiras que ilustram Falsos Troféus de Ituzaingó, pelo Dr. José Carlos de Macedo Soares, e em bandeiras existentes em Museus e coleções particulares.
- (8) Flags of Our Army in The National Geographic Magazine, outubro de 1917.
- (9) Resumo extraído da obra de Clóvis Ribeiro, Brasões e Bandeiras do Brasil, São Paulo, 1933.
- (10) José Jacinto Ribeiro em sua Cronologia Paulista informa às páginas 189 e 190, 1º volume, que em São Paulo, a 13 de fevereiro de 1897, por ocasião da chegada do Dr. Campos Sales, a cidade foi toda enfeitada e embandeirada. Em todas as janelas do Palácio e no jardim, havia bandeiras brasileiras, paulista, chilena, etc.; na frente do quartel do Corpo de Bombeiros, notavam-se bandeiras da República, São Paulo e do Chile (o grifo é nosso).
 - Esta bandeira seria a de listas, consagrada em 1932?
- (11) Alberto de Souza - Os Andradas, vol. I, pag. 209 e 558.
- (12) Mário Teixeira de Carvalho - Estandarte da antiga Câmara Municipal do Rio Pardo, 1939, Porto Alegre.
- (13) Joaquim Norberto - História da Conspiração Mineira, Rio.
- (14) Braz do Amaral - História da Bahia do Império à República, 1913, pag. 89.
- (15) Regimento em 13 itens para a Bandeira que vai explorar a campanha do rio do Sono, Goiás. Arraiais 25 de maio de 1740, D. Luis de Mascarenhas.
 - Instruções que há de usar o cabo de Bandeira Bento Paes de Oliveira para ir explorar o sul de Goiás. Vila Boa 12 maio de 1742, idem (Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 22, pag. 156 e 169).
 - Os comandantes militares podiam nomear oficiais de Ordenanças para

comandantes de Bandeiras contra os índios, não havendo tropa de 1ª e de 2ª Linha; e a este respeito se entendiam com os presidentes das províncias. Portaria de 26 de setembro 1825. (Rep. C. Mat.)

Bandeirante

- (1) Memórias Históricas, etc. livro VIII, pag. 271.

Barraca

- (1) Publica-se a Tabela para a distribuição de barracas. Ordem do Dia de 20 de abril de 1907
 - Disposições sobre barracas. Aviso de 31 de março de 1909.
 - Pelo Decreto 13.896, de 27 de janeiro de 1919, o pau da barraca na artilharia de montanha, passou a ser levado pelo próprio soldado à guisa do cajado; nas outras armas era levado nas viaturas.

Barretina

- (1) Figurinos, Museu Histórico Nacional, Rio.
- (2) Figurinos, Museu Histórico Nacional, Rio.
- (3) "Desembarque de Sua Alteza, a Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, na cidade do Rio de Janeiro, no Arsenal da Real Marinha". Biblioteca Nacional, Rio.
- (4) Alberto de Souza - O Traje Popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX, pag. 80 e 97.
- (5) J. B. Debret - Voyage Pittoresque au Brésil, est. 36, vol. III, Biblioteca Nacional, Rio - Desenhos originais do mesmo autor, coleção Dr. Raymundo de Castro Maya, Rio.
- (6) Conforme os seguintes documentos: J. B. Debret op.cit. est.19, vol. III
 - Desenho original pelo brigadeiro Machado de 1824, com especificações sobre os uniformes dos corpos de 2ª Linha da Província de São Paulo, no Departamento Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo;
 - Plano de Uniformes do Corpo de Polícia de Minas Gerais, manuscrito de 1836, Arquivo Público de Belo Horizonte.
- (7) Estampas litografadas de 1851-52. Arquivo Nacional, Rio; Museu Paulista, etc.
- (8) Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº 5, março de 1922.
- (9) L. Buvelot e Aug. Moreau, Rio de Janeiro Pitoresco, Rio, 1845. (Edição moderna da Livraria Martins Editora, São Paulo.)

Bastão

- (1) Pizarro, Memórias, etc., vol. VIII, pag. 28.

Batalhão

- (1) Vide Portaria de 2 e de 6 de fevereiro de 1894, Aviso de 26 de outubro de 1894.
 - Estranhando a criação de batalhões patrióticos em diversos Estados em desacordo com a Constituição. Telegrama do Ministro da Justiça, de 15 de dezembro de 1913, aos Governadores de Pernambuco e Ceará e ao Inspetor das 4ª, 5ª e 6ª R. M.

Benzer

- (1) Por Ordem de 13 de julho de 1773 foi mandado fornecer à Cavalaria Auxiliar de São Paulo uma arroba de pólvora e 38 cadernos de papel para os cartuchos, a serem consumidos por ocasião da benção dos estandartes (Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 33)
- (2) "Entrega de espadins aos alunos do Colégio São Luiz," Gazeta, de 21 de julho de 1942. São Paulo.

Berço

- (1) Conforme Silva Campos, havia em 1551, na Ribeira do Góes, Salvador, uma dúzia de berços e na bateria da Santa Cruz meia dúzia.

Beribéri

- (1) Só tem direito a transporte gratuito os oficiais que viajam em objeto de serviço ou por mudança de clima julgada necessária pela junta de saúde, para tratamento de beribéri. Aviso de 28 de junho de 1906.
 - Disposições que se aplicam aos militares que adquirem beribéri em serviço na guarnição de Fernando de Noronha. Boletim do Exército 28, de 1943.

Besta

- (1) Melo Matos - Memória sobre o calibre das armas usadas no século XV ao XVIII.

Biblioteca

- (1) Autoriza-se a criação de uma biblioteca na Escola de Tiro do Campo Grande, Aviso de 3 de agosto de 1881.

- Autoriza-se o estabelecimento de uma na Fábrica de Pólvora da Estrela, Aviso de 12 de fevereiro de 1884.
- Haverá anexa a cada escola regimental uma biblioteca nos corpos, Decreto 12.008, de 1916.

Biscainho

- (1) Frei Manoel Calado - "O Valeroso Lucideno", pag. 193, Editora Cultura, São Paulo.

Boletim

- (1) Vide Regulamentos 11.540, de 7 de abril de 1915; 12.008, de 29 de março de 1916; Instruções, Boletim do Exército 19, de 1931.
- (2) Boletim mensal do Estado-Maior do Exército. Aviso de 28 de julho de 1920. Passa a denominação de "Revista Militar Brasileira". Aviso de 10 de julho de 1924. Boletim Confidencial do Exército. Regulamento, Decreto 15.233, de 31 de dezembro de 1921.
 - Sobre o Boletim Interno do Departamento do Pessoal, Aviso de 17 de abril de 1926.

Bomba

- (1) No Museu de Olinda encontra-se um exemplar raro de bomba. Tem pequenas alças, ouvido e 10 polegadas de diâmetro.

Bombacha

- (1) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 42 e 69.

Bombarda

- (1) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 42 e 69.

Bombeiro

- (1) Ferreira da Rosa, O Rio de Janeiro em 1922.

Boné

- (1) Vide estampa de Rugendas, "Praia dos Marinheiros".
- (2) Joaquim S. A. Pimentel, O Onze de Voluntários, Rio, 1909.
- (3) Figurinos, Museu Coronel Davi Carneiro, Curitiba.

Borzeguim

- (1) Borzeguim de campanha (couro áspero de cor natural), Boletim do Exército 502, de 1929.
 - Instrução para seu uso. Boletim do Exército 20, de 1931.
 - Sua substituição por outros de couro preto. Boletim do Exército 56, de 1931.

Botica

- (1) Nomeação de comissários para as suas visitas. Aviso de 29 de abril 1783.
 - Sobre boticas nos hospitais militares. Alvará de 7 de agosto de 1797, tit. XIII.
 - Como são visitadas, Plano, 15 de julho 1800; Alvará de 22 de janeiro de 1810.

Boticário

- (1) Não podiam ser cirurgiões. Alvará de 15 de novembro de 1623.
 - Não podiam aviar receitas de médicos ou cirurgiões que não estivessem em língua portuguesa. Lei de 13 de maio de 1656.
 - Não podiam fazer rebate da terça parte ou da metade na importância das receitas e todos deviam receber pelo Regimento, do qual deviam ter um exemplar. Alvará de 3 de março de 1795.
 - Foram mandados educar na Casa Pia; e como eram examinados. Edital de 31 de agosto de 1794; 3 de maio e 15 julho de 1800.
- (2) Novo Regulamento. Alvará de 5 de novembro de 1808. Vide Decreto 397, de 25 de novembro de 1844.

Branco

- (1) Repertório Cunha Matos, Tabela de Uniformes de 1834.

Brigada

- (1) Em sua História Militar de Portugal diz o General Martins Ferreira que a Brigada de Infantaria passou a ser formada em 1708 de 2 regimentos.
- (2) Decreto 13.478, de 19 de fevereiro de 1919. 5ª e 6ª Brigadas.
- (3) Substitui os Decretos 13.651, 13.652, 13.674 e 13.765, todos de 1919.

